

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
ECONÔMICA

**TERRA, PODER E CAPITAL NO ANTIGO SUL DE MATO GROSSO (1891-
1902): UMA ANÁLISE HISTÓRICO-GEOGRÁFICA DA COMPANHIA MATTE
LARANGEIRA**
VERSÃO CORRIGIDA

Greisse Quintino Leal



São Paulo
2023

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
ECONÔMICA

**TERRA, PODER E CAPITAL NO ANTIGO SUL DE MATO GROSSO (1891-
1902): UMA ANÁLISE HISTÓRICO-GEOGRÁFICA DA COMPANHIA MATTE
LARANGEIRA**

Versão corrigida

Greisse Quintino Leal

**Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
História Econômica, do Departamento de História da
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo, para obtenção do título de
Doutora em História Econômica.**

Orientador: Prof. Dr. Osvaldo Luis Angel Coggiola

São Paulo

2023

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE**Termo de Anuência do (a) orientador (a)**

Nome do (a) aluno (a): Greisse Quintino Leal

Data da defesa: 19/10/2023

Nome do Prof. (a) orientador (a): Osvaldo Luis Angel Coggiola

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento ao Sistema Janus e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 14/12/2023



Osvaldo Luis Angel Coggiola

Nome: LEAL, Greisse Quintino.

Título: TERRA, PODER E CAPITAL NO ANTIGO SUL DE MATO GROSSO (1891-1902): UMA ANÁLISE HISTÓRICO-GEOGRÁFICA DA COMPANHIA MATTE LARANGEIRA

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutora em História Econômica.

Aprovada em: 19.10.2023 – VERSÃO CORRIGIDA

Banca Examinadora

Prof. Dr. Paulo Roberto Cimó Queiroz
Instituição: UFGD

Prof. Dr. Guilherme Grandi
Instituição: USP

Prof. Dr. Elvio Rodrigues Martins
Instituição: USP

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação Serviço de Biblioteca e Documentação Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

L433t LEAL, Greisse Quintino TERRA, PODER E CAPITAL NO ANTIGO SUL DE MATO GROSSO (1891-1902): UMA ANÁLISE HISTÓRICO-GEOGRÁFICA DA COMPANHIA MATTE LARANGEIRA / Greisse Quintino LEAL; orientador Osvaldo Luiz Angel COGGIOLA - São Paulo, 2023. 165 f. Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. Área de concentração: História Econômica. 1. Companhia Matte Larangeira. 2. Estado de Mato Grosso. 3. Banco Rio e Mato Grosso. 4. Erva mate. 5. Território. I. COGGIOLA, Osvaldo Luiz Angel, orient. II. Título.

Dedico esta reflexão aos trabalhadores ervateiros e às mulheres prostituídas, que sob terrível exploração e violência promoveram o enriquecimento de uns poucos políticos e capitalistas que são indicados como heróis por uma mídia conivente.

Agradecimentos

Ao meu orientador Prof. Dr. Osvaldo Luis Angel Coggiola, agradeço a imensa paciência e apoio teórico. À Daiane Alencar, querida amiga, que sugeriu a Companhia Matte Larangeira como objeto de estudo.

Agradeço minha família pela compreensão ao longo destes anos e à Secretaria de Pós Graduação em História Econômica pelas instruções dadas.

Agradeço à banca de qualificação, professores Doutores Guilherme Grandi e Dario Horácio Gutierrez Gallardo, que me sugeriu caminhos metodológicos e reflexões, resultando nesta pesquisa. Agradeço aos professores Doutores Eudes Fernando Leite e Paulo Roberto Cimó Queiroz pela partilha; à todos os professores e professoras que dividiram seus conhecimentos comigo durante as aulas.

Agradeço ao Centro de Documentação Regional da Universidade Federal da Grande Dourados, à Biblioteca Nacional, ao Arquivo Público de Mato Grosso e todas as instituições que contribuíram com a documentação para esta pesquisa.

Agradeço ao SUS pelas vacinas contra a Covid-19.

Agradeço.

RESUMO

A Companhia Matte Larangeira surgiu após o Banco Rio e Matto Grosso comprar a maior parte das ações da empresa de Thomaz Larangeira, no ano de 1891, e durante seus onze anos de existência sob esta configuração jurídica ampliou sua área de exploração dos ervais nativos, teve crescimento em seus ativos anualmente e fez aquisições materiais e territoriais. Seu fim como Companhia se deu em 1902, quando a sociedade foi desfeita amigavelmente. Este é o recorte temporal em que observamos como se deram as relações entre o Estado de Mato Grosso, a Companhia Matte Larangeira e o Banco Rio e Matto Grosso, priorizando entender o acesso à terra e as relações de poder que se davam no contexto político. Para tal, nos amparamos na bibliografia pertinente e fontes originais, especialmente a hemerografia que retratava a Companhia Matte Larangeira. Utilizamos a perspectiva geográfica para analisar o território do antigo sul de Mato Grosso (estado de Mato Grosso do Sul desde 1977), uma vez que este é o espaço mais as relações de poder que se dão sobre ele; assim apresentamos por meio da historiografia como se dava o controle sobre a terra e o trabalho, abordando os sujeitos que construíram o território mato-grossense, mas que ficaram à sombra da poderosa Companhia: trabalhadores, indígenas e mulheres. O controle sobre a terra e o trabalho foi priorizado em nossa análise historiográfica sobre a Companhia Matte Larangeira, por desvelar as relações que conformam o território. Por fim, buscamos finalizar fazendo uma observação sobre os desdobramentos da Companhia Matte Larangeira no atual território de Mato Grosso do Sul.

Palavras-chave: Companhia Matte Larangeira; Estado de Mato Grosso; Banco Rio e Mato Grosso; erva-mate; território.

ABSTRACT

Companhia Matte Larangeira emerged after Banco Rio e Matto Grosso purchased most of the shares in the company from Thomaz Larangeira, in 1891, and during its eleven years of existence under this legal configuration it expanded its area of exploration of native herbs, had growth in its assets annually made and acquired materials and territories. Its end as a Company occurred in 1902, when the partnership was amicably dissolved. This is the time frame in which we observe how the relations between the State of Mato Grosso, Matte Larangeira Company and Bank Rio e Matto Grosso took place, prioritizing understanding access to land and the power relations that took place in the political context. For this, we relied on the relevant bibliography and original sources, especially the hemerography that portrayed the Matte Larangeira Company. We use the geographical perspective to analyze the territory of the former south of Mato Grosso (state of Mato Grosso do Sul since 1977), since this is the space plus the power relations that take place over it; we present, through historiography, how control over land and work took place, addressing the subjects who built the territory of Mato Grosso, but who remained in the shadow of the powerful Company: workers, indigenous people and women. Control over land and work was prioritized in our historiographical analysis of Matte Larangeira Company, as it reveals the relationships that shape the territory. Finally, we seek to conclude by making an observation about the developments of Matte Larangeira Company in the current territory of Mato Grosso do Sul.

Palabras-clave: Matte Larangeira Company; State of Mato Grosso; Bank Rio e Mato Grosso; mate herb; territory.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Concessão para Thomaz Larangeira colher erva mate em Mato Grosso.	25
Figura 2: Área dos ervais autorizados por Lei a ser explorada pela Matte Larangeira.	26
Figura 3: Trabalhadores dos ervais transportando cargas de 60 a 150 kg.	30
Figura 4: empregadores e empregados (mineiros) da Matte Larangeira.	30
Figura 5: Áreas demarcadas pelo SPI entre 1915-1928.	32
Figura 6: Vargas em visita à região da Matte Larangeira – 1943.	37
Figura 7: Parte dos 400 alunos matriculados na escola da Fazenda Campanário.	52
Figura 8: Gráfico das exportações de erva mate cancheada e beneficiada entre 1831 e 1938.	54
Figura 9: Jomal O Matto-Grosso, 16 de abril de 1893.	80
Figura 10: Gazeta Official de Mato Grosso, de 01 de outubro de 1898.	83
Figura 11: Jornal A Reacção publicado no Paraguai.	85
Figura 12: Jornal A Colligação.	108
Figura 13: Fragmento do contrato de 1894 entre CML e o EMT.	120
Figura 14: Antiga fábrica da CML em Buenos Aires/Argentina.	124
Figura 15: Escola Estadual Mendes Gonçalves em Ponta Porã	128
Figura 16: Na entrada da cidade de Ponta Porã.	128
Figura 17: Praça Paraguaia, em Dourados.	128
Figura 18: Trenzinho, na praça central de Porto Murtinho.	128
Figura 19: Estátua do colono na praça central de Dourados	129
Figura 20: Escrito da placa em homenagem ao colono.	129
Figura 21: Cuia de tereré.	129
Figura 22: Tanque de guerra em uma das avenidas.	129
Figura 23: Imagens, quadros, jornais cobrem as paredes do Museu da Erva Mate.	130
Figura 24: Réplica de barbaquá.	130
Figura 25: Réplica de tambora para sapeco.	130
Figura 26: Réplica da moagem por tração animal.	130
Figura 27: Imagem impressa em quadro de trabalhador.	131
Figura 28: Imagem impressa em quadro de trabalhador.	131
Figura 29: Réplica de trabalhador.	131
Figura 30: Detalhe da réplica de trabalhador.	131
Figura 31: Habitação de trabalhadores.	131
Figura 32: Migrantes gaúchos.	131
Figura 33: Trabalhadores com suas companheiras e filhos.	132
Figura 34: Diferença nas vestimentas	132
Figura 35: Um dos trabalhadores segura um violão.	133
Figura 36: Raído sendo carregado.	133
Figura 37: Mulheres e crianças junto aos sacos de erva mate.	133
Figura 38: Mulher branca sorridente, trabalhadores e uma criança.	134
Figura 39: Detalhe da proteção dos pés dos trabalhadores.	134
Figura 40: Armazém da Fazenda Campanário.	134
Figura 41: Trabalhadores posam junto aos sacos de erva mate.	134

Figura 42: Thomaz Larangeira (com a bengala) e seu amigo Antonio Marques da Paixão.	134
Figura 43: Imagens de Thomaz Larangeira, Francisco Murtinho (duplicada) e Francisco Mendes Gonçalves.	134
Figura 44: Atual almoxarifado (antiga área de processamento da erva mate).	135
Figura 45: Atual garagem (antiga área de processamento da erva mate).	135
Figura 46: Atual garagem (antiga área de processamento da erva mate).	135
Figura 47: Antiga locomotiva.	136
Figura 48: Igreja.	136
Figura 49: Sede da Fazenda Campanário.	136
Figura 50: Área residencial da Fazenda Campanário.	137
Figura 51: Silos de estocagem dos grãos na Fazenda Campanário.	138

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1: Imagens da Fazenda Campanário.	148
Anexo 2: Fotos tomadas por funcionário da Fazenda Campanário no dia 31/01/2023.	152
Anexo 3: Relatórios da CML 1893-1899	155
Anexo 4: Reprodução parcial do Estatuto do BRMT publicado na Gazeta de Mato Grosso, n. 154 de 30 de abril de 1891.	162
Anexo 5: Carta da área de Thomaz Laranjeira, Rio de Janeiro, 14 de novembro de 1889.	164

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Dados da exportação da erva-mate em MT entre 1889-1894	92
Quadro 2: Predomínio Político em Mato Grosso	107
Quadro 3: Empréstimos da Empresa Mate Laranjeira para o Estado de Mato Grosso	109
Quadro 4: Ativos da CML 1893-1899	126

Lista de Siglas

BRMT - Banco Rio e Mato Grosso
CAND - Colônia Agrícola Nacional de Dourados
CANs - Colônias Agrícolas Nacionais
CDR - Centro de Documentação Regional
CML - Companhia Matte Larangeira
EMT - Estado de Mato Grosso
FUNAI - Fundação Nacional do Índio
IFCH/ Unicamp - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas
INM Instituto Nacional do Mate
Jucerja - Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
PNR - Partido Nacional Republicano
PR - Partido Republicano
PRC - Partido Republicano Conservador
PRF - Partido Republicano Federal
PRMG - Partido Republicano de Mato-Grossense
PY - Paraguai
RJ - Rio de Janeiro
SMT - Sul do antigo Mato Grosso (atual estado de Mato Grosso do Sul)
SPI - Serviço de Proteção aos Índios
UFF - Universidade Federal Fluminense
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados/MS
UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNEMAT - Universidade do Estado de Mato Grosso
UNESP – Universidade Estadual Paulista
USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

Nota metodológica	14
Introdução	17
Cap. 1 - Companhia Matte Larangeira, Estado de Mato Grosso e Banco Rio e Mato Grosso: uma revisão historiográfica	22
Cap. 2 - Território do SMT: uma construção histórico-geográfica	60
2.1 Território: um conceito histórico-geográfico	60
2.2 Ordenamento territorial do SMT pela Companhia Matte Larangeira	65
cap. 3: O oligarquismo mato-grossense na hemerografia da CML e do BRMT	75
3.1 Breve análise hemerográfica da CML e do BRMT	75
3.2 Oligarquias no SMT	94
3.3 Análise dos relatórios da CML publicados no Jornal do Commercio (RJ)	110
3.4 O passado no presente: a formação do território sul mato-grossense	127
Considerações Finais	139
Referências	142
Anexos	148

Nota metodológica

Minha formação é em Geografia e, portanto, por ora, não anseio ser reconhecida socialmente como historiadora, contudo, me debrucei sobre os métodos da História a fim de ampliar as discussões acerca da Companhia Matte Larangeira e da formação do estado de Mato Grosso do Sul. Contudo, apresento uma análise histórico-geográfica, onde aponto os desdobramentos do passado no presente (2023).

As definições teóricas e metodológicas do historiador são uma escolha que o mesmo julga ser capaz de dar conta de uma determinada questão. Assim sendo, trabalharemos com estas opções sabendo que elas não esgotarão o tema e que os resultados alcançados são uma contribuição para um debate maior e diverso.

A partir da delimitação do Campo Histórico proposto por José D'Assunção Barros (2013), a pesquisa ora proposta se enquadra na História Econômica. O domínio deste Campo Histórico se dá com relação aos três agentes históricos que são o esteio para esta análise: a sociedade anônima¹ Companhia Matte Larangeira (CML), o Banco Rio e Mato Grosso (BRMT) e o Estado de Mato Grosso (EMT) entre 1891 e 1902.

O Arquivo Público do Mato Grosso informou via e-mail que praticamente todo o material físico estava disponibilizado na Biblioteca Nacional e o Diário Oficial (Gazeta Oficial) poderia ser acessado no site da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) de Cáceres, que foram consultados. Não constam menções à CML ou BRMT no acervo cartorário do Arquivo Público do Mato Grosso.

A hemeroteca virtual da Biblioteca Nacional foi consultada², sendo que alguns dos periódicos também se encontram no Centro de Documentação Regional da Universidade Federal da Grande Dourados/MS (CDR-UFGD).

¹ É uma associação empresarial baseada na divisão de ações e cada sócio é denominado acionista.

² Sob as palavras-chave 'herva-mate', 'Companhia Matte Larangeira' e 'Banco Rio e Mato Grosso', foram consultados jornais na Hemeroteca Nacional para o recorte temporal estudado, sendo que nem todos apresentaram informes sobre: **de Mato Grosso são:** O Republicano; O Paiz; A Provincia de Mato Grosso; O Clarim; O Iniciador; Gazeta Oficial do Estado do Matto-Grosso; O Mato-Grosso: Orgão do Partido Republicano; A Reacção; A Federação: Orgão do Partido Republicano; O Pharol; além das Mensagens do Governador do Mato Grosso para a Assembleia; **do Rio de Janeiro são:** Jornal do Brasil; Jornal do Commercio; A Folha Nova;

Utilizamos o Livro 162: Legislação sobre o mate – 1833-1935 do CDR para consulta, destacando as informações pertinentes ao nosso tema de pesquisa. No CDR obtivemos acesso à livros, imagens e documentos que constam neste trabalho.

O Banco Central foi consultado por meio de solicitação virtual e emitiu a seguinte resposta por e-mail: “Não constam em nossos assentamentos cadastrais registros acerca do Banco Rio e Matto Grosso, o qual foi autorizado a funcionar - segundo informações que constam na Internet pelo Decreto nº 1.149, de 6 de dezembro de 1890, com sede no Rio de Janeiro, e com a regência dada pelos Decretos nºs 164 e 165-A, ambos de 17 de janeiro de 1890, tendo como fundadores os senhores Francisco Moreira da Fonseca, Francisco Murtinho e Francisco de Paula Mayrink. Ainda segundo as informações da internet, a instituição financeira foi liquidada em 1902. Sugerimos que V.Sa. busque por mais informações a respeito dessa sociedade na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (Jucerja)”. A Jucerja não deu uma devolutiva à nossa pesquisa quanto a existência de dados sobre o BRMT.

Esta pesquisa caminha na direção de uma Nova História Econômica, como defendida por João Fragoso e Manolo Florentino (1997), onde o debate interdisciplinar contribui com a vertebralização do saber histórico. Assim, autores de outras Ciências Humanas – especialmente da Geografia – servirão para sustentar o debate Estado-empresa-território.

Da Geografia também extrairemos a explicação teórica do que é território e como os agentes sociais o produzem, imprimindo nele os conflitos existentes e as relações de poder.

Destacamos que no SMT a erva mate não era a única atividade socioeconômica – apesar de ter sido a predominante e a mais rentável –, pois havia a pecuária bovina, extração do látex da mangabeira, exportação pelo porto de Corumbá de mudas e sementes ornamentais, peles de animais selvagens e penas, mineração, produção de café e alimentos para consumo interno (QUEIROZ, 1997). Quando nos referimos à produção da erva mate no SMT, trata-se do extremo sul do atual Mato Grosso do Sul, pois o antigo sul de Mato

Brazil; O Programa-Avisador; Diario do Brazil; Gazeta da Tarde; O Fluminense; Gazeta de Petropolis; O Tempo; Diario de Noticias; Cidade do Rio; A Republica; Democracia: Orgão de Orientação Republicana; A Tribuna; A Imprensa; A Capital; Liberdade.

Grosso (SMT) é o estado inteiro de Mato Grosso do Sul, que era a porção sul de Mato Grosso.

E o contexto ervateiro não deve ser reduzido à trajetória da empresa/companhia Matte Larangeira, pois existiam pequenos produtores – apesar de poucos. A forma jurídica de companhia existiu por onze anos, mas a empresa existiu antes e depois deste formato, mudando de razão social, local da sede e país.

Outro ponto importante é que apesar do domínio territorial praticamente monopólico da Matte Larangeira, ela sofreu pressões e teve seus momentos de recuo ou estagnação, de acordo com as mudanças no cenário político mato-grossense.

Introdução

A História é de extrema importância por nos permitir compreender como se desenrolaram os fatos e ações em momento anterior, para que possamos entender o agora e, quiçá, indicar o que pode ocorrer no futuro. O historiador nem sempre fará suposições acerca de um momento vindouro, mas suas assertivas sobre o passado contribuem para que outros campos do saber as façam.

Nosso recorte temporal se inicia em 1891, quando Thomaz Laranjeira vendeu a maior parte das ações de sua empresa ervateira³ ao Banco Rio e Mato Grosso (que se tornou sócio majoritário), formando a Companhia Matte Laranjeira (QUEIROZ, 2015a). Essa associação entre capital ervateiro e capital bancário permanecerá até 1902, quando o BRMT foi liquidado amigavelmente

[...] entre 1902 e 1903, e a CML, nos moldes formais em que até então se apresentava, desapareceu juntamente com ele. Seus bens e concessões, contudo, foram imediatamente assumidos por uma nova empresa, denominada Laranjeira, Mendes & Cia. e constituída em Buenos Aires entre fins de 1902 e princípios de 1903. Em 1917, essa empresa – que era uma simples sociedade mercantil – transformou-se, ainda na Argentina, em uma sociedade anônima, denominada Empresa Mate Laranjeira (a qual, por sua vez, desde 1935 passou a denominar-se Empresa Mate Laranjeira Mendes, cf. PANEGÍRICO..., 1941, p. 8). Em 1929 ressurgiu no Brasil, como uma sociedade anônima com sede no Rio de Janeiro, mas sob o controle da Empresa argentina, uma empresa denominada Companhia Mate Laranjeira – a qual assumiu os antigos contratos de arrendamento de ervais com o estado de Mato Grosso (id.). Essa empresa, certamente modificada em sua composição societária e em seus vínculos com instituições argentinas, existe até os dias de hoje. Já em 1949, no entanto, ela perdeu definitivamente suas antigas concessões ervateiras, e desde então foi abandonando esse ramo para dedicar-se a outras atividades” (QUEIROZ, 2022, p. 4).

Em 1949, perdeu suas concessões ervateiras e mudou seu ramo produtivo (QUEIROZ, 2015a).

³ Erva-mate para tereré e chimarrão (*Ilex paraguayensis*). Em 1877, Thomaz Laranjeira e seu sócio Francisco Mendes criaram a Empresa Laranjeira S.A. em Concepción/Paraguai; em 1882 começou a operar legalmente em território brasileiro.

Neste recorte de tempo analisamos como se deram as relações entre a empresa, um banco privado e o Estado de Mato Grosso, cujos representantes eram membros da empresa e banco.

É esta relação triangulada que desejamos compreender e expor, assim, nossa pergunta norteadora é como se deram as relações Estado-capital privado e quais foram seus impactos na produção do território do antigo sul de Mato Grosso entre 1891 e 1902? Também observaremos como estes impactos se materializam hoje no espaço de Mato Grosso do Sul.

Objetivamos identificar se as nossas hipóteses se comprovam: a) de que o Banco Rio e Mato Grosso foi criado com o propósito de constituir a Companhia Mate Larangeira; b) Thomaz Larangeira foi um coronel⁴.

Para responder nossos questionamentos e verificar as hipóteses aqui postas, trabalharemos a historiografia e hemerografia da CML, além dos conceitos de território e oligarquia. Destacamos que nosso objeto de estudo é a Companhia e sua relação com o Estado e o BRMT, portanto os períodos em que fora Empresa (antes de 1891 e depois de 1902) não terão o foco da pesquisa, ainda que sejam mencionados.

O primeiro capítulo é uma revisão historiográfica da Companhia Matte Larangeira, porquanto é importante conhecer a produção teórica a respeito da empresa para a fixação do ponto inicial de reflexão deste trabalho. A partir dos trabalhos anteriores foi possível detectar que a empresa teve caráter monopólico, foi violenta com seus trabalhadores e estabeleceu estreitas relações com o Estado de Mato Grosso.

Na historiografia, o BRMT é citado como um item (por vezes, trivial) da história da Matte Larangeira, não encontrando estudos mais profundos sobre seu percurso. Não intencionamos trabalhar a história bancária, mas evidenciar as **relações políticas e econômicas existentes entre a CML, o BRMT e o EMT que moldaram o território mato-grossense, cujos desdobramentos ainda se fazem presentes**. Queremos evidenciar que a CML construiu o território do antigo sul de Mato Grosso, na área em que atuava, segundo seus interesses políticos e econômicos.

⁴ Coronel é um chefe local, obedecido e respeitado na esfera social, com influência no âmbito político; detalhamos essa discussão a partir da página 97. Coronel moderno será abordado na página 99.

Apesar de nos determos em onze anos da Companhia, enfatizamos que o capítulo um discorrerá sobre a trajetória da empresa, a fim de que se tenha uma visão ampla sobre o poder político, econômico e territorial que a empresa alcançou. Além de resgatar pontos de vista diferentes sobre um mesmo contexto, o acervo historiográfico traz em seu bojo a literatura consumida pelos autores, o que nos permite ter um maior espectro teórico e detectar aquelas obras que se repetem por serem seminais. Assim sendo, apresentamos uma breve historiografia da Matte Larangeira que evidencia a relação entre a empresa e outros sujeitos sociais.

Propomos um debate mais conceitual e análise sobre a produção político-territorial no sul do antigo Mato Grosso (SMT) no capítulo dois a fim de sustentar o processo de construção do território mato-grossense.

Usaremos o conceito de território extraído da Geografia e o explicaremos mais detidamente no capítulo 2, antecipamos que, de forma muito genérica, significa um espaço delimitado e dotado de relações de poder dos sujeitos e instituições que o ocupam.

O território ao ser produzido por meio de políticas públicas e das ações de seus sujeitos será ordenado, ou seja, será organizado por uma lógica política, econômica, social e cultural. A CML ordenou o território segundo sua lógica, moldando-o a partir das demandas do capital ervateiro.

O capítulo três faz um resgate hemerográfico da CML, onde os jornais trouxeram as perspectivas ideológicas dos grupos que ora estavam no poder, ora eram oposição e como se dava o apoio destes à CML. Destacamos a acumulação de capital que a atividade ervateira gerou aos membros da Companhia e do BRMT, que também eram membros do Estado. Apresentamos um acervo fotográfico, tanto com as fotos históricas e já reconhecidas, como com aquelas produzidas por trabalhos de campo⁵.

Nos interessa mostrar as contradições sociais geradas da apropriação capitalista desigual de terras e de poder político e econômico pela empresa e banco com o suporte estatal. Para discutir esse tema usaremos categorias

⁵ Metodologia extraída da Geografia, que visualiza o espaço para identificar as marcas históricas de eventos e temporalidades já ocorridos ou avaliar processos em andamento (como por exemplo, a produção de um bairro ou o desmatamento de uma área num período de tempo curto (ou curtíssimo)).

marxistas e não-marxistas, como oligarquia, pois as relações no SMT são essencialmente oligárquicas.

Entendemos que estamos focados em entes de grande poder (uma empresa hegemônica e truculenta com seus trabalhadores, um banco privado e o EMT, detentor de poder institucional) e tomaremos estes três sujeitos históricos como *personas* no sentido marxista. Parafraseando Francisco de Oliveira (1981), cada *persona* equivale a classes e grupos sociais que representam; portanto, os embates travados no campo político são a manifestação da luta por seus interesses.

Reconhecemos e reiteramos que trabalhadores ervateiros, mulheres, indígenas, negros, paraguaios, camponeses e a própria natureza, de diferentes formas, ergueram o “império” da Matte Larangeira e fizeram o Estado do Mato Grosso crescer economicamente, mas não nos ateremos às suas trajetórias. Faremos uma análise das relações estabelecidas pela CML-EMT-BRMT, contudo enfatizamos que os trabalhadores estão enredados nas ações deliberadas por aqueles.

Temos entendimento de que por mais controlada que seja análise documental para compreender o passado, esta operação será dirigida por uma leitura do presente (CERTEAU, 1982). Assim como não há neutralidade científica ao interpretar um contexto histórico⁶, há que se ter o cuidado de não interpretar os testemunhos de forma distorcida ou incorrer em anacronismos.

Assim, defendemos que no contexto estudado, a empresa e banco por meio do EMT conseguiram, via Leis e decretos, imprimir no território seus anseios capitalistas. Neste sentido, numa breve, mas atenta análise, o território produzido foi o dos grandes latifúndios ervateiros, com baixos índices de reforma agrária ou fixação do camponês/colono à terra; de violência no campo e intensa exploração dos trabalhadores ervateiros; e o aumento da desigualdade social

6 Koselleck (2013) corrobora Chladenius (Johann Martin. **Allgemeine Geschichtswissenschaft**, worinnen der Grund zu einer neuen Einsicht in allen Arten der Gelahrheit geleet wird. Leipzig/Alemanha, 1752) que afirmou ser impossível a existência de um historiador sem família, sem pátria, sem religião, pois cada historiador (e pesquisadores em geral) está munido por um ponto de vista ou posicionamento. Ou seja, os pesquisadores ao refletirem sobre um determinado objeto em busca de compreendê-lo e (re)construir a verdade (ou parte dela) não se esvaziam de seus princípios morais, filosóficos, teóricos e de sua posição na pirâmide social. Contudo, Chladenius (1752) enfatiza que é inadequado narrar a História a partir de seu próprio ponto de vista, porquanto, dessa forma, todas as histórias seriam partidárias, o que é distinto do juízo histórico necessário para reconstruir a História. KOSELLECK, R. **O conceito de história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

histórica, mediante o enriquecimento destes grupos já detentores da terra e do capital (e com influência nas esferas de poder institucional), associado à pobreza massiva das classes subalternas. Este foi o território produzido entre 1891 e 1902 e ele reverbera ainda nos dias atuais.

CAPÍTULO 1

COMPANHIA MATTE LARANGEIRA, ESTADO DE MATO GROSSO E BANCO RIO E MATO GROSSO: UMA REVISÃO HISTORIOGRÁFICA

Banco, Estado, empresa, terra e trabalhadores são discutidos nas obras que selecionamos, nos permitindo ver a Matte Larangeira por ângulos distintos. Assim, a importância da historiografia para uma análise histórica se mostra pela variedade de posicionamentos e óticas que os pesquisadores utilizaram para compreender um dado fenômeno ou contexto.

A Matte Larangeira já foi objeto de pesquisa, principalmente na História, com discussões variadas acerca das relações trabalhistas, transações comerciais, domínio territorial, cancheamento⁷ da erva, trabalhadores indígenas, dentre outros. Facetas que contribuem para construirmos uma visão mais completa acerca de sua trajetória histórica.

Pretendemos fazer o levantamento historiográfico da produção teórica nacional sobre estes dois entes para situar o leitor quanto ao nosso ponto de partida. Inexiste a pretensão de esgotar a linha cronológica acerca da historiografia da Companhia e do Banco, mas identificar os principais trabalhos que tratam de ambos para que se vislumbre o alcance político e econômico da Matte Larangeira. Dessa feita, resgataremos os principais trabalhos científicos que ajudam a avaliar as esferas econômica, social, trabalhista e política da empresa. Pretendemos situar o leitor quanto à produção intelectual acerca da Companhia e do BRMT⁸ para mostrar como os três entes moldaram o território do antigo sul de Mato Grosso.

Os trabalhos que enfatizaram os benefícios da erva mate para a saúde, o processamento metabólico dela no corpo humano, a composição química e biológica da planta e seus usos, agricultura familiar na fronteira, turismo e questões de gênero na fronteira e nos ervais explorados pela Matte Larangeira ficaram excluídos de nossa historiografia.

⁷ Cancheiar é o processo de secagem das folhas, onde a umidade é retirada, seguido da trituração. Após ser cancheada, a erva-mate é moída adquirindo a textura ideal para chimarrão.

⁸ O BRMT é citado na maioria das obras, mas de forma um tanto superficial, vinculado à Matte Larangeira.

O mundo ervateiro é destacado por escritores regionais, como Hélio Serejo e Hernâni Donato, que retratam a realidade e as dificuldades nos ervais, a exploração do trabalho e o trabalhador ervateiro. Optamos por não inserir nesta historiografia as dissertações que tratam dos contos e poesias dos autores supracitados⁹.

Foram consultados os repositórios de teses e dissertações das Universidades listadas a seguir, lembrando que estes autores também publicaram artigos científicos e nem todos foram elencados neste estudo. As buscas se deram com as palavras chave “erva mate”, “ervateiro”, “ervateira”, “Banco Rio e Mato Grosso”, “Laranjeira”, “Larangeira”. Também destacaremos as principais obras que tratam do contexto ervateiro do SMT. Alguns trabalhos extrapolam o nosso recorte temporal, mas os destacaremos pelo debate empreendido.

A **Universidade Federal da Grande Dourados¹⁰ (UFGD)** conta com três trabalhos dissertativos, cujos autores são Laércio Cardoso de Jesus (2004), Eva Maria Luiz Ferreira (2007) e José Antonio Fernandes (2012).

A dissertação de Laércio Cardoso de Jesus, defendida em 2004 no Programa de História, sob o título de “Erva-mate: o outro lado: a presença dos produtores independentes no antigo Sul de Mato Grosso 1870-1970”. O objetivo do autor é apontar a participação dos produtores independentes (posseiros e cooperados) durante a fase ervateira de Mato Grosso, perpassando pela Matte Larangeira que se tornou uma empresa monopolista que dificultava a ação de tais produtores.

O autor destaca a origem da Matte Larangeira, o monopólio exercido e a situação dos trabalhadores. Num recorte temporal mais amplo, retoma o

⁹ No Programa de Pós Graduação em Letras da UFGD, há 3 dissertações: a de Héliá Marcia Kovalski Castilho Teno, “A erva-mate nos relatos de Hélio Serejo: interseções discursivas entre história e memória”, defendida em 2017; a de Josué Ferreira de Oliveira, “No cipoal da selva: Relatos dos ervais e dos seringais em Selva trágica e A selva”, defendida em 2014; e a de Avelino Ribeiro Soares Júnior, “O drama dos ervais em Selva Trágica, de Hernâni Donato”, defendida em 2016. Alice Felisberto da Silva, defendeu a dissertação “O processo educativo dos trabalhadores da erva-mate na obra do memorialista da fronteira - Hélio Serejo” em 2010 pelo Programa de Educação.

¹⁰ A UFGD era a unidade de Dourados da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, criada em 1979. Em 2005, obteve autonomia e nesse campus fundou-se a UFGD. Assim, a produção bibliográfica de seu repositório conta com obras de quando ainda era campus da UFMS. Já a UFMS era Universidade Estadual de Mato Grosso, que foi federalizada em 1970.

cenário pós Guerra do Paraguai ou Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870) e destaca o fluxo migratório da política colonizadora do Estado Novo.

Jesus (2004) destaca que desde 1833 já havia motivação para expansão da área explorada de erva-mate oriunda do Estado Imperial, com posteriores regulações sobre a produção e comercialização da mesma.

A Empresa Matte Larangeira vai se constituir oficialmente em terras brasileiras em 1882 após concessão imperial para explorar a erva mate (Figura 1). Desde então, a empresa expandiu sua área e prazos de exploração com o apoio de políticos associados à Thomaz Larangeira, o principal empresário do ramo ervateiro, praticamente sem concorrentes entre o fim do século XIX e início do XX.

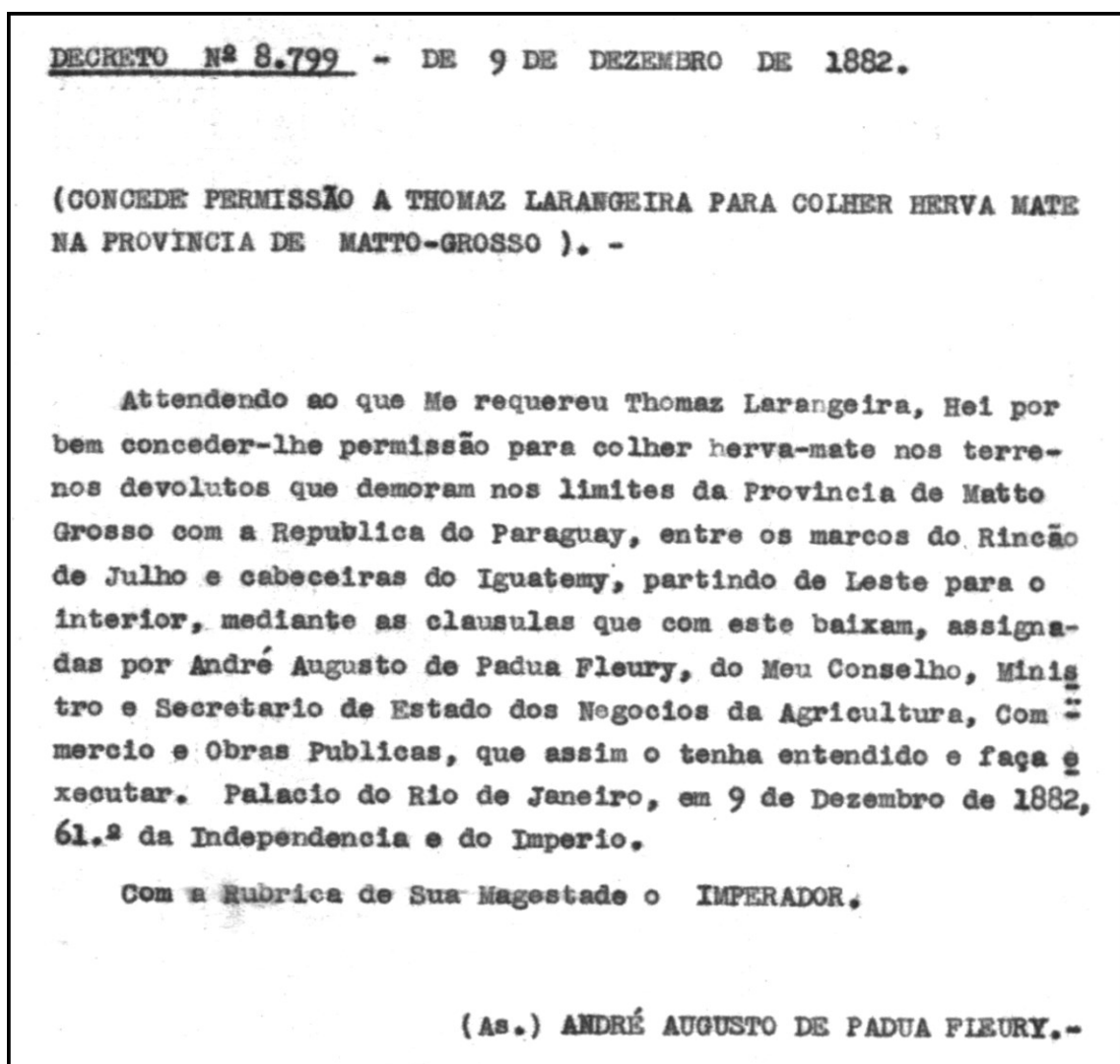


Figura 1: Concessão para Thomaz Larangeira colher erva mate em Mato Grosso.

Fonte: Instituto Nacional do Mate, Livro 162, p. 19.

A partir de 1891, é fundada a Companhia Mate Larangeira em sociedade com o BRMT, que além da grande expansão territorial, angariou imóveis e infraestruturas que lhe davam condições monopólicas sobre a exploração ervateira.

Em 1895, explorava uma área de mais de 5.000.000 de hectares como mostra a Figura 2, adiante:

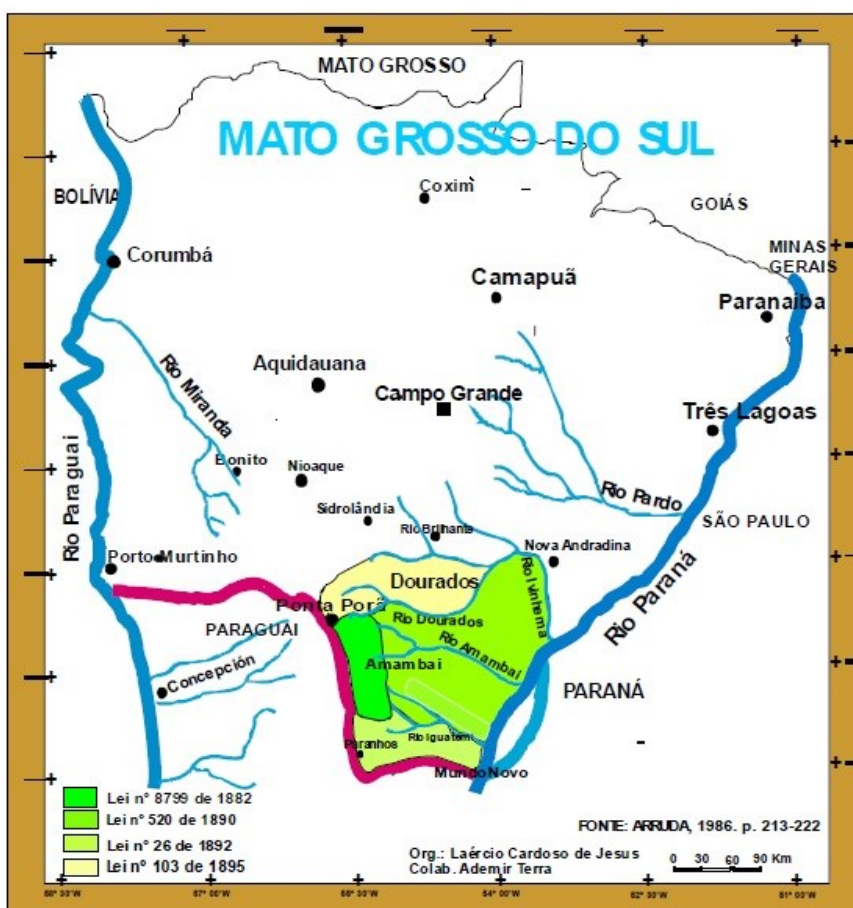


Figura 2: Área dos ervais autorizados por Lei a ser explorada pela Matte Larangeira.

Fonte: JESUS, 2004, p. 39.

A CML se tornou poderosa¹¹ ao ponto de influenciar a porcentagem dos impostos que pagaria, as terras que arrendaria, quanto pagaria no arrendamento destas terras, inviabilizou a Reforma Agrária em terras que eram de seu

¹¹ A Companhia detinha veículos terrestres e aquáticos, estradas e pontes, portos e ferrovias, assim, o domínio de circulação em uma área gigantesca era monopolizado pela Matte Larangeira, porquanto tais vias eram pedagiadas. Possuía sua própria força policial em formato de milícia que fazia a defesa de seus limites e mantinha dócil a massa de trabalhadores superexplorados (maioria paraguaios e indígenas). Praticava a sonegação de impostos e o contrabando de outras mercadorias, como arroz e vinho, que ampliavam seus lucros. Extraía e exportava madeira, metais e pedras preciosas sem pagar os devidos impostos de exportação ao Governo Estadual (SILVA, 1997).

interesse e controlava a passagem de pessoas e mercadorias em seu território. Estas ações eram asseguradas via representantes políticos que as endossavam legalmente (SILVA, 1997).

A Companhia inaugurou a administração da Fazenda Campanário em 1921 em Laguna Caarapã, edificando uma vila com características urbanas: luz elétrica, água encanada, casas e prédios, campos esportivos, farmácia, armazém, hotel, escola, hospital, linha telefônica, que causavam grande impacto aos visitantes (imagens no cap. 3 e nos anexos).

O poderio político e econômico da Companhia lhe permitiu a construção de um patrimônio colossal, onde a empresa exercia seu poder sem a devida fiscalização do governo, configurando-se como um “Estado dentro do Estado”.

Essa expressão, “Estado dentro do Estado”, tornou-se um lugar comum na historiografia da empresa, e nesse sentido, consideramos importante contextualizar e discutir esta afirmação.

A CML conformou o território em que atuava: a relação com seus trabalhadores era por ela determinada; forte influência nas esferas políticas; intensa acumulação de capitais; determinação da produção em sua área territorial; definição de impostos e taxas a serem pagos pela mesma; controle das vias e da circulação de pessoas/cargas, com apoio miliciano dos comitiveros¹². Essa é nossa tese.

A Matte Larangeira¹³ era um enclave de poder territorial local alicerçada pelo Estado por meio dos decretos e das políticas públicas fiscais. Por esse potencial político e miliciano, dominava sua área de exploração com soberania, que fazia frente à soberania do próprio Estado de Mato Grosso. Esse significado que foi difundido pelos autores tendo a Matte Larangeira como um Estado pelo domínio político sobre sua área dentro do Estado do Mato Grosso. Todavia, a empresa de Thomaz Larangeira não se sobrepôs ao EMT em nenhuma época de sua existência.

¹² Comitiveros eram uma espécie de polícia da Companhia Matte Larangeira (JESUS, 2004), fazendo a proteção de suas fronteiras, controlando a circulação, forçando os trabalhadores a acatarem a exploração e neutralizando insubordinações por parte deles.

¹³ Quando nos referimos à Matte Larangeira, referenciamos ao período em que a empresa trabalhou com a erva mate por quase 60 anos (de 1877, explorando a erva no Paraguai até a década de 1940, quando Getúlio Vargas a enfraquece; até, pelo menos 1958, a empresa continuava operando a linha férrea porto Murinho-São Roque, transportando couro e madeira, o que contabiliza cerca de sete décadas de funcionamento da empresa).

Entretanto, Jesus (2004) destaca que Corrêa Filho, em 1925, utilizou a expressão “Estado no Estado”, cujo significado é impedir que os migrantes gaúchos se instalassem na região ervateira do SMT e formassem um Estado (ocupação de terras e exigências para sua permanência) dentro do Estado de Mato Grosso. Corrêa Filho retirou esta expressão de uma carta datada em 25/10/1907, cujo remetente foi Manoel Murtinho endereçando-a à Generoso Ponce¹⁴. Murtinho enfatizava que se tomassem providências para inviabilizar a entrada e instalação dos gaúchos (beneficiando a empresa), e para tal utilizou esta expressão.

É importante fazer este esclarecimento, pois os autores atualizaram e ressignificaram a expressão de Corrêa Filho. Assim, a Matte Larangeira não foi um Estado Nacional ou um *locus* de ruptura política com o País, mas foi um agente político que *determinava* as ações do Estado de Mato Grosso, porquanto os membros da empresa também eram membros do EMT.

A Matte Larangeira foi enfraquecida na década de 1940¹⁵, quando o então presidente Getúlio Vargas implantou uma política de interiorização do País e criou a Colônia Agrícola de Dourados (CAND). Esta promoveu o desenvolvimento de um núcleo populacional e tinha por objetivo povoar a fronteira Brasil-Paraguai.

O BRMT foi liquidado amigavelmente entre 1902 e 1903, cujo acervo foi comprado por Thomaz Larangeira e seus sócios Mendes Gonçalves e Francisco Murtinho, com todos seus bens e concessões, passando a ter sede em Buenos Aires e renomeada de Laranjeira, Mendes & Cia. Contudo, Thomaz Larangeira continuou sendo o principal agente da empresa, pois a Lei Estadual nº 373, de 19 de maio de 1903, transferiu a ele o contrato de arrendamento para exploração da erva mate. Uma importante contribuição de Queiroz (2018) a este item:

É certo que, entre as 15 mil ações pelas quais se distribuía o capital da CML, nada menos que 14.540 foram subscritas pelo Banco Rio e Mato Grosso, cabendo as demais 460 pessoas físicas, entre as quais figurava Tomás Laranjeira, com apenas 100 ações. Essa circunstância não implica, contudo, que

¹⁴ Manuel Murtinho (1847-1917) foi juiz em Mato Grosso e ministro do Supremo Tribunal Federal; irmão de Joaquim Murtinho e também acionista da CML; Generoso Ponce (1852-1911) foi senador e presidente do estado de Mato Grosso, exercendo o último cargo entre 1907 e 1908.

¹⁵ Porém, em 1915 foi criada uma Lei que dava direito às terras aos posseiros já situados, o que causou uma fragmentação em seu monopólio. Adiante, essa Lei será rediscutida.

Laranjeira tivesse sido aliado do negócio; ao contrário, pude constatar que ele era também acionista do próprio BRMT, embora a documentação até agora encontrada não permita identificar o montante de suas ações. Assim, ao longo do período 1891-1902, Laranjeira não só participou da diretoria e do conselho fiscal da CML como integrou também o conselho fiscal do BRMT. Em resumo, embora tenha perdido sua antiga posição de comando nos negócios ervateiros em Mato Grosso, o referido personagem parece haver preservado considerável poder de influência. Desse modo, não chega a ser surpreendente o fato de que, durante o processo de liquidação do BRMT, é Laranjeira quem se apresenta, em janeiro de 1903, para assumir o espólio da instituição, conforme proposta transcrita na ata de uma assembleia dos acionistas do Banco (proposta, aliás, aprovada por unanimidade): “O abaixo assinado propõe-se à compra do ‘Ativo’ do Banco Rio e Mato Grosso, em liquidação [...], pela quantia de 2.250:000\$, obrigando-se à solução do ‘Passivo’, de acordo com o respectivo balanço final. Rio [de Janeiro], 10 de janeiro de 1903. Th. Laranjeira” (QUEIROZ, 2018, p. 7).

Quanto ao contexto para a liquidação do BRMT:

[...] o banco não parecia estar necessariamente “fadado a soçobrar”, nem em função da crise bancária de 1900 nem, muito menos, por haver sido um produto do Encilhamento. Desse modo, desde que se admita que, embora estivessem no comando do banco, os Murtinho não eram, efetivamente, seus “donos”, parece lícito concluir que os demais controladores, em face de uma violenta ruptura do equilíbrio de poder em Mato Grosso, parecem haver-se assustado, considerando mais prudente afastar-se dos negócios enquanto ainda podiam salvar seus investimentos (QUEIROZ, 2010).

Jesus (2004) destaca a severa exploração dos trabalhadores (Figuras 3 e 4), também chamados de mineros¹⁶ – a maioria paraguaios que atravessavam a fronteira em busca de emprego – sob a vigia e repressão dos comitiveros. A Matte Larangeira utilizava estratégias semelhantes ao que atualmente é chamado de trabalho análogo ao escravo¹⁷: atividade sexual por meio de mulheres prostituídas chamadas de quilombras e os bailes para a interação entre os trabalhadores e elas. Comida, roupas e a atividade sexual eram

¹⁶ Os trabalhadores que cortavam a erva mate dos ervais eram chamados de mineros por que os ervais eram chamados de minas. Para saber mais: ARRUDA, Gilmar. **Frutos da Terra**. Os Trabalhadores da Matte Larangeira. Londrina: Editora UEL, 1997.

¹⁷ O Trabalho análogo ao escravo é tipificado no Código Penal desde 1940 e foi atualizado em 2003. Atualmente é definido como trabalho forçado, com jornadas tão extenuantes que podem causar danos físicos ao trabalhador, condições degradantes de trabalho, restrição da locomoção do trabalhador por dívidas contraídas com o empregador.

descontadas do salário dos trabalhadores, impedindo-os de sair do trabalho compulsório.

No jornal O Paiz, de 27 de setembro de 1897, há uma curta matéria intitulada “Pelos indústrias” que descreve entusiasmadamente a inauguração das etapas produtivas mecanizadas da erva-mate, sem destacar a exploração dos trabalhadores. O texto informa que não é uma fábrica propriamente dita¹⁸, mas um conjunto de oficinas e a festa de inauguração contou com as “melhores” pessoas da sociedade, banda do Exército promovendo a música, um banquete e champanhe – ao invés de tereré ou chimarrão, como esperava o repórter.



Figura 3: Trabalhadores dos ervais transportando cargas de 60 a 150 kg.
Fonte: CDR, 2023; SILVA, 2011, p. 56 (Acervo Memória Fotográfica de Dourados)



Figura 4: empregadores e empregados (mineiros) da Matte Larangeira.
Fonte: CDR, 2023; SILVA, 2011, p. 24 (Acervo Memória Fotográfica de Dourados)

Ademais, a ação da Matte Larangeira foi monopólica porquê o Decreto nº 520 de 1890 assegurava exclusividade da exploração dos ervais à Companhia, impedindo a atuação de terceiros em sua área. Foi a manutenção dos contratos e a quase exclusividade do uso sobre a terra que tornaram a Companhia monopolista (FERNANDES,2019). A Companhia também atuou

¹⁸ No relatório de contas da CML de 1898, há menção a esta fábrica em território nacional inaugurada no dia 26/09/1897, contando com um moinho do sistema Coppola, prensa hidráulica e aparelhos para enformar as latas de armazenar o mate.

como contrabandista¹⁹, vendendo o mate sem passar pelo fisco do Estado, o que não gerava aumentos nas receitas mato-grossenses.

No início do XX, os migrantes, sobretudo gaúchos, obtiveram autorização estatal para tornarem-se posseiros, **quebrando** o monopólio da Matte Larangeira na exploração dos ervais, gerando conflitos nas esferas políticas e entre posseiros e a Companhia. Mesmo com a criação da Lei nº 725, de 24 de setembro de 1915, que tentava solucionar a ‘Questão do mate’ assegurando o direito de aquisição da terra aos posseiros anteriores a 1915, a Lei não retirou os benefícios da Matte Larangeira (QUEIROZ, 2015a).

Havia consenso entre as elites do SMT de que arrendar grandes latifúndios para o capital privado era a melhor opção para o Estado. A autora Gislaene Moreno discutiu a apropriação privada das terras devolutas do Mato Grosso por meio de desrespeito à Lei e priorização do latifúndio:

Na prática, a política de colonização serviu muito mais para controlar a entrada de imigrantes no Estado e cercear a expansão da pequena propriedade. O número de imigrantes que veio para Mato Grosso e o número de trabalhadores livres aqui existentes não representaram forças suficientes para provocar um processo contrário à concentração fundiária, favorecida pelo estímulo dado pelo Estado à apropriação da grande propriedade. Concluiu-se que a política fundiária no estado, até 1930, reduziu-se a uma ação indiscriminada de regularização e legitimação de títulos de domínio, cujas terras já estavam em mãos de particulares. Passando por cima dos atos fraudulentos, praticados por proprietários, com a conivência dos responsáveis pelos serviços de registro, medição e demarcação das terras, os Governos Estaduais promoveram a regularização de grandes extensões de terra, forjando as bases para a concentração fundiária no Estado. A ideia subjacente é de que a longo prazo o Estado lucraria, uma vez que receberia impostos das terras e da produção, taxas e emolumentos exigidos para o reconhecimento do domínio, pagamentos atualizados dos excessos de área, etc. [...]

A Matte Larangeira detinha receita 6 vezes maior que a receita do Estado de Mato Grosso e fazia empréstimos ao mesmo a partir de meados de 1920, evidenciando o quanto o EMT tornou-se débil frente a ela. Apenas sob o Governo

¹⁹ Os jornais de oposição da época denunciavam o contrabando da Companhia; Queiroz (2015) trouxe um trecho do livro “Retratos de uma época: os Mendes Gonçalves & a Cia. Matte Larangeira” (2014), de autoria de Luiz Alfredo Marques Magalhães, em que o contrabando por parte da Larangeira, Mendes & Cia (sucessora da Companhia Matte Larangeira, a partir de 1902).

Vargas que ações políticas contundentes reduziram o poderio político e econômico da empresa: sob o título de ‘Marcha para Oeste’, o Governo Federal intencionava a fragmentação dos extensos latifúndios do SMT e a ocupação destas áreas pouco povoadas.

Jesus (2004) ainda destaca a formação e fortalecimento das cooperativas de mate que atuaram no SMT, contribuindo para o enfraquecimento da Matte Larangeira. Finaliza seu trabalho indicando os principais aspectos da fase final ervateira no SMT.

Outra dissertação de História desenvolvida na UFGD é a de Eva Maria Luiz Ferreira, intitulada “A participação dos índios Kaiowá e Guarani como trabalhadores nos ervais da Companhia Matte Larangeira (1902-1952)”, defendida em 2007. De uma forma geral, todos os trabalhos acadêmicos refazem a trajetória da Matte Larangeira, porém, evitaremos as repetições e enfatizaremos os posicionamentos analíticos dos autores.

Atualmente, o Mato Grosso do Sul possui vários povos indígenas, sendo os Kaiowá e os Guarani os mais populosos, seguidos pelos Terenas, Kadiwéu, Guató, Ofaié, Kamba, Kinikinau e Atikun (os cinco últimos menos numerosos). A análise teórica que a autora faz incide sobre o auto-apagamento dos indígenas ao ocultarem sua etnia para evitar o preconceito (bugres) nos ervais, portanto submetiam-se ao processo de transfiguração étnica, para se assemelharem aos paraguaios.

A autora ressignifica o papel do indígena, geralmente visto como vítima pela literatura em geral e pela historiografia: apesar de toda a violência que sofreu, não abriu mão de sua autodeterminação, apesar de estrategicamente ocultar sua origem étnica para sofrer menos preconceito nos ervais.

O filme *Martírio*, de 2017, dirigido por Ernesto de Carvalho, Vincent Carelli e Tatiana Almeida, denuncia a violência secular contra os indígenas guarani-kaiowá e aborda a participação da CML neste processo. Destaca que a Lei de Terras de 1850 estabeleceu que terras indígenas não poderiam ser consideradas como terras devolutas, tampouco arrendadas. O império desrespeitou a Lei na ânsia de ocupar os espaços com os “brasileiros” (os não indígenas) e erradicar as línguas castelhana e guarani. O cone sul do MS era território paraguaio que foi anexado após a Guerra do Paraguai (1864-1870) e

era a terra dos guarani-kaiowá. Os índios eram chamados de paraguaios, produzindo, deliberadamente, um apagamento étnico.

Cada cidadão podia requerer 2 lotes, sendo que cada lote possuía 3.600 hectares. Aos 40 mil indígenas foram destinados apenas 8 lotes, o restante da terra que lhes foi usurpada foi destinada à CML e aos colonos que conseguiram se instalar.

A área explorada por cerca de sete décadas pela Matte Larangeira era território ocupado por povos indígenas e houve a submissão destes mediante o sistema produtivo imposto. A mão de obra indígena foi intensamente explorada pela Matte Larangeira na produção ervateira, lembrando que esses trabalhadores estavam submetidos à severa precarização do trabalho, já que o trabalho braçal ervateiro era mal remunerado e exaustivo ao trabalhador.

Ferreira (2007) inicia sua pesquisa apontando as ramificações linguísticas do Tupi-guarani e trata da ocupação indígena no SMT, que sofreu forte desmantelamento das comunidades pelas ocupações que se deram sobre seus territórios.

Após o fim da Guerra do Paraguai (1864-1870), o Governo Brasileiro determinou a definição das fronteiras com o Paraguai e a ocupação das mesmas, que se deu com migração de paraguaios e brasileiros vindos do Sul e Sudeste majoritariamente. Neste contexto, a Matte Larangeira vai se instalar em território tradicional Guarani e Kaiowá.

O Serviço de Proteção aos Índios (SPI), criado em 1910 com o objetivo de deter a catequização dos indígenas e “civilizá-los” para serem *trabalhadores nacionais*²⁰, demarcou algumas áreas como indígenas entre 1915 e 1928 a fim de “proteger” esses grupamentos étnicos. Posteriormente a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) demarcou outras áreas na antiga região do SMT. Abaixo, a imagem aponta as áreas demarcada até 1928 pelo SPI (em cor verde) e sua proximidade com a sede da Matte Larangeira na Fazenda Campanário (em rosa, na Figura 5, abaixo):

²⁰ Fonte: <http://www.funai.gov.br/index.php/servico-de-protecao-aos-indios-spi>. Acesso em 28 nov. 2020.

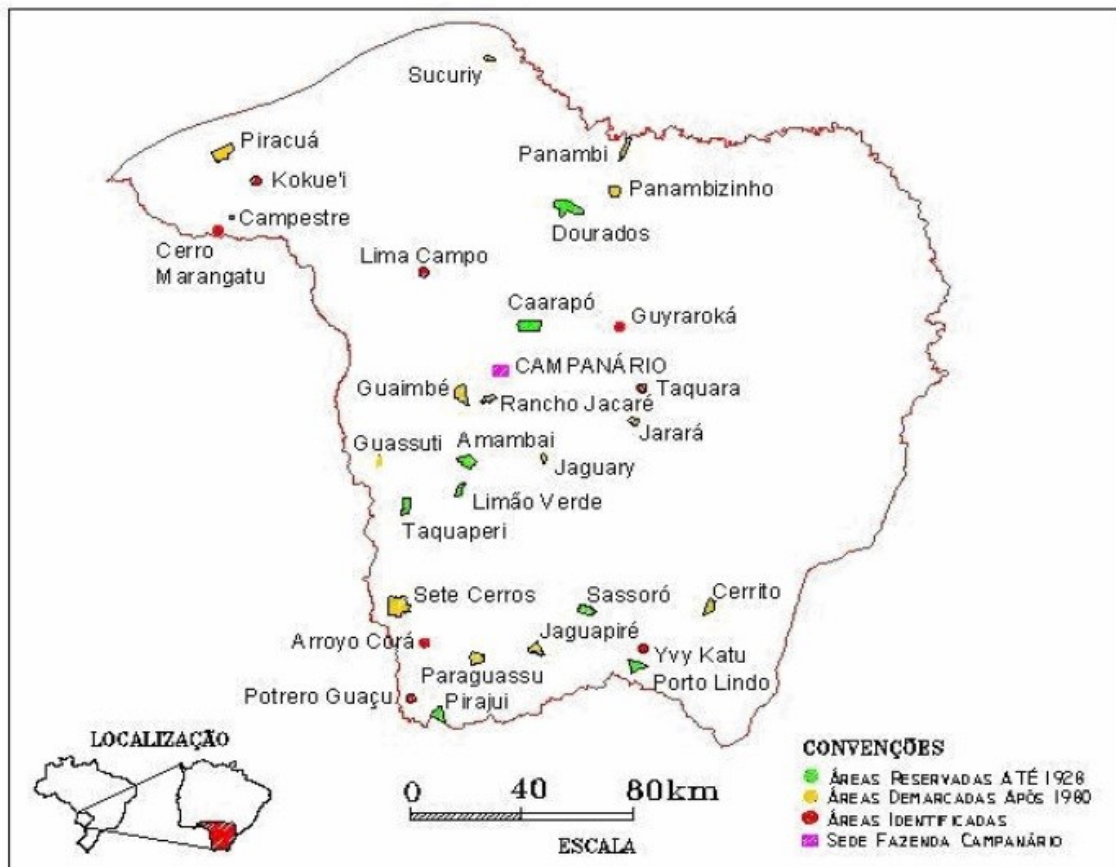


Figura 5: Áreas demarcadas pelo SPI entre 1915-1928.

Fonte: FERREIRA, 2007, p. 40.

A demarcação das terras indígenas gerava a ideia de que as únicas terras indígenas eram aquelas demarcadas e que os indígenas deveriam ser resguardados compulsoriamente dentro dos limites delas. Essa estratégia foi certa do ponto de vista da territorialização do capital ervateiro, pois legitimava a ocupação – que já acontecia desde antes das demarcações – dos territórios indígenas pela Matte Larangeira e pelos posseiros/migrantes que ali chegassem. O Estado por meio desta reorganização territorial tomou para si as terras indígenas, as direcionou para a Matte Larangeira e posteriormente legitimou o uso empresarial por meio das demarcações de terras indígenas.

As terras demarcadas aos indígenas eram aquelas que o Estado e o SPI consideraram menos problemáticas à integralização das atividades econômicas ervateiras e pecuaristas, assim, os indígenas tinham dificuldade para se estabelecerem nelas. A relação do indígena com a terra é diferente da do colono, pois o indígena possui uma territorialidade enraizada na ancestralidade, na história de seu povo e o território é parte dessa história. Assim, quando

colocados em áreas desprovidas deste enraizamento e territorialidade, gerava-se o estranhamento e a ânsia por retomar suas antigas e legítimas terras.

Para manter as comunidades dentro das áreas determinadas, o SPI investiu alguns indígenas de cargos de autoridade (subordinados aos Chefes do SPI) para evitar o abandono das terras, surgindo a figura do capitão e da polícia indígena.

O Estado é um dos agentes modeladores do espaço porquanto é munido de poder institucional e tende a criar condições de reprodução da sociedade capitalista privilegiando as classes dominantes e projetando diferentemente os espaços a serem ocupados pelas distintas classes sociais (CORREA, 1993). No caso específico da demarcação das terras indígenas, atuou para conter as populações indígenas em redutos ditos de proteção, mas que em verdade serviriam para liberar as terras tradicionais para o capital ervateiro, especialmente, para a Matte Larangeira.

O SPI esteve à frente da intermediação dos contratos de trabalho dos indígenas, o que não impedia de que os mesmos fossem intensamente explorados. Identificamos que as instituições estatais mato-grossenses trabalharam em prol da reprodução do capital ervateiro com mais ênfase do que na proteção de povos tradicionais.

Ferreira (2007) resgata a historiografia que tratou dos trabalhadores dos ervais e destaca a importância do trabalho de Hélio Serejo (1986²¹), que retratou (sem pormenores) a participação dos indígenas como mão de obra da Matte Larangeira. Aponta a obra de Gilmar Arruda (1997²²), que buscou identificar os trabalhadores falantes de guarani, mas para ele, os indígenas estavam dados como “desaparecidos” e foram os primeiros moradores dos ervais. Autores como Alcir Vaz Guimarães, Alisolete Weingartner, Gilberto L. Alves, Valmir Correa e Virgílio Correa Filho e outros não se aprofundaram na questão indígena em seus trabalhos acadêmicos.

Sobre estes trabalhos em que não houve um estudo mais aprofundado da vivência, historiografia e etnografia indígena, a autora destaca que:

²¹ SEREJO, Hélio. Caraf. In: **Ciclo da Erva-Mate em Mato Grosso do Sul 1883-1947**. Campo Grande: Inst. Euvaldo Lodi, 1986, p. 27-193. (Série Histórica. Coletânea).

²² ARRUDA, Gilmar. **Frutos da Terra**. Os trabalhadores da Matte Larangeira. Editora UEL, Londrina, 1997.

O que pode ser observado, com clareza, nessas obras é que o índio não é percebido como um habitante que ocupava essa região, mas como um personagem “inconveniente” que barbaramente atacava pessoas “inocentes”, que queriam “apenas” ocupar, civilizar, explorar e povoar as terras que ele já vinha ocupando há anos. As populações indígenas raramente foram admitidas como sujeitos de direitos, como primeiros moradores, mas foram tratados pelos “novos chegantes”, como um empecilho. Estes ignoravam a lógica do pensamento indígena em relação ao uso do território e dos recursos naturais e se negavam a entender as razões da resistência indígena [...]. (FERREIRA, 2007, p. 47-8).

A autora colheu relatos orais de indígenas e não indígenas sobre a ocupação das terras e presença dos indígenas antes da instalação da Matte Larangeira e dos posseiros migrantes. As fontes orais apontaram para forte preconceito para com os indígenas, intitulado-os pejorativamente de bugres, selvagens e vagabundos (por não trabalharem nos moldes capitalistas) e representando os não-índios como civilizados e culturalmente superiores.

A tese do historiador Antônio Brand (1997²³) é destacada pela autora por trazer uma narrativa acerca da participação dos indígenas no trabalho ervateiro e das transformações ocorridas dentro das aldeias referentes a produção econômica e organização social após a instalação da Matte Larangeira.

A Matte Larangeira mantinha uma relação dúbia com os indígenas: tentavam suprimir tudo o que fosse referente ao indígena, sinônimo de primitividade, pois ele era um ser da natureza, um animal, que não se encaixava no modelo civilizatório e urbanizado da Fazenda Campanário; mas utilizava sua mão de obra em regime de semi-escavidão²⁴ nos ervais em funções hierarquicamente mais baixas – ou seja, os trabalhos mais pesados e degradantes e com salários menores.

O número de indígenas empregados pela Matte Larangeira no total de trabalhadores era em média superior à 50% e em algumas localidades superior à 75%, como apontado pelo relatório de 1927 da SPI. E mesmo com a alta participação dos indígenas no trabalho ervateiro, os mesmos eram tratados com

²³ BRAND, Antônio Jacó. O Impacto da Perda da Terra sobre a Tradição Kaiowá/Guarani: os difíceis caminhos da palavra. **Tese**. Rio Grande do Sul: Pontifícia Universidade Católica – PUC, 1997, 382 p.

²⁴ Ou trabalho análogo ao escravo.

submissão, vistos como “menos sabidos” que os paraguaios no cotidiano multiétnico que foi constituído.

A exploração do indígena e sua inferiorização cultural foram interiorizadas pelos Guarani e Kaiowá, que buscavam o ocultamento de seu ser indígena, pois este se misturava ao paraguaio dificultando o discernimento, principalmente pela língua guarani falada por ambos.

A exploração do indígena se iniciava com o agenciamento realizado pelo SPI, que o buscava na aldeia para trabalhar nos ervais, na cana de açúcar e lavouras em geral. A corrupção começava naquele momento, pois os agentes do SPI surrupiavam parte dos recursos destinados aos indígenas. Nos relatos expostos pela autora, é visível a discrepância entre os agentes do SPI e os indígenas quanto à alimentação, condições de vida e até mesmo as roupas, já que alguns “andavam meio pelados” por falta de dinheiro para vestimentas.

Ressaltamos que, apesar da Matte Larangeira ter promovido a matança de muitos indígenas, a pecuária (gado) foi a grande responsável pela letalidade destes povos²⁵, pois os fazendeiros “caçavam” os indígenas, tomavam seus territórios e usavam sua força de trabalho nas fazendas; as autoridades não coíbiam estas ações.

Quanto ao BRMT: refere-se a ele como pertencente à família Murtinho e sua trajetória é bastante resumida. Entretanto, Queiroz (2010, 2015) destacou que a instituição não deve ser encarada como pertencente aos Murtinhos, porquanto estes não eram os donos do banco e não detinham controle total sobre a mesma. O autor também aponta que o BRMT atuava na exploração da borracha e em formação de núcleos coloniais, portanto, deve ser entendido como uma *holding* (QUEIROZ, 2015a).

O trabalho de Eva Ferreira é de extrema importância pois sobrepõe a presença indígena ao contexto ervateiro da Matte Larangeira, dando visibilidade e explanando a vivência destes grupos sociais. Reitera-se que a territorialidade indígena foi severamente agredida pela constituição da empresa/companhia Matte Larangeira, que contou com o apoio do Estado de Mato Grosso em

²⁵ Mais em: **MISSÃO RONDON**. Relatório dos trabalhos realizados de 1900-1906 pela comissão de Linhas Telegráficas do Estado de Mato Grosso, apresentado às autoridades do Ministério da Guerra pelo major de Engenharia Cândido Mariano da Silva Rondon como chefe da comissão. Publicação nº 69-70 do Conselho Nacional de Proteção aos Índios, Ministério da Agricultura. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro: 1948 – 1949

diferentes momentos históricos. Assim, indicamos que o EMT atuou no sentido de assegurar a reprodução do capital, especialmente quando os sujeitos que compõem a esfera estatal são também os agentes do capital.

As próximas três obras são extemporâneas ao nosso recorte territorial (1940-70), porém optamos por inseri-las para demonstrar como a Matte Larangeira travou a colonização no SMT ao longo das décadas e outros pontos importantes de sua trajetória.

Em 2012, José Antonio Fernandes defendeu a dissertação “Erva mate e frentes pioneiras: dois mundos em um só espaço (1943-1970)” no Programa de História. O autor destaca que a criação da CAND²⁶, resultante da política de colonização “Marcha para Oeste” no ano de 1943, tardou em ser efetivada, tendo seus primeiros lotes ocupados em 1945. O Governo Vargas tinha como objetivo a colonização desta região, interrompendo o forte domínio da Matte Larangeira sobre o território (Figura 6). Desde o final do século XIX, o SMT recebeu migrantes, sobretudo gaúchos, e sob o governo Vargas estes fluxos migratórios se intensificaram.



Figura 6: Vargas em visita à região da Matte Larangeira – 1943.
Fonte: BITTAR, 2009, p. 370 (Acervo Arquivo Público MS).

A CAND foi demarcada dentro do Território Federal de Ponta Porã e era a materialização da ideologia bandeirante de conquistar espaços e fronteiras

²⁶ Determinada pelo Decreto nº 5.941, de 28 de outubro de 1943. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5941-28-outubro-1943-416007-publicacaooriginal-1-pe.html>

para a lógica capitalista, uma das frentes pioneiras de um projeto de desenvolvimento do capitalismo no campo²⁷.

O recorte temporal do autor é de 1940 a 1970 para discutir a formação, expansão, as relações produtivas e sociais dentro da CAND, extemporâneo ao nosso, mas com informações importantes acerca do poderio que a empresa construiu junto ao EMT.

Fernandes (2012) aponta que o Instituto Nacional do Mate²⁸ (INM) alegava defender os interesses dos produtores e cancheadores, mas, em diversos momentos emitiu medidas que privilegiavam os industriais da erva mate com redução nas taxas de exportação e restrições e cotas para a venda da cancheada, o que limitava os mercados tradicionais.

O autor faz o resgate da trajetória da Matte Larangeira, enfatizando seu controle territorial sobre as vastas terras, suas infraestruturas e os conflitos com os *changa-ys*, ditos “ladrões de erva”²⁹, que eram os produtores independentes, contrabandistas, quateros³⁰ e quem agisse contrário ao que a empresa determinava.

Dentro da CAND, a erva mate não era o principal produto comercializado, pois os colonos trabalhavam com lavouras, especialmente de feijão, arroz, milho e trigo, para sua subsistência e vendiam o excedente. Eram poucos os lotes com registros que indicassem o uso comercial da erva mate e alguns colonos não sabiam ou não quiseram explorar a erva mate encontrada em seus lotes, preferindo derrubá-la e substituir pela lavoura.

Os colonos que optaram por trabalhar com a erva mate (maioria nordestinos), aprenderam dos colonos remanescentes, dos indígenas e dos paraguaios as técnicas para sua produção.

²⁷ Mais em: MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e tradicionalismo**: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975. _____. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009. OLIVEIRA, Benícia Couto de. A política de colonização do Estado Novo em Mato Grosso (1937-1945). **Dissertação** (Mestrado em História). FCL/UNESP, Assis, 1999, 255 f.

²⁸ Criado pelo Decreto-lei nº 375, de 13 de abril de 1938 como uma autarquia vinculada ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; foi extinto pelo Decreto-lei nº 281, de 28 de fevereiro de 1967. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-375-13-abril-1938-350783-publicacaooriginal-73621-pe.html>.

²⁹ Os ladrões de erva eram alguns dos imigrantes brasileiros e paraguaios (QUEIROZ, 2015a).

³⁰ Quateros ou quadrilheiros eram os ex-trabalhadores paraguaios da Matte Larangeira que se rebelavam contra a empresa e passavam a operar no banditismo, segundo: ARRUDA, Gilmar. **Frutos da terra**: os trabalhadores da Matte-Larangeira. Londrina: Ed. UEL, 1997; CORREA, Valmir Batista. **Coronéis e bandidos em Mato Grosso**. 1995.

O autor destaca as relações comerciais estabelecidas entre Brasil e Argentina durante os anos 1950-60, referentes à comercialização da erva mate e de outros produtos. Aponta o incremento na produção de mate argentino ter sido um dos elementos que contribuíram para a corrosão da Matte Larangeira, já que esta era dependente do mercado externo.

Este ponto, acrescido pela criação das cooperativas do mate desde 1932, a “Marcha para Oeste” e a Lei Estadual nº 725, de 24 de setembro de 1915³¹, foram os componentes que puseram fim ao monopólio da Matte Larangeira.

A economia ervateira entrou em “colapso” no ano de 1965, com o fim das importações argentinas, porém, ainda resistiu por mais alguns anos e atualmente ainda é processada com condições distintas daquela época.

O BRMT não foi mencionado na pesquisa de Fernandes (2012).

O livro “Ervais em queda transformações no campo no extremo sul de Mato Grosso (1940-1970)”, de Jocimar Lomba Albanez³², demonstra o processo de ocupação não indígena do extremo sul de Mato Grosso. Albanez destaca a atuação da Matte Larangeira, enfatizando a violência e o trabalho análogo ao escravo.

O autor refaz a trajetória histórica da Matte Larangeira, salientando a participação do BRMT na criação da Companhia e de como os irmãos Murtinhos enquanto políticos de Mato Grosso facilitaram as condições para expansão da Companhia.

Destaca a área de exploração da Matte Larangeira de quase 60.000 km² e a desapropriação de 3.600 hectares feita pelo Poder Legislativo ocorrida em 1915, a fim de criar a Vila de Ponta Porã, já elevada a essa categoria em 1912. Em 1920, Ponta Porã foi elevada à cidade e no ano seguinte a Matte Larangeira sofreu nova desapropriação de terras para o município, sendo de 4.297 hectares.

A atuação da Matte Larangeira retardou a formação de núcleos urbanos nas áreas por ela exploradas, caso de Dourados: o distrito homônimo foi criado

³¹ Essa Lei definiu que a área arrendada passaria por concorrência, não poderia exceder 400 léguas quadradas (o equivalente a 1.440.000 ha) e que posseiros já acomodados nas terras teriam direito sobre o arrendamento delas. Em 1916, a CML arrendou 400 léguas via contrato, assim, esta Lei a beneficiou por um período, porquanto a partir de 1919 começou-se a expedir títulos aos novos proprietários, rompendo com o domínio territorial da empresa (BRAND; ALMEIDA, 2017).

³² Publicado pela Editora da UFGD em 2013.

em 1911, tendo reservas de terras estabelecidas em 1915, mas recebera a emancipação político-administrativa apenas em 1935 e os foros de cidade em 1938. Além disso, a Matte Larangeira, cujos interesses estavam alinhavados aos dos dirigentes políticos, obstruía o assentamento de pequenas propriedades nos ervais.

Sobre as infraestruturas criadas pela Matte Larangeira, Albanez (2013) ressalta que foram estratégicas para a exploração e escoamento do mate pela empresa, mas que não devem ser consideradas “extraordinárias”.

O Estado Novo utilizou um discurso apresentando a Matte Larangeira como inimiga da “Marcha para Oeste”, ou seja, inimiga do projeto de colonização e nacionalização da fronteira dentro do território mato-grossense, legitimando suas ações e desgastando a imagem da empresa. Uma das estratégias para desmontar o monopólio da Companhia foi a criação do Instituto Nacional do Mate (em 1938), que objetivava estimular a indústria do mate e o sistema de crédito e cooperação entre produtores, industriais e exportadores. O INM interpôs limites para a Matte Larangeira, mas por vezes a beneficiou ao limitar as ações dos pequenos produtores e industriais.

A Matte Larangeira usava o *conchavo* para atrair trabalhadores paraguaios aos ervais por meio das bailantas (festas para dançar):

[...] depois de se divertirem a valer, de beber, de dançar até alta madrugada, num dado momento a música pára, as mulheres somem... Aí aparece o dono da espelunca com a conta. Não há dinheiro para pagar, surgem os tarrachis. Ou paga ou vai para o xadrez. Nisso aparece o aconchavador, se oferecendo para resolver o problema. Mas tem uma condição. Assinam um contrato de trabalho para trabalhar no erval e tudo será resolvido. Assinando o contrato, paga as despesas, o transporte será em carretas, ou mesmo a pé, tudo acertado com promessas mil. E depois?... uma ida sem volta à escravidão e ao inferno. (BIANCHINI, 2000, p. 174).

Os paraguaios iniciavam o trabalho já endividados com a empresa e dificilmente conseguiam saldar tal dívida com seu salário ou trabalho. A servidão por dívida ou trabalho análogo ao escravo foi uma estratégia que contribuiu para o enriquecimento da Matte Larangeira e é ainda utilizada pelo capital, que combina formas de trabalho tipicamente capitalistas com outras não capitalistas.

Albanez (2013) também destaca a presença dos indígenas trabalhando na Matte Larangeira e cita o mesmo relatório de 1927 que identificava os trabalhadores em 75% indígenas, especificamente na região do Iguatemi. O sistema de endividamento também era aplicado ao indígena.

A Matte Larangeira explorou os ervais e as pessoas (brasileiros, paraguaios e indígenas) que foram adsorvidas pela lógica produtiva imposta. O autor sublinha que o rural predominava no extremo sul do Mato Grosso até meados do século XX, com presença de matas, pastagens e plantações.

Fernando dos Anjos Souza, defendeu, em 2018, a tese “Conflitos armados, encontros e combates nas fronteiras do sul de Mato Grosso, nas décadas iniciais do século XX” no Programa de História. Seu extenso trabalho analisa os conflitos armados nos anos 1920 e aponta a participação da Matte Larangeira nos mesmos, além de destacar que o Estado de Mato Grosso contribuía para que tais conflitos eclodissem.

Com esta tese doutoral (também extemporânea ao nosso recorte temporal), queremos evidenciar a persistência do traço oligárquico no EMT e apontar o envolvimento das oligarquias e do EMT em conflitos armados, cujos motivos estavam entremeados aos interesses da Matte Larangeira.

Seu *locus* de análise é a fronteira Brasil-Paraguai e ele aponta a existência de uma identidade mato-grossense na região fronteiriça e que a mesma foi consolidada próxima do ano de 1919, quando se comemorou o bicentenário de Cuiabá. O então presidente estadual Dom Aquino Corrêa visitou municípios pela data da comemoração, despertando o senso patriótico dos mato-grossenses e os fazendo ver seu Estado unificado ao restante do País.

Souza (2018) afirma que o Mato Grosso não era uma região isolada do restante do território nacional pela circulação de ideias, informações e pessoas. A imprensa constituída por jornais estava consolidada nos anos 1920 e circulava entre as cidades que existiam no Mato Grosso. Adiante, traremos notícias anteriores a esta década em jornais que já existiam há alguns anos e com circulação frequente.

Após fazer o resgate histórico da ascensão da Matte Larangeira, o autor traz à tona a questão militar: a reorganização do Exército pautada no aumento de efetivos e a tentativa de organizar politicamente o Exército tornando-o uma estrutura nacional. Primeiro engendraram uma “*política na organização*” e depois

uma “*política da organização*”, onde almejavam mudanças político-sociais rompendo com as oligarquias e promovendo a modernização do Exército. Este último estabeleceria uma aliança com a burguesia industrial emergente e com a tecnocracia estatal para alcançar estes objetivos.

Quanto às corporações armadas no SMT, as mesmas eram constituídas por ex-combatentes da Guerra do Paraguai, membros da Guarda Nacional, oficiais honorários, policiais estaduais, guardas federais, guardas particulares munidos de armas, formando as milícias ou corporações armadas. Todos estes sujeitos e as milícias que eles compunham estavam à disposição dos proprietários rurais. Essa característica se aplica ao nosso recorte temporal.

A Guarda Nacional foi incorporada ao Exército em 1918 e assim, considerada extinta. As forças públicas estaduais (polícia) atuavam como “[...] verdadeiros exércitos a serviços das oligarquias estaduais [...]”³³ (McCANN, 2007, p. 153 apud SOUZA, 2018, p. 114). A Guarda Aduaneira foi constituída para reprimir o contrabando na fronteira Brasil-Paraguai, contudo, a mesma favorecia interesses da Matte Larangeira e dificultava o comércio de imigrantes e por estes motivos foi aniquilada em um ataque coordenado por Felipe de Brum e Bento Xavier. A fiscalização do contrabando pela Guarda Aduaneira estadual e federal era praticamente inexistente devido ao baixo número de guardas e a vasta área fronteiriça.

A Matte Larangeira possuía sua própria milícia para proteger o patrimônio e impedir a fuga dos trabalhadores. Em 1907, a empresa solicitou à Assembleia Legislativa autorização para a formação de uma força policial própria que foi negada porque não seria permitida “a formação de um Estado dentro do Estado” (SOUZA, 2018, p. 119). Mesmo após a negativa da Assembleia, a empresa manteve capatazes que vigiavam os trabalhadores e as vias, onde o assassinato de fugitivos era comum.

Os conflitos armados ocorridos entre o final do século XIX até 1911 foram irrompidos pelos coronéis, integrantes das elites locais, que objetivavam deter o poder político estadual, ou seja, controlar o Estado de Mato Grosso³⁴.

³³ Mais em: McCANN, Frank. **Soldados da Pátria**: História do Exército Brasileiro (1889-1937). São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

³⁴ Mais em: BITTAR, Marisa. **Geopolítica e separatismo na elevação de Campo Grande a capital**. Campo Grande: UFMS, 1999. GALETTI, Lylia da Silva Guedes. Nos confins da Civilização: sertão, fronteira e identidades nas representações sobre Mato Grosso. **Tese**

Uma figura de extrema importância na história da Matte Larangeira é Heitor Mendes Gonçalves: sobrinho de Francisco Mendes Gonçalves. Heitor era militar e tornou-se diretor da empresa, transitando entre as esferas familiar, empresarial e militar, negociou com adversários da empresa em nível estadual e tentou impedir as forças centralizadoras getulistas contrárias à empresa.

Participou de dois conflitos armados na cidade de Ponta Porã, em 1921 e em 1924, ambos de cunho político que destoaram para o enfrentamento militar.

O conflito de Ponta Porã, de 1921, foi até mesmo chamado de golpe de Estado pela mídia paraguaia enquanto nos jornais do Mato Grosso e Rio de Janeiro havia publicações a favor e contra a ação iniciada por Heitor Mendes Gonçalves. Ocorreu entre o período de eleições municipais, estaduais e federais, desde dezembro de 1920 a julho de 1921.

O clima político estava tenso em Ponta Porã com a proximidade das eleições municipais, onde concorriam os Partido Republicano de Mato-Grossense (PRMG), o partido da situação, e o Partido Republicano Conservador (PRC), que fazia oposição ao governo estabelecido. O PRMG se opunha aos interesses da Matte Larangeira.

Nas vésperas da eleição municipal, forças policiais locais e federais faziam patrulha armada à espreita de um iminente conflito, acirradas pelas publicações dos jornais. Porém, as eleições ocorreram sem confrontos e os candidatos perdedores e seus apoiadores acataram a decisão eleitoral. O PRMG foi vitorioso e era alinhado ao Presidente do Estado, Dom Aquino Corrêa.

No dia 30 de janeiro de 1921, os tenentes Heitor Mendes Gonçalves e Luis Simas Enéas prenderam todo o destacamento policial da Força Pública Estadual de Ponta Porã e seu comandante, o tenente Manoel da Costa Ribeiro. A prisão se deu por motivação política, pois políticos, juízes, fazendeiros e advogados possuíam posicionamentos divergentes de outros políticos, civis e militares, insuflando um clima de iminente conflito.

O motivo da prisão e o pontapé inicial para o conflito de 1921 foi a proposta de mudança do nome da cidade de Ponta Porã para Antônio João, pois o tenente Heitor se posicionara pela permanência do nome atual e o Dr. João

(Doutorado em História). USP, São Paulo, 2000, 312 p. FANAIA, João Edson de Arruda. **Elites e práticas políticas em Mato Grosso na primeira república (1889-1930)**. Cuiabá: Ed UFMT, 2010.

Baptista de Azevedo pleiteava a alteração do nome. A divergência entre ambos polarizou o município e dividiu os civis, políticos e homens armados, o que em momento posterior fez com que Heitor prendesse o destacamento policial para neutralizar tal engodo. As autoridades federais reprimiram o conflito e o tenente Heitor ficou preso por 30 dias.

Existem duas versões para este conflito: 1) o tenente Heitor prendeu o destacamento policial para manutenção da ordem, em defesa do Exército, contra as oligarquias dominantes e em cumprimento com a Lei; 2) o tenente Heitor objetivava substituir as autoridades políticas contrárias ao seu posicionamento político e aos interesses e controle da Matte Larangeira. De qualquer forma, ao prender as autoridades municipais, o tenente Heitor beneficiou (simbolicamente) a Matte Larangeira, já que aqueles eram contrários aos interesses da empresa.

Após a ação do tenente Heitor, seus companheiros de Exército e pessoas influentes trataram de publicar nos jornais sua versão dos fatos, colocando-o como um homem honrado e zeloso de suas obrigações militares.

Depois de dispensa do tenente Heitor do Exército por motivo de enfermidade em 1923, assumiu no ano seguinte a função de administrador da Seção Brasil da Empresa Matte Larangeira, isto é, da porção brasileira da empresa cuja sede estava na Fazenda Campanário. Heitor morou em Campanário de 1924 a 1929 e depois se mudou para o Rio de Janeiro, quando se tornou de diretor e acionista da Matte Larangeira.

O outro conflito armado foi em 1924, quando o tenente Heitor assassinou no dia 17 de janeiro seu antigo oponente político Dr. João Baptista de Azevedo, cujo desfecho foi a absolvição unânime de Heitor pelo júri popular cerca de dois meses após o homicídio. Souza (2018) destaca que:

Coexistem duas versões para o crime. Na versão de Heitor Mendes Gonçalves, o assassinato ocorreu em legítima defesa à agressão iniciada pelo falecido. Outra, com argumentos contrários, afirmava que Heitor Mendes Gonçalves assassinara o advogado pelos ressentimentos provocados na atuação do falecido a favor dos posseiros contra a Empresa Mate Laranjeira. (SOUZA, 2018, p. 210).

A unanimidade na absolvição reflete o poderio da Matte Larangeira na tese de legítima defesa. A mídia local e regional e algumas personalidades da

sociedade se posicionaram favoráveis à Heitor. Entretanto, o Presidente da República Epitácio Pessoa em consonância com o Ministro da Guerra, João Pandiá Calógeras, determinou o cumprimento da pena no Rio de Janeiro. Dom Aquino Corrêa tentou intervir em favor do tenente Heitor, sem êxito.

Dezoito tiros, vindos de 3 revólveres atingiram João Baptista pelas costas. Alguns jornais do Rio de Janeiro e de Cuiabá difundiam suas reportagens colocando o advogado como um mártir na luta dos posseiros contra a Matte Larangeira, pois:

[...] um dos grandes opositores políticos da Companhia Matte Larangeira na cidade de Ponta Porã, Batista de Azevedo, foi assassinado por um dirigente da companhia, Heitor Mendes Gonçalves, e não resta dúvida que o motivo foi político, já que ele era advogado dos posseiros. (GUILLEN, 1999, p. 159).

Souza (2018) destaca que as autoridades locais estavam a favor de Heitor e que é possível que o júri tenha sido influenciado pelo poder material e simbólico da Matte Larangeira.

Os conflitos dos anos 1920 foram coronelistas, organizados por políticos locais e regionais para obtenção e/ou controle de poder político com a participação de militares, milícias particulares e/ou forças policiais. As situações ocorridas em 1921 e em 1924 no SMT foram disputas por poder, e ainda que tivessem envolvido militares não devem ser consideradas como parte do Movimento Tenentista³⁵.

O Tenentismo tinha um ideal de transformação social, de ruptura com a política oligárquica do café-com-leite, de segurança dos direitos sociais e trabalhistas, de reforma do Estado. O autor enfatiza que Heitor era alinhado aos pensamentos do Movimento Tenentista desde o Conflito de Ponta Porã, em 1921, contudo, suas ações eram mais locais do que nacionais e beneficiaram a Matte Larangeira.

Já o levante militar de 5 de julho de 1922 no SMT pode ser considerado parte do Movimento Tenentista, porquanto se deu por ocasião de se juntarem ao

³⁵ Tenentismo ou Movimento Tenentista foi um conjunto de levantes chefiados por militares de baixa e média patente do Exército Brasileiro durante a Primeira República (1889-1930). Esse movimento político-militar desejava o fim do voto aberto ou voto de cabresto e reformas na educação e no sistema político brasileiros. Os movimentos tenentistas foram: Revolta dos 18 do Forte de Copacabana (1922), Revolta Paulista de 1924, Comuna de Manaus (1924) e a Coluna Prestes (1925-27).

levante que ocorrera no Rio de Janeiro nos dias 5 e 6 de julho³⁶. Em Campo Grande, Corumbá, Porto Murtinho, Bela Vista e Ponta Porã ocorreram movimentações dos militares cujo desfecho foi prisão e julgamento para a maioria dos militares sediciosos, resultando na redução das forças federais no Mato Grosso.

Em 1924, novamente militares do SMT aderiram ao Movimento Tenentista e aqueles que foram contrarrevolucionários subiram de patente, demonstrando que havia uma tentativa de manutenção das oligarquias no poder político.

Os militares rebelados mato-grossenses objetivavam a deposição do então presidente da República Epitácio Pessoa e impedimento da assunção de Arthur Bernardes, além de desejarem a deposição do presidente do estado, Pedro Celestino. Souza (2018) destaca que os rebelados buscavam construir uma identidade nacional ao Exército para exercer funções políticas no Estado e resgatar o prestígio que gozava no começo da República.

A Coluna Miguel Costa-Prestes ou Coluna Prestes passou pelo SMT em 1925 e houve forte atuação do Exército em desmantelá-la e impedir que novos militares a integrassem. No combate aos revolucionários, elites agrárias e políticas do SMT se aliaram às forças federais.

A Coluna Prestes ocupou a vila de Campanário, mesmo com a formação de tropas de voluntários intitulados “patriotas” como apoio às forças governistas que tentavam refrear os rebelados. Heitor Mendes Gonçalves era o administrador de Campanário quando os revoltosos por lá passaram e possuía relações amistosas tanto com alguns legalistas quanto com os revolucionários.

Heitor fez a negociação dos suprimentos com os membros da Coluna Prestes e ajudou um dos revoltosos que estava evadido no Paraguai a regressar ao Brasil e também deu apoio às forças governamentais. Sua atuação dupla renderia ganhos políticos para a Matte Larangeira independentemente do desfecho do conflito.

Na passagem da Coluna Prestes por Campanário, os rebeldes foram abastecidos com suprimentos e vestuário, gastando cerca de 200 contos de réis

³⁶ A Revolta do Forte de Copacabana ou Revolta dos 18 do Forte ocorreu nos dias 5 e 6 de julho de 1922 no Rio de Janeiro, com uma marcha de 17 militares e um civil reivindicando o fim das oligarquias no Poder.

– que era uma quantidade vultosa e o armazém da empresa possuía os recursos necessários. Luiz Carlos Prestes referiu-se à Campanário como “capital da Matte Larangeira”, reforçando a ideia da Matte Larangeira como um estado (por possuir capital) (SOUZA, 2018) – ideia que discordamos.

Os conflitos políticos e armados se davam pela busca de poder político e principalmente pela posse da terra no SMT.

O BRMT é mencionado por Souza (2018) apenas no que se refere à sua sociedade com a Matte Larangeira.

A **Universidade de São Paulo (USP)** apresentou duas teses doutorais em seu repositório, tratadas a seguir, sendo de autoria de Walter Guedes da Silva (2011) e de José Antônio Fernandes (2019).

A tese doutoral do programa de Geografia Humana de Walter Guedes da Silva, cujo título é “O processo de integração produtiva da região de Dourados à economia nacional”, foi defendida em 2011. Este trabalho discute o cenário político e econômico após fim da Guerra do Paraguai, o surgimento e crescente poderio da Matte Larangeira, enfatizando a integração produtiva e econômica de Dourados ao cômputo nacional.

A extração de erva mate e a pecuária eram as principais atividades econômicas no SMT dos anos 1870 até a implantação do Estado Novo getulista em 1937. As grandes fazendas – herança das sesmarias – que já estavam em funcionamento desde 1830, se consolidaram após a Guerra. Além de migrantes oriundos do Rio Grande do Sul, muitas empresas nacionais e estrangeiras estabeleceram fazendas de criação de gado, inclusive a Matte Larangeira³⁷.

O fim da Guerra e o declínio da atividade mineradora em Cuiabá reestruturaram o poder político e as atividades econômicas no SMT. A demarcação da fronteira Brasil-Paraguai serviu também para estabelecer o capital pecuarista-latifundiário e a área de exploração da Matte Larangeira. Esses capitais levaram à formação de uma elite regional pecuarista: os coronéis

³⁷ As empresas são: Brazil Land and Cattle Packing Company nos municípios de Campo Grande, Corumbá, Três Lagoas e Paranaíba; The Brazilian Meat Company, em Aquidauana e Três Lagoas; Fomento Argentino Sul-Americano em Corumbá; Fazenda Francesa em Corumbá e Miranda; The Miranda Estância Company em Miranda; The Água Limpa Syndicate em Três Lagoas; Sul American Belge S.A. em Corumbá; Sociedade Anônima Rio Branco em Corumbá; Companhia Matte Larangeira em Bela Vista e Ponta Porã (SILVA, 2011, p. 37).

criadores de gado. Práticas criminosas ocorriam com certa frequência na tentativa de manter o poder político regional e a posse da terra.

Algumas autoridades utilizavam de seus cargos políticos para assegurar seus interesses e conformavam grupos oligárquicos vinculados aos coronéis. Esses grupos oligárquicos possuíam poder de decisão sobre empregos, comércio e quase toda a vida social, além de possuírem laços com autoridades estaduais.

Silva (2011) destaca que o Estado se uniu ao capital empresarial na exploração da erva mate, permitindo a consolidação do monopólio com práticas escravistas no SMT. Esse cenário retardou a ocupação regional e o desenvolvimento de outras atividades econômicas.

O autor refaz a história da Matte Larangeira, apontando os momentos de expansão dos ervais e a formação da Companhia passou a ser subsidiária do BRMT. Destaca também que empresa e Estado confundiam-se, porquanto a Matte Larangeira tinha controle sobre vastas áreas públicas, além de poder político e econômico: “[...] em Cuiabá, a Empresa Matte, junto ao governo e particulares – por força de seu assombroso crescimento industrial – mandava e não pedia” (ARRUDA, 1989, p. 36).

A implantação da Ferrovia Noroeste do Brasil, nas primeiras décadas do século XX, que ligou Bauru (no estado de São Paulo) à Corumbá, foi um elemento que atraiu migrantes e propiciou a formação de centros urbanos. A ferrovia foi amplamente utilizada no escoamento da erva mate e permitiu que a produção de charque aumentasse, contudo, não alterou a atividade pecuarista, que manejava o gado a pé. A Matte Larangeira possuía suas próprias ferrovias ligando o Porto Guaíra ao Porto Mendes (cerca de 60 quilômetros), ambos portos no estado Paraná (QUEIROZ, 2022); e outra de 20 quilômetros ligando o final da estrada de Porto Murtinho, que era alagadiça, a São Roque (QUEIROZ, 2015b).

Silva (2011) chama a atenção para uma mudança de responsabilidade do público para o privado, reforçando que a Matte Larangeira usufruía de um poder político além do devido. Em 1893, a Companhia Matte Larangeira passou a emitir as autorizações para pessoas se instalarem em suas áreas arrendadas:

A autoridade pública perde, para a Companhia, a capacidade de autorizar a instalação de pessoas sobre terras devolutas. A

empresa conquista o poder de polícia e vigilância sobre todas as terras do contrato. Passa a contar também com a possibilidade de “legislar” ou “conceder” direitos aos outros. A defesa da propriedade, através da “violência legítima”, deixa de ser exclusividade do estado (ARRUDA, 1989, p. 44).

A Matte Larangeira reprimia com truculência aqueles que tentavam instalar-se e desenvolver atividades em suas áreas de ervais: “[...] Luta, sangue e morte eram o preço que se poderia pagar aos que enfrentassem a Cia Matte Larangeira” (SILVA, 2011, p. 62).

Além do poder de polícia, do controle ao acesso à terra, a Matte Larangeira também adquirira concessão na cobrança de impostos sobre a erva mate exportada; era o que Arruda (1997) chamava de “Estado dentro do Estado”. A Gazeta Oficial de Mato Grosso do dia 24 de janeiro de 1891 informou que: “Declarou-se: Ao thesouro do Estado, que findando-se no dia 30 do corrente mez o contracto celebrado com o comendador Thomaz Larangeira para a arrecadação do imposto sobre a herva-matte, cumpre que ele determine aos agentes fiscais de Ponta Porã e Bella-Vista que procedam á cobrança d’aquelle imposto do dia 1.º de fevereiro proximo futuro em diante”.

A CML controlava a terra, os trabalhadores, as mulheres prostituídas e possuía condições de influenciar nas decisões do estado, assim, ela direta ou indiretamente, dominava e construía o território do SMT.

A violência e as estratégias de endividamento (cobrança dos alimentos, roupas, mulheres prostituídas, bebidas alcóolicas) contra os trabalhadores mantendo-os presos pela dívida também é retratada pelo autor. Aos trabalhadores que tentassem fugir eram infligidas práticas escravistas, como o chicote de rabo de lagarto (teyu-ruguay) e o chicote de couro de anta (mboroby-pirê), muito dolorosos.

Os imigrantes que tentavam se estabelecer nas terras da Matte Larangeira – principalmente os vindos do Rio Grande do Sul após a Revolução Federalista de 1895 – desejavam ser donos da terra e não ficarem submetidos à Companhia. Entretanto, havia dois empecilhos: provar que não trabalhariam com erva mate e conseguir a autorização vinda de políticos de Cuiabá. Entretanto, tanto políticos estaduais como federais possuía vínculos com a Matte Larangeira, restringindo o acesso à terra aos imigrantes.

A Companhia teve um grande patrono, Manuel Murtinho, que não titubeou em denunciar aos governantes de Mato Grosso o perigo do aumento da população rio-grandense. Lembrava êle a conveniência de certos centros de resistência à expansão, através do estabelecimento de emprêsas que a Mate se proporia a fundar e que seriam exploradas por uma companhia sucessora, organizada com capitais inglêses, pois as terras devolutas cedidas por compra ou arrendamento passariam a ser ocupadas pelo pessoal da sociedade anônima e assim não ficariam à mercê dos primeiros ocupantes vindos na corrente emigratória rio-grandense, obrigados a respeitar a posse estrangeira poderosa, a qual, no caso de conflito, poderia provocar, por via diplomática, a intervenção federal. Aos nossos olhos de hoje, semelhante pretensão não passaria de escandalosa e absurda, pois, em última análise, o que ela visava era conter o povoamento regional, não por estrangeiros, mas por irmãos brasileiros, com a agravante ainda maior de fazer que essa dominação se organizasse sob a égide de capitais inglêses. É o cúmulo. (LINHARES, 1969, p. 152).

A configuração territorial que os Murtinhos pretendiam dar ao SMT estava voltada para atender os interesses do capital estrangeiro e beneficiar um pequeno grupo ou na definição de Gorender (1998), uma pequena burguesia local antinacional e subserviente, da qual eles faziam parte.

Os pequenos produtores que obtiveram permissão para cultivar nos arrendamentos da Matte Larangeira tinham que vender a erva mate para ela sob o preço por ela determinado. A presença destes não reconfigurou o território regional, essencialmente de grandes propriedades.

A Matte Larangeira teve seu poderio reduzido com a ação federal da “Marcha para Oeste” e com a implantação das Colônias Agrícolas Nacionais (CANs), especialmente a de Dourados. Vargas identificava uma dicotomia no território nacional, pois nele haveria as regiões exportadora e produtora, uma região-objeto e uma região-sujeito, respectivamente.

O projeto político de Vargas era o desenvolvimento do capitalismo no território brasileiro, especialmente do capital industrial e tinha duas frentes de atuação: industrialização e colonização. A incorporação de novas regiões ao circuito produtivo estava pautada na produção agrícola voltada para o abastecimento interno e formação de um mercado nacional integrado. Havia também o interesse de “nacionalizar as fronteiras”, com a ocupação de brasileiros nestas áreas.

A integração do mercado era vital para o desenvolvimento do capitalismo: produção de alimentos e matérias primas para abastecer as cidades e indústrias, que produziram bens de consumo e formaram um mercado consumidor urbano. A colonização realizada pelo Estado Novo era mais econômica que social nas áreas de fronteira, especialmente na CAND.

As CANs alteraram a configuração territorial dos grandes latifúndios onde foram instaladas, contudo, a grande propriedade permaneceu no SMT. E também pioraram a situação do indígena, que foi expropriado de sua terra, escravizado e assassinado.

No SMT os indígenas predominantes eram os Guaranis e o EMT os viam como um povo inferior e como um obstáculo a ser superado. Aos indígenas restaram duas opções: lutar pela terra ou aceitar as áreas destinadas a ele pelo Governo; em ambos os casos havia miséria, aculturação, violência e discriminação. Os Guaranis não se fixaram nas áreas das CANs.

A língua guarani era vista como um empecilho à nacionalização da fronteira e à construção da nacionalidade brasileira – esta pautada no capital e não no ser humano. A religiosidade guarani era tomada como profana.

A Matte Larangeira sob um discurso de civilizar os indígenas impunha a obrigatoriedade de falar português e o cristianismo, objetivando destruir as práticas e tradições dos trabalhadores dos ervais. Havia uma escola primária na Fazenda Campanário, cuja construção e custeio foram feitos pela Matte Larangeira, e por isto, o português era obrigatório para crianças brasileiras e paraguaias, a fim de “nacionalizá-las” (Figura 7). Sobretudo, incutir novos hábitos e crenças para facilitar o controle territorial dos trabalhadores.

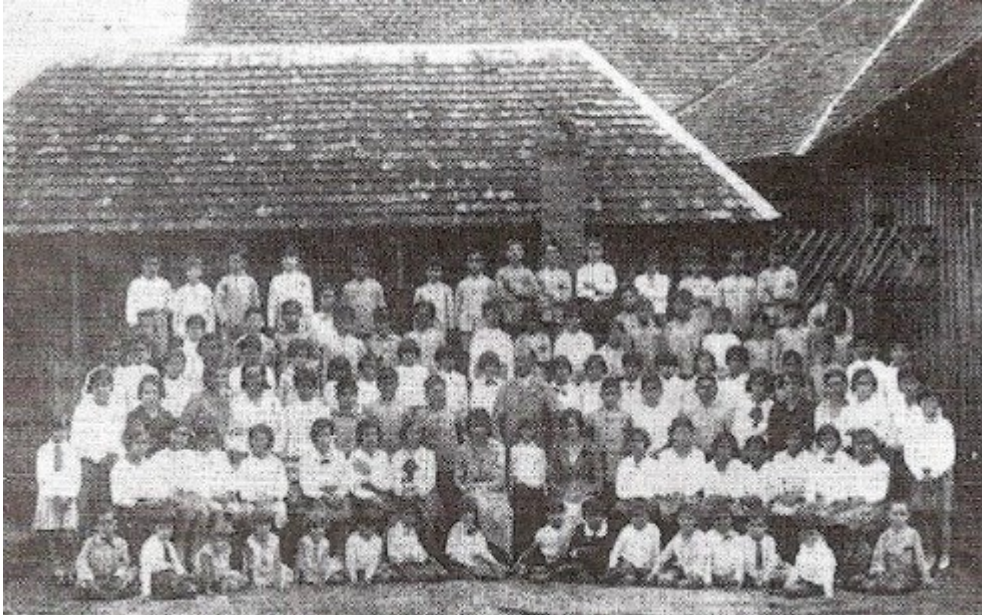


Figura 7: Parte dos 400 alunos matriculados na escola da Fazenda Campanário.
Fonte: SILVA, 2011, p. 49 (SILVA, J. M. **Fronteiras Guaranis:** a trajetória da nação cuja cultura dominou a fronteira Brasil-Paraguai. 2. ed. Campo Grande: IHGMS, 2003, p. 177).

No início do século XX a Matte Larangeira propôs ao Governo a criação de uma reserva indígena que foi recusada, mas em 1915 o confinamento indígena foi concretizado com a doação de 3.600 hectares da área sob comando da empresa para a formação da Reserva Indígena de Dourados (que era Ponta Porã no contexto). Em 1965, a Reserva perdeu 61 hectares que foram incorporados às fazendas circunvizinhas. Ademais, já havia uma aldeia indígena em Dourados e os indígenas foram expulsos para dar lugar aos colonos que chegavam, corroborando que o projeto colonizador via os índios como um inconveniente.

A criação do Território Federal de Ponta Porã em 1943, anterior à criação da CAND, foi uma das estratégias do Governo Federal para desarticular o domínio da Matte Larangeira, que perdeu a concessão de exploração sobre as terras. O Território Federal de Ponta Porã era constituído pelos atuais municípios de Bela Vista, Dourados, Maracaju, Miranda, Nioaque, Ponta Porã e Porto Murtinho, totalizando mais de 46 mil quilômetros quadrados.

Outro ponto crucial é a questão separatista organizada pelos coronéis e imigrantes sulistas que visavam não somente dismantelar a Matte Larangeira, mas separarem-se politicamente do norte e se consolidarem como elite regional do sul do estado. A ideia de separação do sul e norte de Mato Grosso germinou

em 1889, tendo momentos de mobilização e de repressão, porém manteve-se vívida até 1977, quando finalmente ocorreu a divisão política.

O autor aborda a atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Centro Oeste na ânsia de modernizar e integrar esta região à economia nacional e a modernização da agricultura comercial, com destaque para o município de Dourados. Traz o debate até o século XXI, evidenciando que a partir de fins dos anos 1960 a região da Grande Dourados³⁸ se consolidou como agroexportadora de commodities de grãos (principalmente soja) e sulcroalcooleira.

Na História Econômica, José Antônio Fernandes defendeu em 2019 sua tese intitulada "O Instituto Nacional do Mate e a economia ervateira brasileira (1938 a 1967)", discutindo a trajetória do Instituto Nacional do Mate. Ele aborda os principais problemas existentes na produção do mate antes da criação do instituto, como a má conservação e adulteração do mate.

Apresenta os conflitos entre diferentes grupos que participavam da cadeia produtiva do mate e como eles se atritavam e faziam alianças/cooperativas; esse contexto indicou ao Estado a necessidade de um órgão que organizasse a produção em escala nacional e que elaborasse leis e normas que a arregimentassem. Contudo, o INM apresentou diversas debilidades ao longo de sua existência, não conseguindo orientar a produção e comercialização do mate de forma satisfatória.

Esta tese é também extemporânea ao nosso recorte temporal, porém, retiramos dela o gráfico que mostra a evolução crescente da exportação de erva mate em um século (Figura 8) e destacamos que as oscilações se davam pela dependência brasileira do mercado internacional (Argentina, Uruguai e Chile).

³⁸ Foi estabelecida pelo Programa Especial de Desenvolvimento da Região da Grande Dourados (PRODEGRAN) em 1976 e contava com 22 municípios. Com a formação de novas unidades administrativas, atualmente possui 40 municípios, a saber: Amambai, Anaurilândia, Angélica, Antônio João, Aral Moreira, Baitayporã, Bataguassu, Bela Vista, Caarapó, Coronel Sapucaia, Deodápolis, Douradinha, Dourados, Eldorado, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Guia Lopes da Laguna, Iguatemi, Itaporã, Itaquiraí, Ivinhema, Japorã, Jardim, Jateí, Juti, Laguna Carapã, Maracaju, Mundo Novo, Naviraí, Nova Alvorada do Sul, Nova Andradina, Novo Horizonte do Sul, Paranhos, Ponta Porã, Rio Brilhante, Sete Quedas, Sidrolândia, Tacuru, Taquarussu e Vicentina.

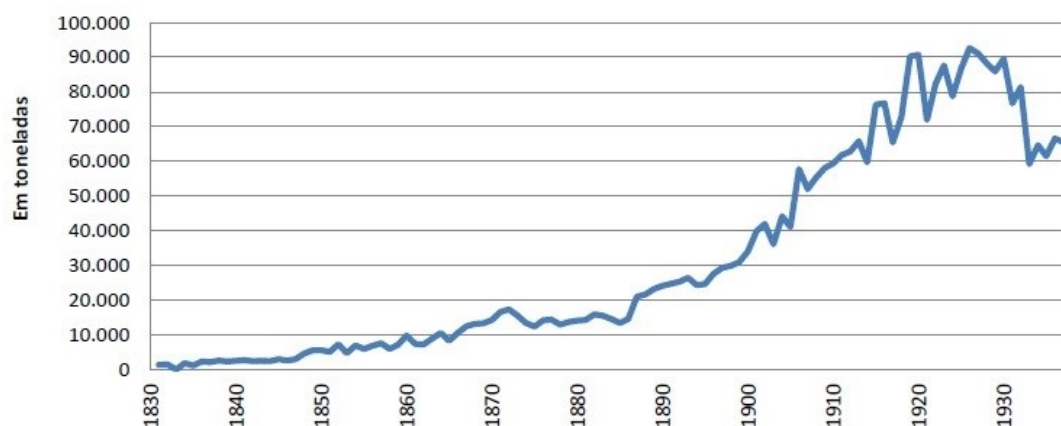


Figura 8: Gráfico das exportações de erva mate cancheada e beneficiada entre 1831 e 1938.
Fonte: FERNANDES, 2019, p. 36.

A **Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)** possui as dissertações de Carla Villamaina Centeno (2000) e de Elder Lopes Barboza (2012), discutidas a seguir.

Na dissertação de Carla Villamaina Centeno, defendida em 2000 pelo Programa de Educação, tendo como título “A educação do trabalhador nos ervais de Mato Grosso (1870-1930)”, há um levantamento da historiografia regional e o trabalho é tomado como princípio educativo³⁹.

A autora tece uma crítica à historiografia que foi autodidata e que cometeu alguns equívocos em suas narrativas, com demasiado destaque sobre a atuação da Matte Larangeira, os feitos políticos, os heróis e que pouco se discutiu sobre o ervateiro e as contradições sociais existentes. A historiografia refletia a luta de interesses dos grupos burgueses antagônicos e acabava por servir de instrumento ideológico a eles.

Os textos dos historiadores autodidatas⁴⁰ que debateram sobre a situação dos trabalhadores nos ervais, trazem à tona a violência com que a Matte

³⁹ Uma definição de trabalho é dada por Gramsci pela primeira vez em Q 4, 55, 498-9. Refletindo sobre *O princípio educativo na escola elementar e média*, ele afirma que “a educação primária está fundamentada em última análise no conceito e no fato do trabalho, já que a ordem social (conjunto de direitos e deveres) está na ordem natural” e o trabalho é definido como “atividade prática do homem”. Uma educação fundamentada na atividade prática, acrescenta, cria uma visão de mundo “libertada de toda magia e de toda feitiçaria e oferece um gancho ao desenvolvimento ulterior numa concepção *histórica, de movimento*, do mundo” (p. LIGUORI; VOZA, 2017, p. 1053, grifos dos autores).

⁴⁰ Autores que não tinham formação em História e que escreveram obras que tratavam de diversos aspectos, porém sem um rigor metodológico e com certa parcialidade. Descreviam e analisavam suas experiências e observações sobre a realidade empírica.

Larangeira os tratava e a importância fundamental dos paraguaios para a manipulação do mate.

Destacamos o posicionamento do autor José de Melo e Silva⁴¹ (1939; 1947) que foi juiz em Bela Vista e Ponta Porã nos anos 1930 e 1940. Ele enfatiza que os hábitos dos paraguaios adquiridos no trabalho eram responsáveis pelo atraso da fronteira, sendo tal atraso resultado do “tipo” de homem que ali havia, mais do que do modelo de ocupação das terras empreendido. Seu discurso é carregado de preconceito etnocêntrico contra o paraguaio e o gaúcho, mesclado ao nacionalismo com influências eugênicas.

Centeno (2000) avalia a historiografia dos autores autodidatas como superficial e munida de uma visão parcial da história, diferentemente da historiografia acadêmica, em que há uma reflexão teórico-metodológica e a tentativa de evidenciar os conflitos sociais existentes. A autora discute 3 monografias que trataram da questão do trabalho do ervateiro:

a) ARRUDA, Gilmar. Frutos da Terra. Os Trabalhadores da Matte Larangeira. **Dissertação** (Mestrado em História), Departamento de História do Instituto de Letras, História e Psicologia de Assis. UNESP, 1989.

b) GUILLEN, Isabel Cristina Martins. O imaginário do sertão. Lutas e resistências ao domínio da Companhia Mate Larangeira (Mato Grosso: 1890-1945). **Dissertação** (Mestrado em História), Departamento de História do IFCH, Unicamp, Campinas, 1991.

c) BIANCHINI, Odaléa da Conceição. **A Companhia Matte Larangeira e a ocupação da terra do sul de Mato Grosso, 1880-1940**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2000.

Gilmar Arruda (1997) buscou demonstrar a identidade do trabalhador, ressaltando que este não era mero escravo ou sujeito passivo. Seu marco teórico é entre o fim da Guerra do Paraguai (1870) e os anos 1930, quando a exploração da erva mate começa a diminuir.

Arruda (1997) destacou que a íntima relação entre a Matte Larangeira e o Estado permitiram sua atuação monopolista e sua constituição como um “Estado dentro do Estado”. O autor refaz os procedimentos de preparação da erva mate e afirma que os paraguaios eram indispensáveis à produção pelo seu

⁴¹ SILVA, José de Melo e. **Fronteiras guaranis**. São Paulo: Imprensa Metodista, 1939. _____. **Canaã do Oeste** (Sul de Mato Grosso). Campo Grande: [s.n.], 1989 (1ª publicação em 1947).

saber-fazer, além de serem mão de obra priorizada em detrimento de brasileiros por seu custo mais baixo.

A autora discordou de Arruda (1997) sobre o trabalho do ervateiro ser enquadrado como sistema de fábrica, mas corroborou Gilmar em sua afirmação de que a introdução de instrumentos mecânicos (tambora e moinho) alteraram o processo produtivo com o objetivo de ampliar a mais valia relativa e o controle sobre o trabalhador. As mulheres prostituídas eram utilizadas como estratégia para ampliar a dívida do trabalhador para com a empresa e intensificar o controle desta sobre aquele. Restrições sobre os hábitos e a cultura do trabalhador também eram estratégias de dominação empresariais.

Os trabalhadores resistiam ao tempo do capital por meio do dia de baile, do dia santo, das rodas de tereré, manutenção de sua língua e cultura e principalmente lutando para manter seu saber-fazer; assim para Arruda (1997), o trabalhador paraguaio possuía sua identidade e era um sujeito de resistência dentro do espaço de reprodução do capital da Matte Larangeira.

Guillen (1991) deu ênfase aos “insubmissos da fronteira”, aqueles que resistiam à Matte Larangeira. Para a autora os paraguaios sabiam que a Companhia os exploraria severamente e que havia a dívida que prendia o trabalhador à empresa porquanto esse procedimento ocorria há tempos. Assim sendo, no momento do conchavo, o paraguaio sabia o que haveria pela frente e aceitava mediante a dificuldade de acesso à terra.

O trabalhador para Guillen (1991) não reconhecia o trabalho e o salário como valores das relações sociais, assim, na luta entre capital e trabalho, o primeiro teria seu ciclo reprodutivo rompido por essa conduta do trabalhador. Fazemos uma inferência sobre esta afirmação: mesmo com as formas de resistência dos trabalhadores, o capital seguia explorando-os, violando-os e os assassinando.

São formas de resistência a pausa para o tereré e a tentativa de fuga, assim como outras formas mais violentas que foram classificadas como banditismo, como roubo de gado e extorsão de pequenos comerciantes. Guillen (1991) enfatiza que não apenas paraguaios cometiam crimes na fronteira e que estes devem ser entendidos dentro de um contexto de resistência à violência das autoridades e como um marcador social de ser paraguaio.

Bianchini (2000), em sua tese, recorda que o Estado facultou meios legais para a Matte Larangeira agir, beneficiando a empresa e abandonando a população. Para a autora, a expressão “Estado dentro do Estado” era descabida porquanto o Estado está assentado sobre “poder político, território e povo” e a Matte Larangeira possuía território e poder político, mas não controlava o povo. Centeno (2000) critica Bianchini (2000) por identificar que o EMT beneficiava a Matte Larangeira, porém sem explicar que Estado é este e reforça que “[...] a Matte não era um estado dentro do Estado, mas sim, expressão do Estado, isto é, ela manifestava a correlação de forças que é comum na sociedade e que se reflete no Estado” (CENTENO, 2000, p. 203).

Bianchini (2000) se posiciona diferentemente de Guillen (1991) e Arruda (1997) quanto a posse da terra, afirmando que as terras do SMT eram livres pela escassa população sobre ela. E num cenário de abundância de terras livres e população esparsa, a servidão por dívida ocorreria sobre as populações subjugadas para estabelecer uma hierarquia social que se daria por meio do controle direto dessas classes subalternas. A autora destaca que há uma dívida histórica com o trabalhador paraguaio da fronteira, que não teve o devido reconhecimento social de sua importância na construção do território mato-grossense.

Outro ponto discutido por Centeno (2000) foi a entrada do capital financeiro na economia regional por meio de bancos estrangeiros, com ênfase no BRMT; o itinerário do banco foi resgatado com relação à Mate Larangeira.

Centeno (2000) que existem duas versões para a criação da Companhia Matte Larangeira resultante da compra da Empresa Matte Larangeira pelo BRMT: a primeira, se deu porque Thomaz Larangeira passava por dificuldades financeiras e precisava de sócios para injetar capital na empresa:

O medo era que, em futuro próximo, se criassem dificuldades ao monopólio concedido à Companhia, por decreto n.º 436 C, de 4 de julho de 1891. E uma das coisas que mais afetaram a empresa de Laranjeira foi a falta de capital, razão por que não teve êle dúvida em bater às portas do Banco Rio e Mato Grosso, que lhe emprestou os fundos necessários à complementação do capital de três mil contos de réis, mediante o qual a sociedade foi constituída por escritura pública de 5 de setembro de 1891. [...] Ainda por ocasião do Encilhamento, temeroso de perecer como aconteceu com inúmeras empresas, esforçou-se por transferir a sua ao Banco Rio e Mato Grosso, de que era

presidente o Senador Joaquim Murtinho. O certo, porém, é que em 1894 o monopólio era revigorado por mais 16 anos. E com o banco o que aconteceu foi o contrário: o seu acervo, quem comprou foi Laranjeira, pelo valor de 2.250 contos (LINHARES, 1969, p. 151-4).

A segunda versão seria por pressão dos Murtinhos para entrarem no negócio ervateiro, altamente rentável na época, “constrangendo” Thomaz Larangeira a ceder. E como indica a citação acima, Larangeira e seus sócios compraram as ações da Companhia quando esta se desfez, realocando-as numa empresa sucessora (QUEIROZ, 2010). As concessões de terras vigentes continuariam a ser exploradas por Larangeira. O que pode ser um indicativo de que a segunda versão é a mais fidedigna.

Como apontado anteriormente, no antigo SMT havia disputas oligárquicas pelo controle político, sendo os Murtinhos representantes do capital financeiro e Ponce e seus aliados representavam os comerciantes e defendiam a imigração gaúcha. Quando os Murtinhos ascendem aos cargos políticos, Thomaz Larangeira se sentiu pressionado a reorganizar suas alianças para que pudesse continuar explorando a erva mate. Assim formou-se a CML: da aliança entre os Murtinhos por meio do BRMT e de Thomaz Larangeira, com a Empresa Matte Larangeira.

Estamos de acordo com esta última explicação e defendemos que a sociedade entre os Murtinhos e Larangeira foi uma estratégia econômica e territorial.

No programa de Estudos Fronteiriços, a dissertação “Território e erva mate: um estudo da erva mate em Mato Grosso e sua relação com o Paraguai”, defendida em 2012, por Elder Lopes Barboza se mostrou acrítica quanto à exploração do trabalho, conflitos geopolíticos, monopólio e violência existentes no mundo ervateiro. Optamos por não a discutir.

As relações políticas executadas pelo Estado com relação à Matte Larangeira e ao BRMT são discutidas na dissertação de Larissa Rodrigues Vacari de Arruda, intitulada “Disputas oligárquicas: as práticas políticas das elites mato-grossenses 1892-1906”, defendida em 2014 pela **Universidade Federal de São Carlos**, no Programa de pós-graduação em Ciência Política. Este trabalho é importante por sua contribuição do funcionamento das oligarquias familiares pela disputa do poder político no Estado do Mato Grosso. E como

estas oligarquias e seus agentes eleitos a cargos políticos conduziam as ações estaduais na produção territorial via leis, decretos e normas. Este trabalho lança luz sobre os Murtinhos e suas ações que beneficiaram a Matte Larangeira e o BRMT e será discutido no capítulo três, para evitar repetições.

A **Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)** tem em seu repositório teses e dissertações publicadas apenas a partir de 2013 e dentre estas não constam trabalhos relacionados à nossa temática.

A **Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)** e a **Universidade Federal Fluminense (UFF)** não possuem teses ou dissertações com a temática pesquisada em seus repositórios.

Averiguamos os bancos de teses de dissertações de universidades públicas de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo pelos vínculos que a empresa e o banco possuíam. Os livros “clássicos” sobre a CML são aqueles que se repetem na bibliografia das monografias e os utilizamos em citações e paráfrases. Quanto à bibliografia argentina e paraguaia foram encontradas poucas obras a respeito da Matte Larangeira e por isso não as elencamos aqui; algumas delas são mencionadas no corpo do texto.

Esta historiografia aponta que a Matte Larangeira explorou densamente os ervais e os trabalhadores, tornando-se um enclave de poder que fazia frente ao poder institucional do EMT. Também destacamos que a associação entre banco e empresa foi muito rentável para seus membros, porquanto contou com o apoio do Estado em autorizar o controle sobre as terras.

A CML adquiriu um amplo poder de mando e influenciava as políticas local e regional, o cotidiano das vilas e determinava a vida dos trabalhadores, tendo sobre eles potencial homicida.

A breve representação acadêmica da Matte Larangeira tratou de espectros diferenciados da companhia/empresa e nos deu subsídios para construirmos uma visão mais ampla das relações oligárquicas, das alianças e da exploração que ocorrera. Os próximos capítulos tratarão, pormenorizadamente, de alguns destes aspectos: a formação do território do antigo SMT, as ações do EMT em benefício da Companhia e a hemerografia da CML.

CAPÍTULO 2

Território do SMT: uma construção histórico-geográfica

2.1 Território: um conceito histórico-geográfico

Tempo é espaço, e espaço é tempo.

Milton Santos, *Metamorfoses do espaço habitado*, 1988, p. 92.

Tempo e espaço são conceitos fundamentais para as diversas ciências. História e Geografia são ciências que utilizam tais conceitos para analisar uma dada realidade atual ou de outrora.

O tempo está registrado nos livros, documentos, obras de arte, nas tradições, histórias e mitos, indicando os valores e significados que cada sociedade dava à sua realidade nas diferentes épocas. As significações dadas pelas sociedades, pelas religiões, corpo científico, vão se refazendo, aprimorando, evoluindo. O tempo vai enrugando o espaço, vai infligir-lhe cicatrizes.

Da mesma forma que o tempo geológico esculpe rochas em formas artísticas, modela as paisagens, transforma os climas, destrói ecossistemas inteiros, o tempo histórico (produzido pela humanidade) também vai promover transformações espaciais, ainda que a escala temporal seja bastante diferente.

O ser humano, por meio do trabalho, altera o espaço natural em que vive, modifica suas crenças e valores, altera seu comportamento frente ao outro e à natureza, refaz sua aldeia e cidade, pois o ser humano também é um agente modelador do espaço (CORREA, 1993).

As transformações espaciais ficam registradas nos quadros, documentos oficiais, nos livros e elas estão marcadas no tempo, estão temporalizadas, assim sendo, tempo e espaço são intrínsecos um ao outro, podendo apenas ser separados analiticamente. A periodização – que nos permite definir e redefinir os conceitos – é imprescindível (SANTOS, 1988):

[...] Períodos são pedaços de tempo definidos por características que interagem e asseguram o movimento do todo. Mas essa interação se faz segundo um controle que assegura uma reprodução ordenada das características gerais, isto é, segundo uma organização. É a falência desta última, açoitada por uma evolução mais brutal de um ou de diversos fatores, que

desmantela a harmonia do conjunto, determina a ruptura e permite dizer que se entrou em um novo período. (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p. 24)

As periodizações, segundo Santos e Silveira (2006), devem estar atentas aos dinamismos e à materialidade do território, pois o tempo se cristaliza em objetos geográficos que modulam os demais tempos pela sua existência.

Numa periodização é crucial observar os aspectos sociais, econômicos e territoriais, ou seja, como a sociedade está territorializando o espaço – quais usos são atribuídos aos territórios e quais embates surgem a partir de tais usos.

Nesse sentido, com nosso recorte temporal propomos uma micro-periodização e objetivamos entender alguns aspectos de uma dada realidade. Buscaremos entender as relações sociais e econômicas e quais foram seus rebatimentos sobre o território do SMT, contudo, excluimos desta, uma reflexão profunda sobre a exploração do trabalho e da natureza – que serão abordados quando necessário. Uma periodização observa os elementos empíricos (as relações sociais, os hábitos, os costumes, os valores, registrados de diversas formas) e o teórico (as reflexões acerca destes testemunhos).

Para compreender a construção do território tem-se de estar pautado nesta relação, porquanto o território é o espaço regido por relações de poder. Ao se projetar relações de poder sobre um determinado espaço, este será ‘territorializado’ concreta ou abstratamente por meio das ações do sujeito social que se apropria dele (RAFFESTIN, 1993; HAESBAERT, 2004):

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...] o ator “territorializa” o espaço. (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

O espaço é anterior ao território e somente se converte em território quando transformado pelas redes, circuitos e fluxos nele instalados (estradas de ferro, rodovias, circuitos comerciais e bancários, etc.). Dessa feita, o território é um espaço onde se projetou trabalho, informação e energia e, principalmente, é marcado por relações de poder (RAFFESTIN, 1993).

O poder a que nos referimos é de dois tipos: o institucional, emanado pelo conjunto de instituições e aparelhos que sujeitam os cidadãos ao Estado, materializado nas leis e decretos e nas ações práticas das instituições, como o Exército e a Polícia Militar. Outra forma de poder é o que se dá de forma capilar, invisível e que se reproduz nas ações cotidianas (FOUCAULT, 1979; RAFFESTIN, 1993).

O conceito de território identifica as relações de poder existentes na sociedade e entre ela e a natureza, configurando (e também subjugando) a paisagem, os modos de reprodução da vida e de reprodução do capital. Dessa feita:

[...] Território significa apropriação social do ambiente; ambiente construído, com múltiplas variáveis e relações recíprocas. O homem age no espaço (natural e social) de seu habitar, produzir, viver, objetiva e subjetivamente. O território é um espaço natural, social, historicamente organizado e produzido; a paisagem é o nível visível e percebido deste processo [...] O território é produto das ações históricas que se concretizam em momentos distintos e sobrepostos, gerando diferentes paisagens. [...] (SAQUET, 2009, p. 81).

O território é produzido a partir das relações cotidianas de diversos sujeitos, sendo uma construção coletiva, multidimensional e histórica, pois ele

[...] é organizado pela sociedade, que transforma (*humaniza*) a natureza, controlando certas áreas e atividades, política e economicamente; significa relações sociais e complementaridade; processualidade histórica e relacional (SAQUET, 2007, p. 51, grifos do autor).

Milton Santos (2006a), um dos expoentes da Geografia, aponta que

O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer aquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre as quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população. (SANTOS, 2006a, p. 96).

Quando nos referimos à produção territorial estamos tratando das ações que a configuraram a partir dos grupos sociais que se estabeleceram numa hierarquia de poder sobre este território e o construíram/produziram a partir de suas condições materiais, de seu trabalho e de suas crenças. Dessa feita, os grupos sociais efetivamente com maiores condições de materializarem seus interesses no território eram os grupos políticos, os latifundiários e os sujeitos urbanos economicamente mais abastados. No Mato Grosso do final de Império e início de República foram estes sujeitos que demandaram ações para moldar e reordenar o território: tipos de produção agroflorestais (incluindo a pecuária), áreas urbanas privilegiadas, aquisição de terras e empréstimos bancários.

As leis e decretos evidenciam as prioridades do Estado ao definirem quais usos serão dados ao território, portanto a produção legal-institucional possui um rebatimento territorial. Assim, a partir do que já foi exposto, podemos asseverar que o EMT produziu leis e decretos que beneficiaram a Matte Larangeira e, *pari passu*, ambos construíram um território monocultor e conivente com a exploração dos trabalhadores.

Ainda sobre território, é importante marcarmos outras delimitações conceituais. O território usado é constituído pelos objetos e ações, é sinônimo de espaço humano, de espaço habitado (SANTOS, 1988). Nele se criam os vínculos de pertencimento (materiais e/ou simbólicos): pertencer àquilo que nos pertence. Esse sentimento de pertencimento cria a identidade⁴² – conceito que não discutiremos, mas que fazia parte do mundo do trabalho ervateiro, pois o trabalhador sabia da exploração e da violência, mas seu trabalho lhe marcava uma posição social e um significado à vida.

Uma definição voltada para o controle administrativo de uma determinada área é a de Andrade (1995, p. 19), em que “[...] o território está associado à idéia de poder, de controle, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas”.

⁴² A questão da identidade ou *habitus*, que caracteriza o processo de aceitação/negação ou pertencimento a um determinado local de existência material, é discutida em BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

Esta definição melhor se aplica à CML, porquanto sua dominação abrangia o território do SMT a partir de sua racionalidade empresarial, incorporando terras, mão de obra e poder político-administrativo.

O território é a base para a reprodução tanto da vida como do capital. No SMT, o Estado fez uma opção política ao priorizar a reprodução do capital ervateiro em detrimento de camponeses, indígenas e do desenvolvimento de núcleos urbanos. O EMT planejou e executou um programa político que visava explorar os ervais nativos e poderia tê-lo feito de uma forma mais democrática, protegendo os povos que já viviam naquelas terras; porém, negligenciou a esparsa população residente e deu condições para que a empresa se tornasse um monopólio tão poderoso a ponto de ser credora do Estado.

O Estado é um agente ordenador do território e o EMT agiu sob a lógica do latifundiário e, em determinados períodos de tempo, alguns dos membros do Estado que deliberavam as autorizações de exploração também se beneficiavam por estarem diretamente vinculados à CML.

2.2 Ordenamento territorial do SMT pela Companhia Matte Larangeira

Entendemos que a CML organizou o território do SMT de acordo com seus interesses e nesse sentido afirmamos que a mesma promoveu a produção e o ordenamento do território de mais de 5 milhões de hectares de ervais nativos. Situação diferente do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, cujos ervais nativos eram explorados por pequenos e numerosos proprietários (LINHARES, 1969; QUEIROZ, 2015a), destoando da concentração fundiária ainda característica de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

O conceito de ordenamento territorial é explanado por Firkowski e Sposito (2008) para designar como o capital financeiro, empresas e indústrias ordenam o espaço urbano de acordo com as exigências para a reprodução do lucro. Entre 1891 e 1902 não havia industrialização no SMT, apenas a exploração do mate, gado, madeira e outros produtos agropecuários e minerais. Mesmo numa economia agroexportadora de baixa tecnologia agregada, utilizaremos esse conceito porquanto o mesmo pode ser aplicado à uma área rural quando esta é organizada pelo capital agrário, ainda que num contexto não tipicamente capitalista.

Ordenamento territorial não é somente a justaposição de técnicas (do engenheiro, do administrador, etc.), ele supõe a existência de um “projeto social” que comporta objetivos coletivos, o que exige a busca de um equilíbrio entre as necessidades sociais e os imperativos econômicos.

O econômico e o social estão em tempos diferentes, onde o primeiro requer ciclos curtos (erva mate) e o último, ciclos longo (povoamento e reprodução social). O êxito do tempo dos objetivos econômicos condiciona o progresso das conquistas sociais, para mais ou para menos (FIRKOWSKI; SPOSITO, 2008):

O homem não atua somente no espaço, ele atua igualmente no tempo. Dimensão temporal é uma dimensão fundamental de toda política de ordenamento do território. Não se pode planejar se não se dispõe de tempo [...] *A dimensão espacial é aquela da simultaneidade e das inter-relações em um momento dado. A dimensão temporal é aquela da sucessão e da causalidade num meio geográfico determinado* (FIRKOWSKI; SPOSITO, 2008, p. 79, grifos dos autores).

O ordenamento é também uma combinação de ações sociais com objetivos particulares (habitação, equipamentos coletivos, etc.), horizontes temporais e ritmo de realização individualizados. O tempo da reprodução da vida foi condicionado pelo tempo da reprodução do capital erivateiro, com controle da circulação, proibição de atividades e da instalação de novos colonos (retardando a formação de núcleos urbanos), violência e mortes.

O ordenamento territorial do SMT se deu de cima para baixo, de forma imposta, sem respeitar camponeses e indígenas que vivessem nos ervais. O EMT avalizou os interesses empresariais da CML:

Nos documentos oficiais da época é expressiva a quantidade de requerimentos solicitando a concessão para explorar os ervais da região. Através dos ofícios enviados pelos presidentes de província, nos anos de 1886 e 1887, ao Ministro e Secretário de Agricultura Comércio e Obras Públicas do Império, pode-se ter uma ideia de como era grande o número de pretendentes solicitando concessões. O presidente da província Álvaro Rodvalho Marcondes dos Reys, em 1887, chegou inclusive a afirmar que eram “inúmmers” os pretendentes e que estes chegavam a se apresentar “diariamente para esse fim”. Porém, não encontramos em sua gestão, no período de dezembro de 1886 a março de 1887, nenhuma correspondência com o

encaminhamento de algum requerente. Dessa forma, podemos inferir que muitos destes pedidos não chegavam sequer a ser enviados para o ministro. Dos ofícios dirigidos para esse fim, em outras administrações verificamos o número de onze nos anos de 1886 e 1887. Nenhum deles, no entanto, foi atendido. Todavia, teriam conseguido a concessão legal por curto espaço de tempo Antonio Joaquim Malheiros, em 1886, e Ernesto de Castro Moreira, em 1888. Antonio Joaquim Malheiros conseguiu a concessão através do Decreto no. 9.649 de 2 de Outubro de 1886 (Bianchini, 1994: 102). A concessão de Ernesto de Castro Moreira teria sido autorizada pelo Decreto no. 9.878, de 29 de Fevereiro de 1888 (CORRÊA FILHO, 1925: 18). Segundo Corrêa Filho (1925: 18), em 1890, Thomáz Larangeira ciente do fato de que seu concorrente, Castro Moreira, tinha vendido sua concessão para a empresa argentina Furtado & Cia, medida considerada ilegal, pois intransferível, solicitou a interferência do presidente de Estado, Antonio Maria Coelho, que prontamente autorizou a expulsão da referida empresa, através dos destacamentos de Ponta Porã, e declarou a caducidade da concessão. A partir de então, Larangeira seria o único concessionário legalmente autorizado para explorar erva-mate. (CENTENO, 2000, p. 195-6).

Estes interesses corporativos se manifestaram no território, produzindo o segundo a racionalidade econômica. Assim, o Estado induziu a formação territorial do SMT sob o grande latifúndio e promotor da acumulação dos integrantes da Companhia.

O uso e produção do território não servem somente o para alavancar os interesses de um determinado grupo: há também um projeto pautado na disputa por hegemonia.

Antes de se abordar o projeto da CML é necessário compreender o projeto político do EMT do fim do Império e início da República. Para tal precisaremos resgatar a Lei de Terras de 1850, que privilegiou o grande latifúndio ao invés das pequenas propriedades; preparou o país para a recepção de estrangeiros brancos; definia a compra de terras públicas como única forma de acesso a elas – apesar de que a grilagem foi amplamente regularizada. Ademais, uma nova etapa do capitalismo estava em andamento na Europa e o fim da escravidão passava a ser uma necessidade para converter os escravizados em trabalhadores assalariados e consumidores (MARTINS, 2013).

O país inventou a fórmula simples da coerção laboral do homem livre: se a terra fosse livre, o trabalho tinha que ser escravo; se o trabalho fosse livre, a terra tinha que ser escrava. O cativo

da terra é a matriz estrutural e histórica da sociedade que somos hoje. Ele condenou a nossa modernidade e a nossa entrada no mundo capitalista a uma modalidade de coerção do trabalho que nos assegurou um modelo de economia concentracionista. Nela se apoia a nossa lentidão histórica e a postergação da ascensão social dos condenados à servidão da espera, geratriz de uma sociedade conformista e despolitizada. Um permanente aquém em relação às imensas possibilidades que cria, tanto materiais quanto sociais e culturais. (MARTINS, 2013, p. 3).

Essa Lei beneficiou os latifundiários proprietários de terras. No caso da CML, a terra não foi comprada, mas sim arrendada; entretanto, a situação do trabalhador e do migrante não se diferiu muito daquela de três décadas atrás. A política de terras no antigo SMT foi essencial para o fortalecimento do coronelismo existente no fim do Império e começo da República.

Quanto ao projeto da CML, entendemos que era a acumulação privada por meio do controle territorial da terra e dos ervais, assim, não objetivava a colonização, o assentamento de migrantes ou a urbanização. Seu projeto coincidia em parte com os interesses do Estado, pois explorava e produzia receitas sobre os ervais e ocupava uma região de fronteira agro-pastoril; contudo destoava no que tange à formação de núcleos habitacionais. O EMT priorizou o latifúndio e a produção de receitas e a empresa/CML priorizou o lucro e o controle territorial: projetos políticos que coincidiram por décadas.

O projeto econômico-territorial da CML foi exitoso graças a sua hegemonia exercida. A partir desta afirmação trazemos o conceito de hegemonia gramsciano para esta discussão. Gramsci refletia em como combater o fascismo na Itália⁴³ e compreender o malogro da revolução proletária no Ocidente⁴⁴. Defendia que era necessário o surgimento de um partido político que fosse comprometido com a justiça social para que este dialogasse e conduzisse a massa popular na transformação da sociedade e do modo produtivo. Também defendia que a hegemonia era cultural e política ao mesmo tempo e a formação

⁴³ Entre 1922 e 1945, Benito Mussolini (1883-1945) e a extrema direita italiana autointitulada fascista (Partido Nacional Fascista) governaram o país sob o totalitarismo, com a militarização da sociedade, ideia de superioridade racial, nacionalismo exacerbado, foi antidemocrático e contrário aos ideais socialistas.

⁴⁴ Seria a expansão do socialismo pelo mundo com a classe trabalhadora tornando-se a classe dominante e instituindo uma coletividade dos meios de produção e equidade na distribuição da renda, mas que não conseguiu se engendrar, ficando restrita a algumas experiências na Europa Oriental que apresentaram contradições e problemas sociais (BOTTMORE, 1988).

política (partido e mentalidade coletiva) era essencial para a formação e desenvolvimento da nação e da derrota do fascismo (BOTTMORE, 1988).

Grandi (2010) traz uma explicação mais prática:

[...] Este conceito refere-se à direção político-cultural que determinada classe (ou fração de classe) imprime na tessitura do social ao fixar parâmetros de sentido, visões de mundo, através da formação de consensos, qualificando-se para dirigir política e culturalmente as diferentes forças sociais que se impõem pela posição que ocupam na esfera da produção e que, por isso, estão dispostas a defender um programa, um modelo ou um plano de ação nos mais variados setores da sociedade (GRANDI, 2010, p. 207).

Gramsci (1982) explica que os grupos que estão em posição de subordinação tendem a adotar valores e concepções do grupo dominante de forma acrítica e até inconsciente, mesmo que esta seja contrária aos seus interesses e necessidades. É o caso dos trabalhadores da CML, pois sabiam da exploração nos hervaís e ainda assim buscavam esse trabalho (por necessidade) e por vezes ostentavam-no por ser socialmente reconhecido como algo honroso.

Geralmente, os grupos subordinados defenderão os valores do grupo dominante como se fossem seus, o que reforça o poder e a hegemonia do grupo dominante.

A CML foi hegemônica não apenas porque monopolizou a produção e teve o apoio do EMT, mas porque impôs sua racionalidade aos trabalhadores e colonos que aceitaram por meio da naturalização ou que dela discordavam, mas não possuíam força política para se posicionar, tendo que acatá-la. Teve poder sobre a terra e os trabalhadores, construiu um território de acordo com seus interesses econômicos e Larangeira e os Murtinhos exerceram o papel de intelectuais na construção da hegemonia da Companhia.

Os intelectuais para Gramsci (1982) não são somente aqueles que possuem formação teórico-acadêmica, são também os que detém conhecimentos técnicos e capacidade de mobilizar outros sujeitos a realizarem uma ação. Assim “[...] o empresário representa uma elaboração social superior, já caracterizada por uma certa capacidade dirigente e técnica (isto é, intelectual) [...]” (GRAMSCI, 1982, p. 4). O empresário atua como um intelectual em seu

meio social, com maior ou menor alcance político-econômico dependendo de suas alianças com os representantes políticos.

Dessa feita, podemos afirmar que Thomaz Larangeira foi um intelectual por ser um empresário que mobilizava as massas de trabalhadores e por suas relações políticas (especialista + dirigente). Ademais, seus sócios na CML, os irmãos Murtinhos, eram intelectuais pelos postos que ocuparam nos poderes legislativo e judiciário brasileiros exercendo uma direção moral e intelectual que contemplava os interesses da Companhia – por desdobramento, os seus próprios interesses.

Enquanto intelectuais, no sentido gramsciano, os Murtinhos e Larangeira constituíram uma entidade jurídica que permitiu ampliar seus rendimentos por meio de maior acesso ao poder público. Diferente de outros empresários que fazem alianças políticas pautadas no apoio público e em financiamentos eleitorais, a CML resulta da fusão desses intelectuais e *personas* representantes do poder político e do poder territorial.

O projeto de Thomaz Larangeira era ampliar sua área de exploração e promover seu enriquecimento, e assim, sua empresa, nesse percurso de cerca de 60 anos fez e refez alianças com diversos sujeitos políticos, que de alguma forma se beneficiaram com o latifúndio ervateiro.

O capital realiza-se por meio do espaço, ou antes do território, já que as relações de poder são essenciais para a implantação da racionalidade econômica e para tal, o ordena.

As medidas de ordenamento ou reordenamento do território servem antes para aumentar os lucros das empresas, especialmente das mais poderosas, pois o espaço (e o território) é condição e produto da reprodução do capital, assim como da vida humana (CARLOS, 1994).

No momento em que a lógica empresarial é imposta, ocorre uma mudança significativa no lugar que recebe este vetor, pois ocorre uma reestruturação dos ritmos, do cotidiano, do tempo e das práticas sociais. Assim, o território não é neutro e quando uma dinâmica empresarial se instala, pode-se gerar a esquizofrenia daquele lugar (SANTOS, 2006a).

Isto se deu no SMT com a produção ervateira: os moradores das terras concedidas à Larangeira mudaram suas práticas, novos trabalhadores chegaram e imprimiram novos ritmos de trabalho e reprodução social, a sociedade local se

modificou. Tanto os antigos moradores dos ervais (indígenas e camponeses), como os paraguaios e indígenas recrutados para trabalhar nos ervais sentiram a mudança de ritmo, o que pode gerar um mal-estar coletivo que resulta dessa esquizofrenia causada no lugar. Há uma luta entre as forças exógenas da racionalidade econômica e a contra-ordem oriunda dos pobres, excluídos e marginalizados (SANTOS, 2006a).

A instalação da lógica empresarial da CML se deu com o aval institucional via leis e decretos. De acordo com Arruda (1989), os decretos que forjaram institucionalmente o território mato-grossense a partir da expansão da área de exploração da Matte Larangeira são (veja a Figura 2, na página 26):

- Lei nº 8799 de 1882 (Figura 1, na página 25): foi o decreto que autorizou Thomaz Larangeira a colher erva mate por 10 anos, numa área equivalente a 10.000 hectares. Proibia a comercialização de madeiras de lei, o que era desrespeitado por Thomaz Larangeira. A cláusula VI vetava que Thomaz Larangeira impedisse que os *moradores do território* colhessem a erva mate para sua subsistência, o que também era desrespeitado pela empresa. Era permitido aplicar multa à Larangeira mediante descumprimento das cláusulas e rescindir contrato, sem direito a indenização, caso uma infração reincidisse três vezes; não se aplicaram. O Presidente da Província era José Maria Alencastro (Partido Conservador); período imperial sob governo de Dom Pedro II.
- Decreto nº 9.692 de 1886: prorroga por mais 5 anos o prazo para Thomaz Larangeira para colher erva mate em Mato Grosso. Este e o decreto seguinte renovaram os prazos de exploração da erva mate antes do prazo vigente ser concluído.
- Decreto nº 10.390 de 1889: também prorroga por mais 5 anos o prazo para Thomaz Larangeira colher erva mate em Mato Grosso.
- Lei nº 520 de 1890: ampliou os limites da área de exploração e era válida por 10 anos, alcançando o monopólio. Obrigava o concessionário a contratar pelo menos 150 trabalhadores e a produzir anualmente um milhão e quinhentos mil quilogramas de erva mate para exportação. Legalizava o direito de Thomaz representar-se por uma companhia. No ano seguinte, a Companhia Matte Larangeira seria criada com a aquisição da empresa Matte Larangeira pelo BRMT. O Presidente do estado era Antônio Maria Coelho

(Partido Nacional Republicano-PNR) e o Presidente da República era Deodoro da Fonseca.

- Decreto nº 966 de 1892: ampliou o prazo de exploração em dois anos referente a Lei anterior. O Presidente do estado era Manoel José Murtinho (Partido Republicano) e o Presidente da República era Floriano Peixoto.
- Lei nº 26 de 1892: ampliação da área de exploração para o extremo sul do Estado.
- Resolução Legislativa n. 76 de 13 de julho de 1894, mantendo o monopólio e marcando o ano de 1915 para seu encerramento.
- Lei nº 103 de 1895: nova ampliação dos ervais, somando mais de 5.000.000 de hectares; é um dos maiores arrendamentos vinculados a um grupo particular no Brasil. O Presidente do estado era Antônio Corrêa da Costa (Partido Republicano-PR) e o Presidente da República era Prudente de Moraes (Partido Republicano Federal-PRF).

Thomaz Larangeira não era político de profissão, mas possuía as terras e os meios de produção. Os políticos de profissão, como os Murtinhos e outros representantes de famílias oligarcas de Mato Grosso, possuíam prestígio social e participavam da produção política do estado. Não há como afirmar categoricamente que o BRMT foi criado com o objetivo de formar uma companhia, entretanto os acontecimentos apontam nessa direção: o decreto nº 520 é do dia 23 de junho de 1890 e preparava o terreno político para a criação da CML; o BRMT foi criado dia 6 de dezembro de 1890⁴⁵; e em 4 de julho de 1891⁴⁶ é autorizada a criação de uma companhia no formato de sociedade anônima⁴⁷ e meses depois a CML é constituída. Primeiro, a Lei que autorizava a criação de uma companhia é publicada, meses depois criou-se um banco de capital privado e posteriormente a CML surge quando o banco adquire a maior parte das ações da Empresa Matte Larangeira. Em um ano e quatro dias, uma

⁴⁵ Antônio Maria Coelho (1827-1894; Partido Nacional Republicano) foi o Governador do Estado entre 9 de dezembro de 1889 e 15 de fevereiro de 1891, quando o BRMT foi criado.

⁴⁶ Sob o governo de João Nepomuceno de Medeiros Mallet (1840-1907; militar designado pelo presidente do país) foi o Governador do Estado entre 6 de junho e 16 de agosto de 1891; apoiava o então presidente Deodoro da Fonseca, quando a CML foi criada.

⁴⁷ Por meio do Decreto nº 436-C, de 4 de Julho de 1891, disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-436-c-4-julho-1891-509552-publicacaooriginal-1-pe.html>.

lei, um banco e uma companhia foram criados. Analisemos o conturbado cenário político mato grossense.

Foram cinco governadores em Mato Grosso no ano de 1891: 1) Antônio Maria Coelho (09/12/1889-15/02/1891); 2) Frederico Solon de Sampaio Ribeiro (16/02-31/03/1891); 3) José da Silva Rondon (01/04-05/06/1891); 4) João Nepomuceno de Medeiros Mallet (06/06-16/08/1891); 5) Manuel José Murtinho (16/08-15/08/1895).

Em princípios do ano de 1891, o então Governador do Estado Antônio Maria Coelho, protetor dos privilégios de Thomaz Larangeira, fora exonerado; mas o decreto que permitiria a criação de uma companhia, com acesso às terras, já havia sido criado em sua gestão. Quando Manuel Murtinho assumiu o cargo de governador houve um fortalecimento da aliança Larangeira-Murtinhos, porém, seu mandato sofreu interrupções até que Generoso Ponce assumiu de 7 de maio de 1892 até 20 de julho do mesmo ano; na sequência Manuel Murtinho reassumiu o governo. Neste contexto de instabilidade, os Murtinhos e Ponce exerceram influência no governo de Deodoro da Fonseca⁴⁸, até que Generoso Ponce foi eleito a vice-presidente do EMT (CENTENO, 2000).

Corroboramos Centeno (2000) ao afirmar que a criação da CML se deu da associação entre Thomaz Larangeira e os Murtinhos via BRMT por um rearranjo de poder, onde os Murtinhos pressionaram Larangeira para entrarem no rentável negócio ervateiro.

O BRMT ter comprado a maior parte das ações da Matte Larangeira, transformando-a de empresa para Companhia foi uma estratégia muito eficaz para a acumulação de capital e controle territorial sobre as terras por parte dos sócios do banco.

Ademais, o EMT favoreceu os latifundiários por meio de leis que asseguravam a transferência das terras devolutas para os mesmos:

[...] a primeira lei de terras do estado (Lei nº 20/1892) e o seu regulamento (Decreto nº 38/1893) deram garantias à regularização das ocupações “consolidadas”, sesmarias e posses até 15/11/1889 alterando, assim, a data limite de 1854

⁴⁸ Em 1891, o presidente da jovem República era Deodoro da Fonseca (via golpe de Estado) e renunciou após pressão da Marinha e do Exército, quando assumiu seu vice, Floriano Peixoto entre 23/11/1891 e 15/11/1894; este último substituiu os governadores de estado que apoiavam Deodoro da Fonseca.

estabelecida pela Lei [de terras] de 1850. Asseguraram também o direito de preferência para compra das terras devolutas que estavam sob o domínio particular, cujos títulos não preenchiam os requisitos exigidos para legitimação ou revalidação. Como essas ocupações ocorriam em grandes áreas, favorecidas pela economia do Estado que se baseava na agricultura, no pastoreio e na exploração extrativa vegetal (erva-mate, borracha, poaia), a Lei estava beneficiando, essencialmente, os grandes proprietários (posseiros). Portanto, mesmo tendo assegurado o direito de preferência para compra das terras devolutas ocupadas, a Lei excluía os pequenos posseiros desse benefício, vez que estes não podiam efetuar a sua compra, nem fazer face ao sistema de produção vigente na época. (MORENO, 1999, p. 68-9).

O território do SMT foi organizado pela lógica empresarial dos três agentes estudados: a Matte Larangeira, o BRMT e o Estado de Mato Grosso. O EMT legalizou e legitimou a criação da companhia e assegurou a expansão territorial dos ervais. Essas políticas produziram o território que evoluiu para o atual latifúndio do agrohídronegócio⁴⁹ (THOMAZ JUNIOR, 2010).

Cada novo decreto englobava o anterior expandindo-o em tempo e tamanho territorial, assegurando a acumulação crescente de Larangeira e seus sócios. O monopólio sobre a terra por parte da empresa inviabilizava uma distribuição equitativa para migrantes e trabalhadores locais.

As normativas e jurisdições foram utilizadas para legitimar a exploração da terra e do trabalho, assegurando a acumulação dos membros do capital ervateiro, isto é, o Estado de Mato Grosso subsidiou institucionalmente as ações da CML, cujos fins eram privativos.

⁴⁹ O autor discute a cana de açúcar no agrohídronegócio, mas este se aplica às outras commodities como soja, milho, eucalipto, à pecuária, à criação de suínos e granjas verticalizadas. Agrohídronegócio refere-se ao controle da terra e da água para a realização do capital de conglomerados agro-químico-alimentar-financeiros e conta com as estruturas de poder em torno do Estado e dos trabalhadores. “De forma consorciada, dispor de terra e água, mais ainda, controlá-las, possibilita ao capital condições para a prática da irrigação, o que reforça e intensifica a expansão territorial sobre as melhores terras para fins produtivos. Ou seja, o acesso às terras, seja pela titularidade (legal ou grilada), seja por meio de contratos de arrendamento etc., é a garantia que o capital, identificado como agronegócio (grandes grupos econômicos nacionais e transnacionais), requer para reproduzir-se e apropriar-se dos meios de produção e controlar o tecido social, mediante o acionamento dos dispositivos das esferas da produção, da circulação, da distribuição, do consumo, bem como especulativos” (THOMAZ JUNIOR, 2010, p. 97).

CAPÍTULO 3: O OLIGARQUISMO MATO-GROSSENSE NA HEMEROGRAFIA DA CML E DO BRMT

Este capítulo está dividido em dois itens: uma breve análise hemerográfica da CML/BRMT e uma reflexão acerca do oligarquismo existente nas relações políticas.

Os jornais são uma importante fonte primária para compreender os acontecimentos históricos, os sujeitos e seus interesses envolvidos naqueles. Por meio deles se difundiam as distintas ideologias de sujeitos/grupos políticos que ora eram aliados, ora rivalizavam; portanto, trata-se de um cenário de luta política e discursos tendenciosos.

Em nossa avaliação, a partir desta pesquisa hemerográfica, ficou evidente o predomínio oligárquico nas ações estatais para a expansão da CML.

Em consulta virtual e por telefone ao Arquivo Público de Mato Grosso, foi informado que seu acervo estava praticamente todo digitalizado e disponível na Biblioteca Nacional (virtual); alguns jornais estavam disponíveis no CDR/UFMG. Nesta, foram consultados os jornais dos anos de 1891 a 1902, nos estados de Mato Grosso e Rio de Janeiro, com as palavras-chave “herva mate”, “Matte Larangeira” e “Banco Rio e Mato Grosso”. Ressaltamos que a escrita da época foi mantida nas citações, incluindo os erros ortográficos.

As narrativas hemerográficas serão apresentadas em ordem cronológica, mostrando os diferentes jornais que defendiam e criticavam a CML, porquanto eram veículos de formação de opinião de massa propagando as ideias dos partidos políticos a eles ligados.

3.1 Breve análise hemerográfica da CML e do BRMT

Os jornais apresentados foram localizados na Biblioteca Nacional virtual, que os disponibiliza por período e estado; consultamos as publicações dos estados de Mato Grosso e Rio de Janeiro, nos intervalos de 1890-1900 e 1900-1910.

A Tribuna (RJ), de 8 de setembro de 1890 publicou que “O decreto n. 724, de 6 deste mez, extinguiu todos os impostos geraes de exportação da herva mate, seja qual fôr a sua procedência ou destino”, o que beneficiava Thomaz

Laranjeira. Acerca da constituição da CML, o Diário do Commercio (RJ) de 11 de julho de 1891, informa que “O Decreto n. 436 D⁵⁰, de 4 do corrente, concede autorização a Thomaz Laranjeira, para organizar uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia Matte Laranjeira”.

As matérias dos noticiários cariocas eram menos tendenciosas em favorecer ou rechaçar a CML, trazendo informes mais gerais; já nos jornais mato-grossenses é possível identificar essa luta simbólica e ideológica para a construção do pensamento coletivo (contra e a favor da companhia).

Acerca do imposto sobre o mate, a Gazeta Official de Mato Grosso informou em 07 de fevereiro de 1891: “Remetteu-se: Ao cidadão Thomaz Laranjeira, um exemplar da Gazeta Official da presente data, onde vem publicado um edital do Thesouro do estado abrindo á concorrência pública a arrematação do serviço de arrecadação do imposto sobre o matte fabricado n’este Estado, mediante as condições exaradas no referido edital, para que se preste o seu concurso no sentido de ser logo alli o mesmo reproduzido por seis vezes de modo que, chamado ao conhecimento dos habitantes d’aquella villa, tenham tempo de dirigir suas propostas os que quizerem concorrer á arrematação de tal serviço; certo de que este Governo indenizará as despesas que forem feitas com a reproducção do alludido edital”.

O jornal O Matto-Grosso: Orgão do Partido Republicano (número 680, adiante, na página 80, Figura 9) de 16 de abril de 1893 se refere aos ervais como *burgos agrícolas* e menciona o contrato firmado com o BRMT em 24 de dezembro de 1890 com concessão de 500.000 hectares de terras devolutas á Francisco Moreira da Fonseca, exultando o BRMT:

[...] ficou exuberantemente provado e confirmado q’ o Banco Rio e Mato Grosso, quando obteve a transferencia da dita concessão, não foi impellido por mero espirito de especulação que, para isso, excitava o estado febril da praça do Rio de Janeiro n’aquelle periodo: mas sim, pelo louvavel intuito de emprehender neste Estado um serviço de maxima importancia para seu progresso e engrandecimento.

⁵⁰ Encontramos como Decreto nº 436-C, de 4 de Julho de 1891, que “Concede autorização a Thomaz Laranjeira para organizar uma sociedade anonyma sob a denominação de - Companhia Matte Laranjeira”. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-436-c-4-julho-1891-509552-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 10 de out. 2022.

Esta matéria ainda destaca que o BRMT comprara a fazenda Três Barras e que iria construir um porto (o Porto Murtinho, que depois nomeou a cidade) para sanar a “grave inconveniência”, porquanto era o de Conceição-PY que realizava a exportação do mate brasileiro.

De acordo com Jovam Vilela da Silva (1997), o BRMT foi criado (via Decreto) com:

[...] um crédito de capital de 20.000 contos de réis. Joaquim Murtinho era o Presidente desse banco e comprou de Tomás Larangeira parte dos direitos sobre os ervais sul mato-grossenses, concedidos em 1882. Joaquim Murtinho, aliado a seus irmãos Francisco, Manuel e mais algumas pessoas, formaram a Companhia Mate Larangeira, com um capital de 15.000 ações de 100\$000 réis. É "desta origem esquisita" que surge a Mate Larangeira como um truste econômico⁵¹. O capital inicial de 15.000 ações foi adquirido pelo Banco Rio (14.540), Joaquim Murtinho (100), Tomás Larangeira (110), Casimiro Meneses (10), Francisco Murtinho (50), Francisco Marques Pinheiro (10), Diretor do Banco; João Nunes de Carvalho (10), contador do Banco; Lucídio Martins (50), Diretor da Companhia; Manuel Martins Torres (20) e Manuel Moreira da Fonseca (100), ambos, Diretores do Banco. (SILVA, 1997, p. 29).

Para Silva (1997), o Banco teria servido para maximizar os lucros de um grupo seletivo e poderoso, como destacado a seguir:

Estava aí a fórmula perfeita para resolver os problemas econômico-financeiros da Empresa Mate Larangeira, um Banco, que iria garantir junto aos sócios argentinos, ingleses e paraguaios os negócios do mate e de outros empreendimentos que fossem necessários ao bom desempenho da firma (SILVA, 1997, p. 29-30).

Além de efetuar operações financeiras no Rio de Janeiro e em praças mato-grossenses, o banco atuou em inúmeros outros ramos, e o fato de ele haver assumido o controle do negócio ervateiro deu origem a um interessante debate historiográfico: teria Larangeira se associado voluntariamente ao banco, em busca dos capitais necessários para a exploração de sua valiosa concessão? Ou foram os Murtinho que – detendo, naquele momento, grande poder político em âmbito estadual e federal, forçaram Larangeira a ceder o controle? A historiografia fornece

⁵¹ Silva (1997) destaca que a Matte Larangeira foi um truste, todavia, discordamos do uso deste conceito, porquanto truste é a fusão entre duas ou mais empresas e o BRMT operou separadamente da Companhia Matte Larangeira, apesar das relações imiscuídas.

várias respostas e conjecturas. Não sendo possível no momento alongar-me nesse tema, observo apenas que a documentação desautoriza pelo menos a interpretação segundo a qual Laranjeira teria sido, em 1891, praticamente excluído do negócio ervateiro. (QUEIROZ, 2021, p. 21)

Reiteramos, não é possível afirmar com toda a certeza quanto ao motivo da fundação do BRMT, se por falta de capital de Laranjeira ou por pressão dos Murtinhos; contudo, é evidente que o BRMT se configurou como uma estratégia para a expansão comercial e conseqüente enriquecimento de um grupo restrito de empresários e políticos (que eram amigos). Uma transação que visava o enriquecimento pessoal sob o discurso de desenvolvimento regional.

O Decreto Federal nº 165, de 17 de janeiro de 1890⁵², regulava a fundação de bancos regionais privados e trazia no primeiro item de seu Artigo 3º: “a) cessão gratuita, á discricão do Governo, de terras devolutas, na zona da sua circumscripção, para localisação de colonos e fundação de estabelecimentos industriaes de qualquer ordem”. Esse decreto é posterior ao Decreto nº 1.149 de 1890 que fundou o banco. Em dezembro de 1890, os incorporadores do BRMT assinaram com o Governo Federal um contrato onde poderiam receber até 500 mil hectares (divididos em dez glebas de 50 mil hectares cada uma) de terras sem nenhum custo para fins de colonização (QUEIROZ, 2010).

O Jornal A Capital (RJ), de 23 de fevereiro de 1892 informou que:

Deferido, ficando, porém, marcado o prazo de dous mezes para que o supplicante deposite na Thesouraria da Fazenda daquelle estado a quantia necessaria para a despeza de fiscalizaçõ, conforme o aviso n. 268 de 14 de agosto de 1891; - foi o despacho do ministro da agricultura ao requerimento do Banco Rio e Matto Grosso, pedindo a nomeaçõ de fiscal para o contracto relativo á fundaçõ de nucleos agricolas no Estado de Matto Grosso, e que a quota para o respectivo pagamento seja recolhida ao Thesouro Federal.

⁵² Este decreto encontra-se disponível no site da Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-165-17-janeiro-1890-502656-publicacaooriginal-1-pe.html#>. Acessado em 29 mar. 2020.

O BRMT tinha como atribuição formar núcleos coloniais/agrícolas, entretanto, também tardava em fazê-lo, acompanhando a estratégia da CML de postergar a colonização nas áreas de ervais.

Na matéria publicada n' O Matto-Grosso, Orgão do Partido Republicano, em que Generoso Ponce foi o redator, dia 9 de julho de 1893, abordou um possível empréstimo do BRMT ao EMT:

E o presidente do Estado no intuito de acautelar qualquer emergencia n'este particular, obteve do Banco Rio e Mato Grosso a promessa de emprestar ao chefe estadual as quantias que se fizessem precisas em justos limites. Felizmente todas essas providencias, aliás baseadas em previsões ordinárias, não passaram ao dominio dos factos consumados.

Em 1893, o Governador do Estado já havia voltado a ser Manuel José Murtinho, o movimento separatista estava enfraquecido. Mas, foi entre 1926 e 1931 que a CML fez empréstimos crescentes ao Estado.

O Matto-Grosso (Figura 9) é um jornal que defendia os interesses da CML, justificando sua expansão territorial, a importância dela para o Estado de Mato Grosso e por vezes tecendo elogios à empresa e aos seus representantes, como nesta matéria do dia 16 de setembro de 1894:

Recentemente a companhia Matte Larangeira, da qual é honrado presidente o nosso distincto conterraneo e amigo, sr. dr. Francisco Murtinho, inaugurou a exportação do seo producto pelo porto – Murtinho –, do territorio mattogrossense. Este facto, que assignala ponto saliente do prometidor desenvolvimento material para este estado, é tambem mais um attestado do patriotismo dos acionistas d'aquella companhia e das condições bastante prosperas em que esta se acha [...]

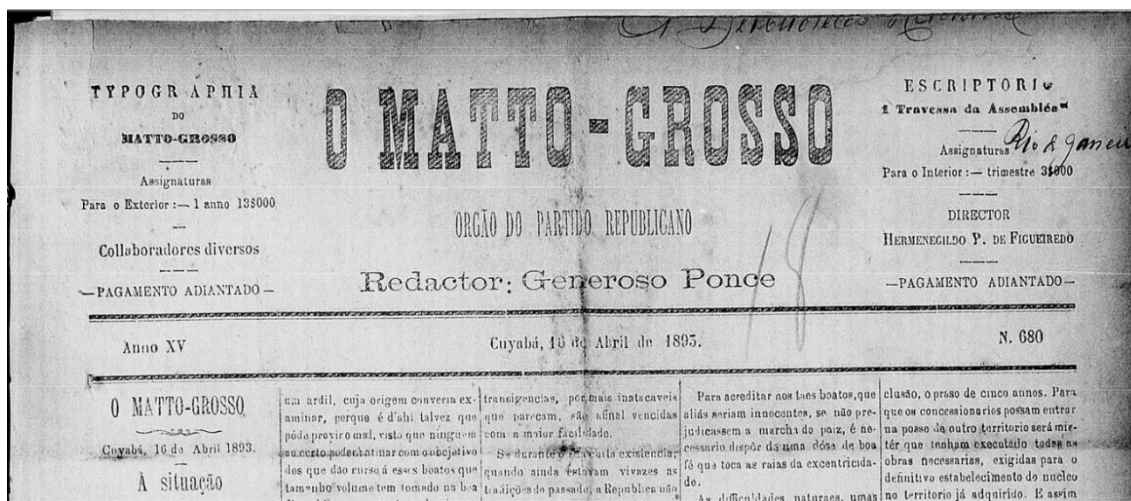


Figura 9: Jornal O Matto-Grosso, 16 de abril de 1893.

Fonte: BN DIGITAL

(<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=716189&pasta=ano%20189&pesq=&pagfis=338>), acesso em 30 jul. 2022.

Já Gazeta da Tarde (RJ), de 30 de dezembro de 1895, enfatiza que a CML produzia metade da receita estadual:

[...] Que nos conste, apenas a industria da herva-matte teve em seu favor a sancção de uma lei estabelecendo por parte do governo estadual uma fiscalisação sobre a exploração dos hervaeos, no intuito de evitar a devastação e destruição das mattas onde existe o precioso vegetal, factor importante da riqueza do Estado e tambem da riqueza particular. Essa lei, impondo a fiscalisação sobre os processos actualmente empregados para a exploração dos hervaeos, veio preencher uma urgente necessidade, qual a de acautelar os elevados interesses de uma industria que concorre para os cofres publicos com quasi metade da receita total do Estado, industria que terá forçosamente de declinar, se medidas adequadas energicas não a cercarem de efficaz proteção.

O jornal O Republicano – vinculado ao partido Republicano – de 2 de fevereiro de 1896 aborda a fazenda Margarida, situada em Miranda⁵³, de propriedade do comendador Thomaz Larangeira e que a indústria do mate tem

⁵³ A fazenda Margarida em Bela Vista (à época de Thomaz Larangeira era o município de Miranda) possui 135.404 hectares e atualmente está em processo judicial na Jurisdição do Tribunal Regional Federal da 3ª Região pelo espólio de Larangeira. Com a morte de Larangeira em 18 de dezembro de 1911, a fazenda Margarida ficou pertencente à Empresa Matte Laranjeira S.A. Familiares de Larangeira alegam que a transferência da fazenda para a empresa foi inexistente, logo, o desmembramento dela fora indevido; portanto, solicitam a anulação das transcrições, registros e matrículas das partes desmembradas da fazenda. O processo foi aberto em 1992 e está sob o número 0000504-28.2011.4.03.6005; disponível em: <https://pje2g.trf3.jus.br/pje/ConsultaPublica/listView.seam?numeroProcesso=0000504-28.2011.403.6005>. Acesso em 10 nov. 2022.

tido “um desenvolvimento extraordinario e dia a dia mais crescente”, exaltando a possibilidade de ascender ao mercado europeu.

Jornal O Republicano (Cuiabá) de 7 de junho de 1896:

Ouvimos dizer que nesta capital está se procedendo á organização, por conta do Banco Rio e Matto Grosso, de uma expedição que se destina a explorar os rios Juruena e Arinos, na região norte deste Estado, tendo por fim conhecer a riqueza dos seringaes alli existentes. E' chefe dessa expedição o Sr. Alphonse Roche, e della faz parte um missionario salesiano, que pretende intentar a catechese dos indios bravios, habitantes d'aquella zona. A ter bom exito tal expedição, grande proveito dahi virá ao nosso Estado, não só pela descoberta de novas fontes de receita, como pela aquisição de braços para o serviço da industria extractiva.

O BRMT fez expedições para o norte do Mato Grosso (de vegetação amazônica, densa em seringueiras), sem êxito e não conseguiu explorar tais seringais e sujeitos que ali viviam (QUEIROZ, 2010).

Jornal O Republicano de 30 de agosto de 1896 exortou a possível extração de borracha dos seringais pelo BRMT como uma oportunidade de desenvolvimento para Barra do Bugres, a 176 km de Cuiabá:

Quem sabe si a commissão organizada pelo Banco Rio e Matto-Grosso, que ora explora esta zona, não virá abrir as portas para o desenvolvimento do commercio, da lavoura e da industria ? ! Cremos que temos bastante fundamento para esperar que esta empreza trará enormes vantagens para este logar de tanto futuro. Barra do Bugres, 20 de agosto de 1896.

O Republicano de 30 de setembro de 1897, na sessão “Tribunal do Jury, 3ª sessão ordinária em 27 do corrente”: Mandou-se pagar pelo Thesouro do Estado á Agencia do Banco Rio e Matto-Grosso nesta capital, a quantia de 779\$210, em que importou o papel mandado vir por intermedio da Companhia Matte-Larangeira para a Typographia oficial”. Esse trecho evidencia como eram fluidas as relações entre Estado e CML.

A Federação: Orgão do Partido Republicano (30/01/1898) informou que a CML arrematou o imposto de exportação por 250.000\$000. Essa informação consta nas Mensagens do Governador do Mato Grosso para a Assembleia, na data de em 13 de maio de 1895, n'O Republicano de 22 de dezembro de 1898 e

na Gazeta Official de 16 de dezembro de 1898. Reproduzimos um trecho do último jornal citado:

[...] podeis mandar lavrar contracto com a Companhia Matte Larangeira, representada por seu procurador, coronel Pedro Celestino Corrêa da Costa, de arrematação do imposto de exportação de herva matte, no anno proximo vindouro, pela quantia de r. 250.000\$000, visto ter sido a sua proposta a unica que se apresentou na concurrencia para aquelle fim aberta por essa inspectoría [...]

Como mencionado anteriormente, a CML influenciava o valor dos impostos a serem pagos ao Estado (SILVA, 1997), o que demonstrava sua capacidade de negociação e seu poder político.

A Gazeta Official do Estado do Matto-Grosso, de 23 de agosto de 1898, informa acerca do Tesouro Estadual que no dia 17 do mesmo mês:

O Ill^{mo} sr. Francisco d'Oliveira e Silva, m. d. Gerente da "Companhia Matte Larangeira". – Comunico vos, em resposta á vossa carta datada de 21 de Julho proximo findo, que as remessas feitas por essa Companhia, das quantias de 1:342\$000 e de 700\$000, a favor do agente-fiscal da Bella Vista Manoel da Silva Alves, já se achão recolhidas ao cofre desta repartição, por intermedio do Lloyde Brasileiro; aquella em 18 de Maio e esta a 14 de Julho ultimo.

A geração dos impostos pela CML era significativa para o Estado e os jornais que exaltavam a imagem da companhia enfatizavam o quanto ela era bem-sucedida nacional e internacionalmente:

Recebemos o Relatorio apresentado á assembléa geral dos acionistas da Companhia Matte Larangeira, na sua reunião ordinaria deste anno pelo seu presidente Dr. Francisco Murinho. É um trabalho minucioso e interessante, do qual se vê que durante o anno passado a producção total da Companhia atingio a 4.143,397 kilogramas de herva-mate, sendo 1.916,536 produzidos pela zona do Norte e 2.226,861 pela do Sul. Na primeira dessas zonas tem a Companhia 1.527 empregados e na segunda 1.215. A fabrica que em Buenos Ayres beneficia a herva, apresentou no mesmo período o lucro liquido de 147.225.04 pesos, papel argentino. Por estes dados evidencia-se quanto é prospera a situação da Companhia Matte Larangeira. (Jornal O Republicano de 25 de agosto de 1898, n. 294)

No dia 01 de outubro de 1898, a Gazeta Oficial de Mato Grosso publicou que o BRMT abrisse lotes em Porto Murtinho para contratos de enfiteuse⁵⁴, isto é, houve o desmembramento de parte da terra que foi concedida à terceiros mediante o pagamento de uma pensão anual (Figura 10):

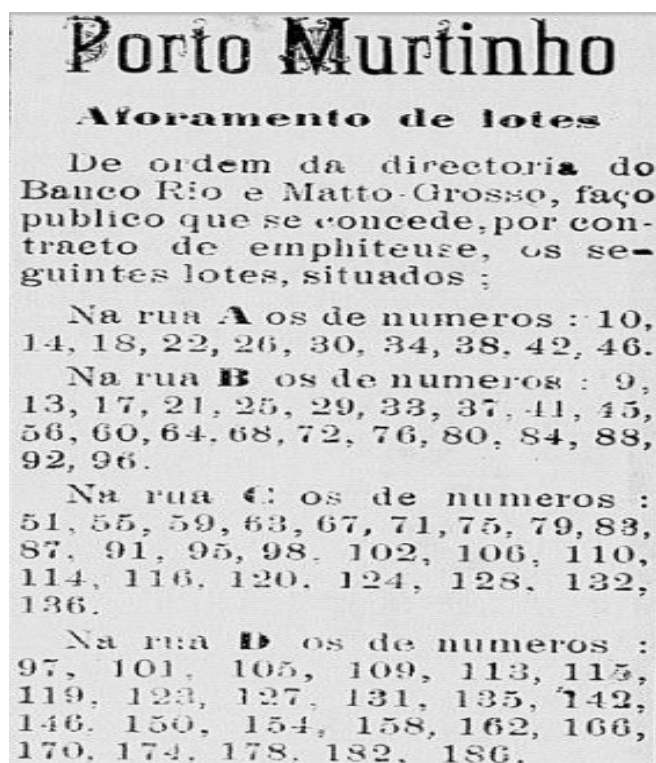


Figura 10: Gazeta Oficial de Mato Grosso, de 01 de outubro de 1898.

Fonte: BN DIGITAL

(<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=716189&pasta=ano%20189&pesq=&pagfis=338>), acesso em 22 jul. 2022.

A Carteira Industrial do BRMT (Anexo 2) permitia a mineração, construção de estrada de ferro, telegrafo, pontes, cais, drenagem e irrigação de solo, comprar e vender terras, abrir indústria de qualquer gênero, dentre outros. Uma gama de atividades poderia ser implantada e que ampliaria o povoamento e a receita estadual por meio de obras infraestruturais. As obras que foram realizadas no SMT priorizavam beneficiar a CML e não o desenvolvimento socioeconômico estadual.

A Gazeta Oficial do Estado do Matto-Grosso de 20 de dezembro de 1898 teceu elogios à CML e à Thomaz Larangeira:

⁵⁴ Enfiteuse: direito real em contrato perpétuo, alienável e transmissível para os herdeiros, pelo qual o proprietário atribui a outrem o domínio útil de imóvel, contra o pagamento de uma pensão anual certa e invariável; aforamento.

E' (É) o único producto convenientemente aproveitado dos muitos que em Matto-Grosso podem se explorados, graças ao labor e tenacidade de um homem forte, de quem a *Companhia Matte Larangeira* adoptou o nome, em homenagem, sem duvida, ao seu genio emprehendedor, Thomaz Larangeira. Essa companhia tem o seu serviço cerca de 3.000 operarios, em sua maioria paraguayos, e concorre approximadamente com 1/3 da renda do Estado, tal é o incremento a que attingiu, graças não somente á superior qualidade do seu producto, como tambem á sua intelligente, criteriosa e honesta direcção. [...] (grifos e erro no nome de Thomaz da redacção).

Da renda estadual, um terço vinha do mate, o que ampliava a força política da CML com suas reivindicações frente ao Estado; inteligência e honestidade: sem dúvida, muito inteligentes Larangeira e seus sócios, porém, a honestidade é questionável quando recordamos que a CML desrespeitava as exigências dos contratos de exploração, mantinha uma milícia sob seu comando, utilizava do conchavo e da servidão por dívida de seus trabalhadores.

N'O Paiz, de 7 de setembro de 1899, temos mais uma notícia elogiosa e o reforço das relações amistosas entre empresa e Estado:

De Buenos Aires chegou hontem o Sr. Francisco Guimarães, que na capital argentina representa dignamente a Companhia Mate Laranjeira e é correspondente de nosso colega *Jornal do Comércio*, tendo sido até pouco tempo ali o vice consul do Brazil. Foram recebel-o a bordo do *Sírio* diversos amigos e o representante do Dr. Joaquim Murinho, ministro da fazenda. O Sr. Guimarães, que vem assistir aos esponsaes de sua irmã, distinguiu-nos hontem mesmo com sua amavel visita, que agradecemos.

As Mensagens do Governador do Mato Grosso para a Assembleia em 2 de fevereiro de 1901 tratam do pleito judicial interposto pelo filho da Madame Lynch⁵⁵ e do Presidente paraguaio Solano López, reivindicando terras que eram exploradas pela CML. Elisa Alicia Lynch (1833-1886) foi a primeira-dama não oficial do Paraguai, pois era a companheira do presidente Francisco Solano

⁵⁵ Mais informações em: BAPTISTA, Fernando. **Elisa Lynch**: mulher do mundo e da guerra. São Paulo: Civilização brasileira, 1986; DOURADO, Maria Teresa Garritano. Mulheres comuns, senhoras respeitáveis. A presença feminina na Guerra do Paraguai. **Dissertação** (Mestrado em História). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2002, 122 f.

López (1827-1870), presidente entre 1862 até sua morte na Guerra do Paraguai.

A Justiça brasileira deu ganho de causa para o empresário:

[...] a propositura, no juízo seccional, de uma acção de reivindicacção do territorio situado entre os rios Ivinheima ao norte, Paraná a leste, Iguatemy ao sul e a serra de Amambay a oeste, por João Baptista Medici e Henrique Venancio Solano Lopes, como autores, contra as Fazendas Federal e Estadual, como rés. Esse territorio fôra arrendado em mais de uma epocha e varias extensões pelo governo imperial e depois pelo deste estado ao cidadão Thomaz Laranjeira e á Companhia Matte Laranjeira, para a exploracção dos abundantes heruaes que n'elle existem. Os autores reivindicantes, allegando ser o mesmo de sua propriedade particular por título de compra feita pela mãe do segundo d'elles, M. ^{me} Lynch, ao governo do Paraguay, pediam a sua restituicção, com indemnisação dos fructos percebidos e prejuizos causados. Por sentença de 18 de Outubro, da 1ª instancia, foi felizmente reconhecido o direito de Matto-Grosso, sendo os referidos autores julgados carecedores de acção. D'essa sentença houve apellação para o Supremo Tribunal Federal mas nutro a melhor das esperanças, si não a convicção plena, de que tambem lá, n'essa brilhante côrte de provectoros e integros magistrados, será mais uma vez proclamado o nosso bom direito.

Apesar dos muitos elogios, havia noticiários que faziam o enfrentamento ao monopólio de Thomaz Laranjeira, como o jornal A Reacção: Orgão do Partido Republicano de Matto Grosso (Assunção/PY), de 30 de junho de 1902, com “A mensagem do Senhor Campos Salles no Senado”, cujo discurso foi feito por Generoso Ponce, ocorrido em 10 de maio do mesmo ano:

[...] as notícias que por carta acabo de receber do Paraguay, são a mais soberana confirmação de tudo quanto affirmei sobre a maneira por que a Companhia Matte Laranjeira faz o contrabando nas fronteiras daquela Republica e vem desmascarar os fins que o Ministro da Fazenda⁵⁶ pretende conseguir, instituindo á custa dos cofres da União, um regimen que vae enfechar nas mãos da poderosa companhia do Sr. Joaquim Murtinho e de seus irmãos todo o commercio do sul do Estado e norte do Paraguay. Chamo a attenção do Senado para o alcance que podem ter as medidas postas em pratica pelo actual serventuario da pasta da Fazenda, que a pretexto de defender os interesses do fisco, está de facto assegurando cada vez mais os negócios ilicitos de uma companhia, da qual é principal accionista.

⁵⁶ O Ministro da Fazenda na época era Joaquim Murtinho (de 15/11/1898 a 02/09/1902).

O jornal A Reacção era publicado no Paraguai por haver um conflito político intenso e violento em Mato Grosso pelo poder político ou poder de mando no estado; tais conflitos políticos assumiam a forma armada, como os que ocorreram em 1899, 1902 e 1906⁵⁷. Não priorizamos os embates que os grupos/sujeitos tiveram na ânsia pelo controle político estadual, mas destacamos que eles existiram e que eram oligárquicos. Os jornais eram os porta-vozes dos discursos defendidos por esses grupos.



Figura 11: Jornal A Reacção publicado no Paraguai.

Fonte: BN DIGITAL

(<https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=700355&pasta=ano%20190&pesq=&agfis=30>). Acesso em: 19 nov. 2023.

Em 8 de julho de 1902, o jornal A Reacção, novamente critica a CML e a debilidade do EMT frente à Companhia:

É que a exploração da herva matte em Matto Grosso, é um escandaloso monopólio; a Companhia que o possui é arrendataria de todos os herveas por dez réis de mel coado, – isto é, por nada. O Estado não póde elevar o imposto de exportação, e o que é mais ainda, annualmente o arremata pela quantia de 250 contos, em que é orçada essa contribuição, a Companhia que explora o monopólio, a qual póde fazer toda quantidade de herva que queira e facultar a outrem que a faça mediante ajuste convencional em quantidade illimitada e exportal a sem nenhum outro onus. [...] Não aproveita ao Estado, nem á nação a protecção que agora se procura dispensar a herva de Matto Grosso, mas sim a meia duzia de

⁵⁷ Mais em: Franco, Gilmara Yoshihara. A o(ri)dem republicana em Mato Grosso: disputas de poder e rotinização das práticas políticas – 1889-1917. Tese em História. UNESP/ Franca, 2014. 229 f.

individuos que exploram o monopólio e locupletam-se com as riquezas do Estado.

A fragilidade do EMT frente à CML foi abordada por diversos autores, assim como o contrabando da Companhia, como discutido no Capítulo 1, onde a CML acabava por não sofrer uma punição estatal e esta prática ilícita perdurava. O mesmo jornal, no dia 8 de julho de 1902 fez duas matérias acerca da CML, onde a primeira criticava Manoel Murtinho⁵⁸ e apontava a estratégia política do mesmo sobre escolha do candidato a ser lançado para o próximo mandato:

E como o homem não é pécço, acrescenta o um informante que é pessoa íntima do Chico, tratou logo de despachar um emisario para Poconé e agora faz seguir outro agente em missão politico-commercial. Quer isto dizer que, tratam em primeiro lugar de ageitar a candidatura do amigo *in petto*, e em seguudo, de aproveitarem os últimos dias do *honesto* governo do Coronel Alves de Barros, para assenhorearem-se deffinitivamente dos heruaes de Matto-Grosso, por meio de compra, com o que pensam salvar a Companhia Matte Larangeira de qualquer eventualidade futura, Homem de negocio como são os senhores Murtinhos, tendo a previsão do futuro, não querem ser apanhados em falso, tanto mais quando esse negocio do monopólio da herua-matte, que tem sido para elles uma mina mais rica do que a da California, não é para desprezar-se.

E a segunda, intitulada “Mais armamentos” denunciava a aquisição de armas pela CML:

Pelo vapor «Pingo» que pertiu hontem deste porto com destino á Corumbá e escalas, fez embarcar a Companhia Matte Larangeira 12 volumes com armas e munições para Porto Murtinho. Parece que anda alguma coisa no ar. Ao que nos informam, todo esse material bellico destina-se ao corpo de guardas aduaneiros da fronteira e o facto vem confirmar as denuncias anteriormente feitas de que, áquella Companhia fôra consignada essa gente que está sendo paga pelos cofres públicos, mas ao serviço de uma empresa particular.

⁵⁸ [...] a interferência do Sr Manuel Murtinho na politica do estado de que é filho desnaturado, não tem, nem nunca teve fim patriótico, elle jamais se preocupou em tempo algum com o bem publico, a sua politica unica, exclusiva, é a das escandalosas negociatas e monopólios. [...]. Esta matéria foi intitulada “Moiros na costa”, referindo-se aos Murtinhos como aqueles que despojam as riquezas do mato Grosso (A Reacção: Órgão do Partido Republicano de Matto Grosso (Assunção/PY), de 30 de junho de 1902).

Os jornais contrários à CML afirmavam que o EMT e seus recursos eram utilizados para interesses privativos, ideia que corroboramos neste trabalho, pois diversos autores e matérias de jornais denunciaram essa articulação.

Acerca do BRMT, o jornal A Reacção do dia 20 de julho de 1902 informou que a liquidação do banco era uma estratégia para retornar as ações da CML à empresa de Larangeira – que de fato ocorreu posteriormente:

Pessoa bem informada trouxe ao nosso conhecimento que este importante estabelecimento industrial e bancario, que tem sua sede na Capital Federal, vae entrar em liquidação, tendo por isso suspendido desde já as suas tranzações com o comercio e com o governo de Matto Grosso. A noticia não nos surpreendeu absolutamente, pois, desde muito, os vagos rumores que vem correndo de bocca em bocca, de certas operações fraudulentas realizadas pela directoria da Companhia Matte Larangeira, em detrimento do Banco, que, como se sabe é o principal accionista dela, e o facto real que está no dominio publico, de estar a mesma Companhia procurando abocanhar a maior parte das acções do Banco, são indicios bastante vehementes para se poder affirmar, sem mêdo de errar, que a liquidação que óra se pretende pôr em practica, não é senão o producto de um trabalho que de longe vem sendo realizado.

Abaixo, trazemos um longo trecho do mesmo jornal da data de 30 de julho de 1902, com uma dura crítica à estratégica criação da CML:

Não nos surprehendeo a noticia de haver sido resolvida ultimamente no Rio de Janeiro, a liquidação amigavel deste Banco, por causa dos *grandes prejuizos* sofridos pelo mesmo. Com quanto pareça inverossímil, que um banco nas condições do Rio e Mato-Grosso, possuindo uma mina como a da Companhia Matte Larangeira pudesse chegar á tal extremo, o facto tem em si mesmo a mais natural explicação [...] essa questão se relaciona com o nosso Estado, ou para melhor dizer, com a politica dominante em Mato-Grosso [...] Na febre do ensilhamento, foi fundado esse Banco com o capital de vinte mil contos (nesse tempo tudo se cortava largo), que não chegou a realizar, por circunstancias da crise que, segundo as leis econômicas, succede aos períodos de superixitação do credito: ficando porém reduzido ao de seis mil contos. Tinha este Banco, além de outros fins, o de explorar a introdução de immigrants e colomnisa-los em nosso Estado. Para isso adquirira a concessão de dez nucleos agrícolas, de 50 mil hectares cada um, com os favores do Dec. N° 528 de 28 de Junho de 1890. Não podendo, porém, levar por deante o seu contracto, foi este rescindido, concedendo-lhe o governo, a titulo de indemnização pelos gastos de medição e demarcação do

primeiro núcleo em Porto Murtinho, cinquenta mil hectares de excelentes campos de criação com 30 kilometros, mais ou menos, margiando o rio Paragauay, onde tem o Banco hoje uma bem montada fazenda⁵⁹ de gado vaccum, com cerca de 30 mil cabeças. Só esta propriedade, vale mais de mil contos. [...] Foi sob a garantia desta nova concessão [renovação do 1º contrato de Larangeira] que elle [Thomaz Larangeira], talvez não muito confiado na estabilidade dos negocios, dirigio-se ao Banco propondo transferir-lhe o seu direito. Surgia porém, um embaraço. A lei vedava a transferência de concessões para exploração da herva matte. Era pois, preciso illudil-a, e dahi oririginou-se a organização da supposta Companhia Matte Larangeira, da qual o Banco tomou quasi todas as acções [14.540 acções], dividindo apenas um pequeno numero dellas [entre 10 e 110 acções], entre os seus próprios empregados, e alguns amigos do Dr. Joaquim Murtinho, então seu presidente. [...] Com estes acionistas, assim arranjados para prefazer o numero legal, organisou-se com o capital de 1.500 contos, e começou a desenvolver o seu negocio do monopolio da herva-matte, de tal forma que, em oito anos, isto é, de 1892 a 1899, conseguira o fabuloso lucro de 14 mil contos com uma despeza apenas de 5 mil, incorporando ao seu acervo a quantia de nove mil contos que devia estar em poder do Banco, que é o legitimo dono, mas que tem sido subrepticamente escripturada nos balanços da Companhia sob a rubrica de *contas de cambio, lucros suspensos, etc.* para não se dividir aos acionistas: Assim é que existindo esses lucros realizados e acumulados de anno para anno, nunca se aumentou o dividendo do Banco que, pelo contrario, foi até diminuindo para não se valorizarem as suas acções. Por esse tempo ia tambem a Companhia comprando essas acções de modo a constituir-se por sua vez grande accionista do banco, tendo o seu presidente Dr. Francisco Murtinho, que tambem o é da Companhia, formado de tal modo um circulo de interesses, unindo as duas empresas uma xipophagia mercantil e industrial admiravel! Entretanto, o Banco que, só nas acções da Companhia, possui quantia superior ao próprio capital realizado, vai se liquidar, porque perdeu, isto é, não teve lucros em uma desastrada tentativa de exploração da borracha em Matto-Grosso e está em difficuldades para continuar as suas operações! (grifos da redação).

O jornal denuncia como os Murtinhos e Larangeira utilizaram o banco para justificar a expansão da área de exploração da erva-mate e o acúmulo de capital no bojo na CML e não do BRMT que era o acionista majoritário. Acerca da liquidação do banco e da CML trataremos adiante com mais detalhes.

Entendemos que os Murtinhos e Larangeira se associaram em um momento que havia maior instabilidade política para o capital ervateiro dentro do

⁵⁹ Fazenda Três Barras, onde foi construído um porto para embarque da erva-mate.

EMT; e organizaram-se de modo que foi publicada a Lei nº 520 em 1890 autorizando a criação de uma companhia para a exploração da erva-mate e no ano seguinte fundam a CML, que conseguiu ampliar a área de exploração e os lucros.

Ainda o jornal *A Reacção* do dia 30 de julho de 1902, retoma o tema do contrabando de armas denunciado pelo coronel João Paes, que relata “[...] ter sido o proprio senador Metello, o conductor das armas remetidas por contrabando, pelo Dr. Manoel Murtinho, e por intermedio da Comp^a. Matte Larangeira, aos seus amigos de Matto Grosso”. Em 14 de outubro de 1902, a matéria que reportava a fala de Generoso Ponce ao Senado abordou novamente o contrabando e apontou mortes encomendadas:

[...] tenho ainda para ler ao Senado topicos de um pequeno artigo inserto no diario *El Municipio*, que se publica em Villa Concepción, no Paraguay, no qual se diz a respeito da guarda aduaneira o seguinte. (Lê): Voltaram as forças organizadas pelo Sr. coronel Bento Xavier da Silva sem nenhum fim político, e sómente para reprimir os abusos e crimes praticados pelos contractados guardas aduaneiros na fronteira brasileira. «O resultado obtido foi que dominava não só a devastação da fronteira, senão também da propria fronteira do Paraguay. Sem distincções politicas, congregaram-se os que tinham radicados os seus intereces, flagelados por essas hordas, e buscaram sómente garantir as suas propriedades e interesses. Convém que tenha termo um tal estado de cousas porque, enfim, ha necessidade de um choque decisivo na incertéza e que vive o povo da fronteira. *Documentos de grande importancia foram encontrados em poder dos commissionedos da desvatação do sul do Matto-Grosso, e nos quaes estavam decretadas as sentenças de morte de pessoas caracterizadas.*» Já não é, pois, sómente o Sr. Francisco Meirelles⁶⁰, em Assumpção, quem se refere essas sentenças de morte que estavam lavradas pelo Sr. Manoel Murtinho contra os coroneis Bento Xavier da Silva, Felipe de Brum, e o humilde orador. [...] Esses documentos não são outros sinão as cartas do Sr. Manoel Murtinho, a quem Francisco Mirelles se referiu em seu manifesto [...].

Essa fala de Ponce no Senado destaca a letalidade com que agiam os membros da CML para com aqueles que criassem entraves aos seus interesses.

O mesmo jornal, em 10 de novembro de 1902 denuncia:

⁶⁰ “[...] Francisco Meirelles accusou Cesar de Souza de ter praticado vários assassinatos na fronteira de Matto Grosso, e citou nomes, alguns de pessoas respeitaveis; accusou-o mais de commetter violências, encarcerando um major honorário do exercito e seus filhos. [...]” (JORNAL A REACÇÃO, 30 de novembro de 1902).

O Sr. GENEROSO PONCE (*continuando*) – Sr. Presidente, V. Ex. e o Senado adabam (acabam) de ver, já é um facto do dominio publico a dissolução da guarda aduaneira que o ex-ministro da Fazenda mandou estabelecer na fronteira do Estado, que tenho a honra de representar, não para repressão do contrabando, como S. Ex. fez crer, mas para proteger a Companhia Matte Larangeira, da qual é S. Ex. o principal accionista, na continuação da pratica do contrabando [...] (grifos do autor).

Dez dias depois (20.11.1902), o jornal tornou a publicar matéria sobre o contrabando da CML e como a guarda aduaneira serviu para atender os interesses da empresa. E no dia 30 de novembro do mesmo ano, abordou que os acionistas do BRMT aceitaram a divisão de dividendos que não os beneficiava. Segundo Generoso Ponce, essa tramitação fora “um processo muito engenhoso”:

Como, sendo o Banco Rio e Matto-Grosso, o possuidor, pode-se dizer, da Companhia Matte Laranjeira, que tem em seus cofres, contra o estabelecido, nos seus proprios estatutos, a quantia superior a 9.000 contos, quantia esta sonogada aos dividendos dos seus acionistas, como, pergunto se liquida este estabelecimento com prejuizo? É, Sr. Presidente, que processo é muito engenhoso. De tempos a esta parte, na escripturação da Companhia Matte Laranjeira se teem levado a conta de câmbios, que como se sabe é uma conta que se deve liquidar anualmente, successivamente, avultadas quantias, que são subtrahidas aos dividendos que competiam aos acionistas.

A publicação a seguir é extemporânea, mas a elencamos por trazer um teor mais acentuado de denúncia contra a CML. Em 1908, o jornal O Pharol publicou esta queixa contra a CML:

“Contra o monopolio da herva-mate”. – E’ (É) um protesto do sr. F. Lisboa contra o monopolio da Companhia Matte Larangeira sobre a herva, na fronteira d’este Estado com o Paraguai. E’ do autor as seguintes linhas com que inicia o seu protesto: – «De novo levanta-se a absurda pretensão da Empreza Mate Larangeira a prohibir ao proletariado a extracção da herva mate na fronteira do sul d’este Estado. Os seus empregados propalam aos quatro ventos, que para fazer effectiva essa medida, a Empreza lançará mão de todos os meios, até da força federal (sic), se preciso for» – Em seguida faz esta nota – «A força federal é destinada pela Const. Da Rep. a fins muito nobres, e

não se rebaixará, pois, a servir de instrumento a uma Empresa numa causa odiosa» [...]

O Relatório Presidencial Provincial⁶¹ referente à 15 de maio de 1894, faz o seguinte informe acerca da arrecadação de impostos da CML:

A principal fonte de renda, que no vigente orçamento é o imposto de exportação da herva-matte, estimado em 220:000\$000, tem sua cobrança plenamente garantida pelo contracto de arrematação d'aquelles direitos, que acaba de celebrar a companhia Matte-Larangeira com o tesouro do Estado, obrigando-se a pagar a somma computada no orçamento em quatro prestações trimensaes, sendo as 3 primeiras a quantia de 50:000\$000 cada uma, e a ultima de 70:000\$000. E' uma medida que consulta eficazmente os interesses da fazenda estadual, pois, além de assegurar a percepção da renda prevista na lei orçamentaria, ainda a alivia do onus de comissões a exactores incumbidos da respectiva arrecadação, visto como, tendo-se tornado esta desnecessaria em virtude do alludido contracto, tive de dispensar os empregados fiscaes das agencias de Ponta-Porã e Ipenhum, especialmente creadas para a cobrança do imposto sobre herva-matte, ficando apenas o agente da primeira das indicadas estações encarregado de expedir as guias de exportação solicitadas pela companhia arrematante, mediante a gratificação annual de 7:000\$000.

Mediante o contrato com a CML, o governo estadual fechou a agência fiscal incumbida de fiscalizar e receber os impostos da exportação da erva mate, evidenciando a boa relação entre Estado e Companhia. Abaixo, mostramos o quanto a exportação da erva mate aumentou após a criação da CML e da expansão das áreas exploráveis:

Quadro 1: Dados da exportação da erva-mate em MT entre 1889-1894

ANO	VALOR
1889	83.355\$000
1890	89.655\$000
1891	113.057\$000
1892	156.739\$000
1893	328.315\$000
1894	551.605\$000

Fonte: mensagem apresentada á Assemblêa Legislativa em 1º de fevereiro de 1896 pelo Exmo. Sr. Dr. Antonio Corrêa da Costa Presidente do Estado. Cuyabá: Typ. do Estado, 1896, p. 5. (CÔRREA, 1995, p. 88).

⁶¹ Disponíveis em <http://ddsnxt.crl.edu/brazil>. Acesso em 02 dez 2022.

Em 1 de Fevereiro de 1896, o Relatório Presidencial Provincial afirmou que:

Em virtude da Lei n.º 122 de 27 de Julho do anno passado, que creou o lugar fiscal dos heruaes junto á Companhia Matte-Larangeira, foi expedido o Dec. n.º 66, regulamentando a exploração de herua-matte e dando instrucções que, observadas, garantirão a conservação d'aquella nossa rica fonte de receita. Cumpre entretanto que as autoridades policiaes estejam armadas de meios mais prompts para reprimir o abuso com que, de certo tempo a esta parte, atentam os inimigos do bem publico contra as nossas riquezas naturaes, incendiando e deixando consumir-se e estancar pelo fogo essa fonte que tanto tem concorrido para avolumar a nossa receita.

As “riquezas naturaes” que no discurso aparecem como públicas, patrimônio do povo mato-grossense, na verdade estavam privatizadas, promovendo a acumulação de alguns sujeitos que configuravam as oligarquias de Mato Grosso.

A partir do que foi apresentado sobre a CML defendemos que seu projeto era a acumulação e exploração territorial com fins privativos, destoando do discurso desenvolvimentista que era defendido por alguns jornais e personalidades. Tampouco era comprometida com a criação de núcleos habitacionais, com a população local e migrante e com seus trabalhadores.

A Matte Larangeira, como qualquer empresa capitalista, em todo seu período de existência, objetivou o lucro e não melhorias significativas para o EMT. As benfeitorias realizadas no território eram para escoar a erva com mais facilidade ou porque foram exigências impostas por lei ou decreto. Queiroz (2021) destaca que o inicio do uso do Porto Murtinho foi adiado por um bom tempo, só sendo utilizado quando a República do Paraguai estabeleceu cobrança de impostos sobre a erva estrangeira.

A imagem de uma empresa lucrativa, patriota, desenvolvedora do estado difundida por meio dos jornais foi outro braço de atuação da Matte Larangeira para criar um imaginário social do quão benéfica e necessária ela era para o Mato Grosso.

As empresas e os capitalistas usam o território e o que houver nele para reproduzir o capital e obter lucro; o desenvolvimento social e a preservação da natureza são secundários ou inexistentes. Abaixo trazemos uma citação de Harvey (2005) que discute o monopólio na globalização atual, entretanto,

destacamos que algumas características se mantem idênticas ao nosso contexto de estudo, porquanto ambas estão sob a égide do capital:

[...] os capitalistas cultivam, de modo ativo, o poder monopolista. Por meio disso, eles realizam um controle de longo alcance sobre a produção e o marketing, para estabilizar o ambiente empresarial, permitindo o cálculo racional e o planejamento a longo prazo, a redução do risco e da incerteza e, de modo mais geral, a garantia de uma vida relativamente pacífica e tranqüila para si mesmos. Em consequência, a mão visível da empresa, como Chandler a denominam foi muito mais importante para a geografia histórica capitalista do que a mão invisível do mercado, muito alardeada por Adam Smith, e pavoneada *ad nauseam*, nos últimos anos, como poder diretriz da ideologia neoliberal da globalização contemporânea. No entanto, é aqui que a imagem refletida da primeira contradição aparece à vista com mais clareza: de modo decisivo, os processos de mercador dependem do monopólio individual dos capitalistas (de todos os tipos) sobre os meios de produção da mais-valia, incluindo as finanças e a terra (toda renda, lembremos, é um retorno proveniente do poder monopolista da propriedade privada de qualquer porção do planeta). O poder monopolista da propriedade privada é, portanto, tanto o ponto de partida como o ponto final de toda a atividade capitalista [...] (HARVEY, p. 2005, 224-5).

A concessão das terras equiparava-as a propriedade privada e nela Larangeira pôde realizar o capital em todos os momentos de sua empresa. O monopólio de Larangeira não teria sido o que foi sem o consentimento do EMT, porquanto este defendeu os interesses de classe: a oligarquia ervateira.

3.2 Oligarquias no SMT

Após a Proclamação da República, os Estados brasileiros passaram a ter controle sobre a política fundiária, o que motivava a luta por poder político e controle territorial entre as oligarquias.

Norberto Bobbio (1987, p. 141) faz referência à obra *A República*, de Platão, que define oligarquia como o “governo dos ricos”, mas destaca que esse significado é uma atribuição negativa dada pelos antigos filósofos, já que o significado etimológico de oligarquia é “governo de poucos” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 835).

Bobbio et al (1998) enfatizam que:

[...] Segundo a formulação aristotélica, a Oligarquia é um mau governo, não porque seja governo de poucos (a aristocracia também o é), mas porque governa mal (obedecendo aos interesses dos governantes e não do povo); segundo o uso que fez do mesmo termo um autor como Shils, a Oligarquia é um mau Governo porque é um Governo de poucos, isto é, um Governo sem base popular ativa, sustentado não por uma participação contínua e consciente, mas pela inércia da maioria ou pela momentânea mobilização das massas nos momentos cruciais [...] (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 837).

No Dicionário do pensamento marxista, de Bottomore (1988), há o resgate da concepção de oligarquia de Robert Michels (1911⁶²) que:

[...] Desiludido com a liderança do Partido Social-Democrata alemão, Michels colocou a questão de por que os partidos socialistas se desviam para o reformismo e respondeu-a dizendo que os líderes necessariamente se distanciam da massa dos membros e são assimilados pelas elites sociais existentes. Formulada com apoio nas ideias de Mosca e de Pareto, e até certo ponto nas de Max Weber, a “lei de ferro da oligarquia” de Michels define as condições sob as quais esse divórcio se produz e os líderes passam a constituir uma elite dominante no partido: em parte em decorrência do contraste entre a capacidade e a determinação dos dirigentes, alimentadas pela educação e pela experiência, em contraste com a “incompetência das massas”; em parte porque, como minoria, os dirigentes são melhor organizados e também porque controlam um aparelho burocrático (BOTTOMORE, 1988, p. 201).

Bottomore (1988, p. 201) ainda destaca que Benthan (1981⁶³) descreveu o livro de Michels como “a obra de alguém que passou do marxismo revolucionário para o campo da teoria das elites”.

A teoria das elites foi elaborada por Gaetano Mosca, na obra *Elementi di scienza política*, de 1896, que foi aprofundada por Vilfredo Pareto e Robert Michels, e pode ser definida como:

[...] a teoria segundo a qual, em toda a sociedade, existe, sempre e apenas, uma minoria que, por várias formas, é detentora do poder, em contraposição a uma maioria que dele está privada. Uma vez que, entre todas as formas de poder (entre aquelas

⁶² MICHELS, Robert. *Zur Soziologie des Parteienwesens in der modernen Demokratie*. Leipzig, 1911.

⁶³ BEETHAM, David. “Michels and his critics”. In *European Journal of Sociology*, 32, n.1, 1981.

que, socialmente ou estrategicamente, são mais importantes estão o poder econômico, o poder ideológico e o poder político), a teoria das Elites nasceu e se desenvolveu por uma especial relação com o estudo das Elites políticas, ela pode ser redefinida como a teoria segundo a qual, em cada sociedade, o poder político pertence sempre a um restrito círculo de pessoas: o poder de tomar e de impor decisões válidas para todos os membros do grupo, mesmo que tenha de recorrer à força, em última instância [...] (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 384)

Propomos a Teoria das Elites para explicar o contexto mato-grossense de nosso recorte temporal por haver uma estrutura oligárquica na tomada das decisões políticas em oposição à participação democrática e popular. Assim,

A Teoria das Elites foi fundada por Mosca, Pareto e Michels, considerados herdeiros do realismo de Maquiavel e chamados de maquiavélicos. [...] Esses autores consideravam a Democracia liberal utópica. Soberania Popular, Igualdade Política, Sufrágio Universal eram discursos abstratos, pois sempre haverá uma minoria governando uma maioria. Toda essa retórica serviria somente para a legitimação do domínio da minoria (ARRUDA, 2014, p. 27-8).

Michels (1982) propõe que existe uma lei de bronze da oligarquia, cujo significado é a ascensão de uma minoria organizada (a oligarquia) ao poder político que controla a maioria, onde uma oligarquia substituiria outra, de forma ininterrupta:

Mesmo que as multidões descontentes conseguissem despojar os burgueses do seu poder, trataria-se aí, segundo Mosca, apenas de uma aparência: sempre surge necessariamente no seio das massas, uma nova minoria organizada que se eleva à posição de uma classe dirigente. Eternamente menor, a maioria dos homens se veria, assim, obrigada e até predestinada pela triste fatalidade da história, a sofrer a dominação de uma pequena minoria oriunda de seus flancos e a servir de pedestal para a grandeza de uma oligarquia. O princípio segundo o qual uma classe dominante se substitui fatalmente por uma outra, e a lei que deduzimos dele, a saber que a oligarquia é como a forma preestabelecida da vida em comum dos grandes agregados sociais; esse princípio e essa lei, longe de enfraquecer a concepção materialista da história ou de substituí-la, a completam e a reforçam. (MICHELS, 1982, p. 234-5)

No Dicionário de Filosofia de Nicola Abbagnano (1998, p. 487), oligarquia é o “[...] governo baseado no patrimônio, no qual os ricos mandam [...]”. Em outro trecho do livro, ao conceituar Tirania (1998, p. 960), há o significado de oligarquia para Aristóteles:

Aristóteles diz que a Tirania acumula os males da democracia e os da oligarquia. Da oligarquia extrai a finalidade, que é a riqueza (única condição para se manter o poder e o luxo), bem como a falta de confiança no povo, que é privado de armas, e a agressão à população, que é afastada das cidades e espalhada pelo campo. Da democracia toma a luta contra os notáveis, sua destruição pública ou oculta, o seu exílio (*Pol*, V 1, 1311 a 8 ss.).

Não desenvolveremos uma discussão sobre democracia e oligarquias, boas e más formas de governos, pois pretendemos conceituar oligarquia e apresentar aquelas existentes no SMT em nosso recorte temporal.

Edgar Carone (1972) analisa as oligarquias brasileiras enredando-as ao coronelismo:

O problema da oligarquia está intrinsecamente ligado à existência do coronelismo. Um oligarca é igual a um coronel, mas, entre eles, a diferença é de escala política. O coronel é o chefe local, o oligarca transpõe o seu poder para o estado. Porém, o conceito de oligarquia acaba estendendo-se, de maneira pouco precisa, para tôdas as formas de domínio, tanto no plano estadual, como no municipal [...] (CARONE, 1972, p. 82).

Carone (1971) expõe que o coronelismo é uma forma amplificada do mandonismo do período colonial. Durante a colônia, havia os *homens bons*, que eram os homens ricos, proprietários de terras e que compunham as câmaras municipais. Estes se converteram nos oligarcas que gozavam das vantagens do coronelismo:

[...] a partir da Independência e, principalmente, do federalismo da Primeira República, acentuam-se os predomínios locais, uma vez que são os representantes das oligarquias latifundiárias que dominam o legislativo e executivo. A partir do Império, o mandonismo local é denominado indistintamente de coronelismo (maior parte do Brasil), caudilhismo (Rio Grande do Sul), chefismo (vale do São Francisco), etc. [...] (CARONE, 1971, p. 87).

Victor Nunes Leal (2012) traz outra definição sobre coronelismo, enredando os proprietários de terras ao poder político:

[...] concebemos o “coronelismo” como resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada. Não é, pois, mera sobrevivência do poder privado, cuja hipertrofia constituiu fenômeno típico de nossa história colonial. É antes uma forma peculiar do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado têm conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa. Por isso mesmo, o “coronelismo” é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras [...] (LEAL, 2012, p. 16).

Leal (2012) aponta a existência de favores entre o representante municipal ou chefe local e o representante estadual, pois quando eram amigos ou aliados, conseguiam realizar suas ações de forma fluida e quando inimigos, o município saía perdendo por ser dependente financeiro do Estado e da União.

Esses favores consistiam em apoio às decisões políticas tomadas, troca de funcionários estaduais quando estes se opunham às definições do chefe local e outros tipos de ações que garantissem o domínio dos chefes locais. Em contrapartida, os chefes locais asseguravam que os eleitores municipais elegeassem seu candidato. Assim, tais favores eram de interesses privados e eleitoreiros.

Segundo Leal (2012, p. 23), as alterações oligárquicas podem se acirrar desdobrando-se em facções que disputam entre si “[...] o privilégio de apoiar o governo e nele se amparar [...]”. Ao estabelecer uma relação amistosa com o Governo Estadual, estaria assegurada a autonomia para as decisões locais:

A essência, portanto, do compromisso “coronelista” – salvo situações especiais que não constituem regra – consiste no seguinte: da parte dos chefes locais, incondicional apoio aos candidatos do oficialismo nas eleições estaduais e federais; da parte da situação estadual, carta branca ao chefe local governista (de preferência o líder da facção local majoritária) em todos os assuntos relativos ao município, inclusive na nomeação de funcionários estaduais do lugar (LEAL, 2012, p. 23).

Essa lógica coronelista do chefe local com o representante estadual se aplicava também à relação entre o representante estadual e União, pois os Estados eram financeiramente dependentes da União – exceto Minas Gerais e São Paulo, que possuíam receitas suficientes e autonomia política.

As oligarquias possuíam poder de mando local e capacidade de interferência na esfera política estadual e federal, o que sustentava os privilégios e manobras políticas no SMT que favoreceram a Matte Larangeira.

A partir das definições feitas pelos autores, apontamos que a oligarquia se caracteriza por um grupo que ascendeu às esferas de poder político e utilizava o mesmo para obter privilégios na esfera econômica e territorial. Essa é a situação do SMT em fins do século XIX e início do XX.

De acordo com Fanaia⁶⁴ (2010, p. 288), em Mato Grosso existia uma política oligárquica, semelhante à vivenciada em outras regiões do país. Elas possuíam em comum os principais mecanismos de funcionamento, com os partidos fortemente caracterizados pelo personalismo, o emprego de recursos coercitivos nas disputas, a utilização do aparato administrativo com objetivos exclusivamente partidários, o imbricamento entre família e poder, a valoração de atributos alinhados com compromissos empenhados e honrados entre as partes, mesmo quando adversárias, e alheios aos conteúdos programáticos dos partidos. (SOUZA, 2018, p. 54)

As quatro famílias que tinham maior participação na política cuiabana: os Ponce e os Murtinhos (as duas oligarquias consolidadas) e as famílias Paes de Barros e Corrêa Costa, que formavam alianças e cisões com os primeiros. São famílias que migraram para o Mato Grosso entre os séculos XVII e XVIII, tornando-se tradicionais e de grande influência no campo político cuiabano.

Carone (1970, p.152) destaca que nos coronéis modernos:

[...] A sua formação é vária, mas a característica fundamental é a posse da terra, base da produção para o mercado exterior e a única forma que permite a grande exploração regular do trabalho e acumulação de riquezas. O predomínio absoluto da classe – que vem do Império e subsiste durante toda a primeira República – é contestado em várias oportunidades, mas, por meio de alianças ou pela força, ela consegue suplantar todos esses

⁶⁴ FANAIA, João Edson de Arruda. **Elites e práticas políticas em Mato Grosso na primeira república (1889-1930)**. Cuiabá: Ed UFMT, 2010.

momentos incertos, continuando a usufruir sozinha os privilégios do domínio sobre a terra. (CARONE, 1970, p.152).

Ainda em Carone (1970):

[...] Em Mato Grosso, Generoso Ponce, os Murtinhos, os Paes de Barros, etc., são um misto de latifundiários e burgueses. Generoso Ponce extrai borracha dos seus seringais nativos, e é atacadista e varejista em Corumbá; os Murtinhos estão ligados à exploração e industrialização da Mate Laranjeira; e os Paes de Barros são grandes usineiros. (CARONE, 1970, p.147).

Os representantes das famílias oligarcas do Mato Grosso se enquadram como coronéis modernos, pois compunham a elite política, econômica ou as duas simultaneamente. Neste sentido, defendemos que Thomaz Laranjeira foi um deles também: os coronéis eram homens ricos, com influência política (mesmo não ocupando cargos político-administrativos), ligados ao latifúndio e com poder de mando. Thomaz Laranjeira detinha tais atributos, além de possuir milícia própria, ter praticamente controle absoluto sobre as terras arrendadas e os trabalhadores, ainda conseguiu retardar o povoamento daquele território.

Por elites econômicas consideramos o reduzido grupo de pessoas que são detentoras de grande parte da riqueza nacional e que conduzem empreendimentos econômicos de forte expressividade dentro do país, como grandes latifundiários, grupos empresariais que dominam diversos setores do mercado nacional, construtoras e incorporadoras de grande porte, cujos contratos são milionários, empresas transnacionais e bancos. Por elites políticas compreendemos os ocupantes dos cargos que tratam da tomada de decisões políticas, sociais, econômicas e ambientais para o país, podendo ser de nível federal, estadual ou municipal. Afirmamos que há uma intersecção entre os integrantes destas duas elites e que estes compõem a burguesia brasileira, que por sua vez, imprimem um caráter de classe ao Estado – atualmente e outrora.

Antes de discutirmos a atuação das oligarquias supracitadas, faremos uma breve reflexão sobre o Estado em que as oligarquias se formavam: o Estado capitalista, que priorizava (e prioriza) os interesses dos capitalistas ou dos burgueses, aqueles sujeitos que detém o capital ou os bens de produção.

[...] É preciso destacar que o estado do qual falamos é o Estado burguês, privatizado e controlado pela classe que mantém pleno domínio da situação econômica. A política fundiária é um exemplo disto, isto é, as terras controladas pelo Estado passam a ser mercantilizadas e arrendadas em benefício de indivíduos ligados ao poder [...] (CENTENO, 2000, p. 203).

Compartilhamos da concepção de Mazzeo (1989) de que o Estado brasileiro é bonapartista-colonial, por ter uma burguesia contra-revolucionária, aliada e subserviente à burguesia internacional e marcadamente colonialista. Reflitamos mais sobre essa assertiva.

O bonapartismo é uma forma de governo cuja burguesia é anti-democrática, visando a manutenção de seus privilégios em lugar de encabeçar uma revolução social que dê direitos à classe trabalhadora. Para legitimar-se constrói a imagem de ser um governo imparcial frente às contradições de classe:

O Estado bonapartista mostra uma independência considerável de qualquer classe específica e da sociedade como um todo, mas não está suspenso no ar, e *sua autonomia e neutralidade são, na verdade, mais aparentes do que reais*. Pretende ser um poder imparcial, encarnação da sociedade e representação simultânea ou sucessiva de várias ou de todas as classes [...], o bonapartismo surge e funciona a partir de uma determinada ordem social, que – em última instância – não pretende modificar, *mas estabilizar e consolidar*. De fato, atua assim como essencialmente defensor das classes e frações hegemônicas e dominantes (KAPLAN, 1974, p. 31-2 apud MAZZEO, 1989, p. 127, grifos do autor).

Segundo Gorender (1998), a burguesia brasileira foi formada durante o período colonial e a acumulação primitiva se deu sobre o trabalho escravo. A renda produzida no Brasil não era enviada para Portugal em sua totalidade, parte dela permanecia aqui concentrando-se nas mãos dos donos das terras que plantavam e dos mercadores. Essa burguesia era mercantil e ainda não configurava o capitalismo em território brasileiro; este foi organizado principalmente pela pequena burguesia industrial entre os anos 1840-1880, com fábricas de cerveja, alimentos, calçados e outros.

A burguesia brasileira⁶⁵ que ascendeu e ocupou (e ainda ocupa) historicamente cargos político-administrativos⁶⁶ é anti-revolucionária – e por isso não deve ser chamada de burguesia nacional –, anti-democrática e anti-popular. O diferencial da burguesia brasileira é sua mentalidade escravagista, que mesmo após a Lei Áurea (que não libertou os escravizados de seu cativeiro de miséria e desigualdade), continuou (e continua) com práticas de exploração do trabalho que violam os direitos humanos; além disso, o fim da escravidão manteve intocado o latifúndio (GORENDER, 1998).

O escravismo que permitiu a acumulação primitiva dentro do Brasil-colônia foi o entrave para o desenvolvimento do modo capitalista a partir do século XIX e por este motivo foi abolido e substituído pelo trabalho livre assalariado associado às formas de trabalho não tipicamente capitalistas.

Gorender (1998) faz uma reflexão das origens da burguesia brasileira, contudo salienta que em determinados contextos, havia a constituição de oligarquias e não burguesias, como no caso dos latifundiários paulistas: “[...] considero errôneo chamar os fazendeiros paulistas daquela época (século XIX) de “burguesia cafeeira” (GORENDER, 1998, p. 33).

Corroboramos Gorender (1998) que tratou da cafeicultura paulista, pois, da mesma forma que o Estado de São Paulo impulsionou a produção cafeeira, o Estado de Mato Grosso estimulou a atividade ervateira; ambas as produções visavam o acúmulo de excedente por parte dos latifundiários e utilizavam da mescla do trabalho assalariado com formas não-assalariadas; São Paulo produzia com colonos e Mato Grosso com assalariados – que em realidade estavam em regime de servidão por dívida.

Apesar de haver assalariamento e extração de mais-valia nas relações trabalhistas engendradas pela Matte Larangeira, dentro de um gigantesco latifúndio agroexportador, a estrutura político-social aponta para a existência de

⁶⁵ A burguesia brasileira é a classe dominante por ser detentora do poder econômico-produtivo nacional e também é a classe dirigente (político-moral) por ocupar os postos políticos que conduzem a política nacional. Essa burguesia política e econômica utiliza o aparelho estatal e suas instituições para flexibilizar Leis (que promovem a perda ou redução de direitos trabalhistas), dilapidar da natureza natural e distribuir o ônus para a sociedade e para o aumento da concentração de terras e riquezas dos grupos já privilegiados. No antigo SMT, as oligarquias faziam a vez da burguesia local/estadual, ainda que não se configurassem estritamente como tal (GORENDER, 1998).

⁶⁶ Os integrantes da burguesia que ascenderam à cargos políticos e cujas administrações privilegiou seus interesses de classe não permitem que consideremos o Estado patrimonialista, como defendeu Faoro em Os donos do poder, obra publicada em 1958.

oligarquias, que em momento posterior se converterão em burguesias rurais e urbanas. Assim sendo, a Província de Mato Grosso e posteriormente o Estado de Mato Grosso conservaram seu caráter de Estado oligárquico de mentalidade escravagista até que a industrialização tomasse ímpeto, a partir dos anos 1920.

Entendemos que no SMT não existia uma burguesia agrária e sim oligarquias, onde Thomaz Larangeira era membro integrante.

Neste cenário de poder oligárquico, três pontos-chave permitiram a dominação territorial e acumulação da Matte Larangeira no SMT: i) a conivência político-estatal (emissão de concessões, empréstimos da empresa para o Estado, apoio de políticos da situação), ii) a extração da mais valia absoluta e iii) o acesso às terras ocupadas por povos originários que foram convertidas em devolutas. Esses três elementos constituem determinações histórico-genéticas da formação do SMT e apontam as particularidades históricas na inserção de Mato Grosso no sistema capitalista.

O Estado capitalista funciona como uma empresa capitalista e visa selecionar o que é funcional e lucrativo para o sistema capitalista. Há uma relação de dependência entre o sistema capitalista e o Estado, porquanto o primeiro inexistente sem o segundo e o segundo necessita do primeiro para manter sua legitimidade local (HARVEY, 2011)⁶⁷.

O EMT dos anos 1890-1900 – composto por integrantes pertencentes à oligarquia e sócios do capital financeiro e ervateiro – promovia, por meio de normativas sancionadas, a produção territorial-regional de acordo com os interesses oligárquicos e configurava um típico processo molecular de acumulação (HARVEY, 2004).

Um processo molecular de acumulação cria estruturas de operações no espaço de acordo com as especificidades do próprio lugar em que está se implantando e a partir destas produz regionalidades, cujas redes de atuação podem ser independentes do Estado (HARVEY, 2004). Em outras palavras, cria um espaço propício para a acumulação por espoliação, que é uma versão

⁶⁷ Nesta obra, Harvey ao tratar do neo-imperialismo (2004), faz uma reflexão sobre o capitalismo contemporâneo, que está num incessante processo de acumulação primitiva por meio da espoliação entre Estados. Ainda que sejam contextos diferentes, incorporamos essa reflexão porquanto no EMT oligárquico havia um processo molecular de acumulação por espoliação pela CML sobre a terra e os trabalhadores, legitimado pelas autorizações estatais, que conformavam o território e moldavam a região ervateira.

atualizada da acumulação primitiva de Marx. Foi o que ocorreu no SMT: a Matte Larangeira, com o respaldo jurídico-legal do EMT produziu uma região ervateira e sobre ela exercia forte controle, em que o Estado não tinha condições materiais de fiscalizar; e principalmente, onde ela explorava de forma intensa a terra e o trabalho com a extração crescente de mais valia absoluta. Assim tem-se no SMT:

[...] uma lógica territorial do poder — uma "regionalidade" —, informal, porosa, mas mesmo assim identificável, advém necessária e inevitavelmente dos processos moleculares de acumulação do capital no tempo e no espaço, e que a competição e a especialização inter-regionais nessas e entre essas economias regionais se tornam por conseguinte um aspecto fundamental do funcionamento do capitalismo [...] (HARVEY, 2004, p. 89).

Podemos afirmar que o SMT sob domínio da Matte Larangeira se configurava como uma região ervateira que atendia às demandas de acumulação de seus proprietários e o EMT impulsionava esse processo de acumulação, pois a:

[...] regionalidade se cristaliza segundo sua própria lógica a partir de processos moleculares de acumulação do capital que ocorrem no tempo e no espaço. No devido tempo, as regiões assim formadas vêm a desempenhar um papel crucial na maneira como se posiciona o corpo político do Estado como um todo, definido tão-somente de acordo com alguma lógica territorial. O Estado, no entanto, não é inocente, nem necessariamente passivo, em relação a esses processos. Uma vez que reconheça a importância de promover e capturar a dinâmica regional como fonte de seu próprio poder, ele pode procurar influenciar essa dinâmica por meio de suas políticas e ações [...] (HARVEY, 2004, p. 91).

Defendemos que o EMT foi ativo no processo de acumulação da Matte Larangeira por preconizar as condições necessárias para a acumulação da mesma. Suas ações, mesmo contestadas pela oposição política, foram legítimas na produção do território do SMT: o território que foi produzido, planejado e outorgado pelo EMT.

Tal legitimidade é construída com diversos elementos supra e infraestruturais que compõem o Estado⁶⁸, todavia, a i) representação do crescimento econômico – ainda que este atinja apenas grupos sociais restritos –, ii) a mídia que molda a opinião da população a favor das ações estatais e empresariais e iii) a força repressiva (policial, militar e/ou miliciana) são os mais destacados. Estes três elementos estavam presentes no antigo SMT e legitimavam as ações promovidas pelo EMT em prol da Companhia Matte Larangeira.

Enfatizamos que, num contexto capitalista genérico, os acionistas da CML e do BRMT fizeram parte da burguesia local, contudo, no final do século XIX, as ações destes configuraram-se como oligárquicas. Reiteramos que uma oligarquia é uma burguesia local com características específicas de seu contexto temporal e geográfico, ou seja, são a classe capitalista com formas de exploração da mais valia e da terra não tipicamente capitalistas.

O EMT criou e preservou as condições materiais e legais para a acumulação de capitais à um grupo oligárquico por décadas. Privilegiou Thomaz Larangeira ao conceder-lhe os ervais e, *pari passu*, dificultou o acesso às terras aos pequenos produtores e outros sujeitos do campo. Os donos das terras do SMT e do capital financeiro – a oligarquia local, que pode ser entendida num contexto mais amplo como uma fração da burguesia local – também eram os representantes do Estado. Por sua vez, eram responsáveis por elaborar e aprovarem políticas públicas e Leis. Assim, os políticos que eram associados ao capital financeiro e ervateiro no antigo SMT eram os *Policy makers* (FREY, 2000), isto é, os fazedores de políticas públicas, usando-as em prol de seus interesses de classe.

Concordamos com Offe (1982) que afirma que as “teorias da influência” e as “teorias dos fatores limitativos” são insuficientes para explicar o *modus operandi* do Estado. Para o autor, a classe dominante está radicada dentro do Estado e utiliza as instituições, altera Leis, cria projetos, libera e veta

⁶⁸ Segundo Marx, a infraestrutura é a base econômica e produtiva, isto é, são as forças produtivas e as relações de produção; e a superestrutura é composta por duas instâncias, uma jurídico-política (o direito e o Estado e suas instituições) e uma ideológica (as diferentes ideologias políticas, religiosas, jurídicas, a moral, a cultura, etc.). A superestrutura resulta das estratégias dos grupos dominantes para manter e perenizar seu domínio social. Para mais: MARX, Karl. **A ideologia alemã**. 9 ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

financiamentos, criminaliza ou prescreve atos de cidadãos e empresas segundo seus interesses e sua racionalidade. Dessa forma, é possível compreender as ações seletivas do Estado brasileiro que beneficiaram determinados atores econômicos e políticos em detrimento da sociedade e natureza.

Retomemos as oligarquias cuiabanas. As alianças e rupturas que ocorreram entre os Murtinhos e os Ponce (as duas notórias famílias oligárquicas de Mato Grosso), apontavam para o poder familístico que se manifestava dentro de uma estrutura política específica que permitia e perdurava o modelo oligárquico.

Generoso Ponce e Joaquim Murtinho, os patriarcas de suas famílias, podem ser tomados como coronéis dentro do SMT. Tais coronéis possuíam relações com o latifúndio, mas exerciam funções tipicamente urbanas: Ponce era político e comerciante e Murtinho médico, empresário e político.

Durante o Império, Generoso Ponce teve maior participação na política mato-grossense e em 1892, Ponce e Murtinho se aliaram para derrubar os militares e o então governador – também militar – Antônio Maria Coelho.

As oligarquias Ponce e Murtinho disputaram o poder político e se atritaram em decorrência de apoio a candidatos distintos e pedidos políticos negligenciados, contudo, perceberam que se estivessem unidos obteriam maiores vantagens em Mato Grosso. Assim, em 1906 estabeleceram aliança e ora um, ora outro oligarca cedia sobre a escolha de um candidato ou outra decisão política. Dessa forma, permaneceram no jogo político até 1911, quando ambos faleceram.

O predomínio dos Murtinhos no cenário político de Mato Grosso perdurou de 1891 a 1911, época que coincide com a criação do BRMT, da fundação da CML e período em que a Companhia mais ampliou seu território de exploração.

Arruda (2014) aponta que a Constituição não era sempre respeitada no âmbito político estadual e nacional, com intervenções e omissões do Governo Federal sobre os Estados, incluindo o Mato Grosso. As infrações às Leis se davam por interesses pessoais, rivalidades e vinganças políticas.

A participação e omissão dos militares nos embates políticos também era uma característica do Mato Grosso, que por ser área de fronteira, era permanentemente ocupada por forças militares:

Além da presença constante no governo estadual, os militares foram decisivos por diversas vezes, pois se envolviam nos conflitos apoiando um dos lados. Como por exemplo, em 1889, quando mantiveram-se “neutros” e o resultado das eleições foi cancelado, ao invés de cumprirem seu papel de manter a ordem, caso solicitados. Em 1906, os militares colocaram à disposição sua força para apoiar Ponce, mas não protegeram o governador, que acabou assassinado. Em 1892, quando os militares derrubaram o governador eleito, retirando a oligarquia Ponce-Murtinho momentaneamente do poder. Assim, os militares envolviam-se “fosse articulando, ou mesmo utilizando as forças baseadas na região em sintonia com uma determinada força oligárquica. Esta Instituição em vários momentos foi importante desestabilizador de governos legalmente constituídos [...]” (FANAIA⁶⁹, 2010, p. 89). Os militares também tinham envolvimento com as oligarquias, posicionando-se frente às questões políticas (ARRUDA, 2014, p. 131).

Com grupos oligárquicos ora rivalizando, ora se aliando, somados à intervenção e omissão do Governo Federal e dos militares, as disputas oligárquicas podem ser mapeadas da seguinte forma (Quadro 2):

Quadro 2: Predomínio Político em Mato Grosso

Anos de Predomínio do grupo	Grupo estabelecido	Ano da Mudança/ Disputa Oligárquica	Confronto entre	Vencedores	Retirados do domínio estadual
1889-1891	PRN (militares)	1892	Militares <i>versus</i> os Murtinho, Ponce, os Corrêa da Costa e os Paes de Barros	Os Murtinho, Ponce, os Corrêa da Costa, e os Paes de Barros	PRN (militares)
1891-1899	Os Murtinho, Ponce, Corrêa da Costa, e os Paes de Barros	1899	Os Murtinho e Paes de Barros <i>versus</i> Ponce e os Corrêa da Costa	Os Murtinho e os Paes de Barros	Ponce e os Corrêa da Costa
1899- 1906	Os Murtinho e os Paes de Barros	1906	Antônio Paes <i>versus</i> os Murtinho, Ponce, e os Corrêa da Costa	Murtinho, Ponce, e os Corrêa da Costa	Antônio Paes de Barros

Fonte: ARRUDA, 2014, p. 103-4.

⁶⁹ FANAIA, J. E. A. **Elites e práticas políticas em Mato Grosso na Primeira República (1889-1930)**. Cuiabá: Ed. UFMT, 2010.

As disputas oligárquicas se manifestavam dentro dos partidos políticos cuiabanos, que rivalizavam e por vezes, se dividiam, com alguns membros criando partidos novos ao saírem dos já consolidados⁷⁰.

Os partidos possuíam seus próprios jornais impressos que manifestavam seu programa e o posicionamento político acerca das diversas situações (FANAIA, 2010; ARRUDA, 2014; SOUZA, 2018). Assim, havia jornais que detratavam a Matte Larangeira e os Murtinhos, como aqueles que os defendiam, caso do periódico A Colligação (Figura 12).

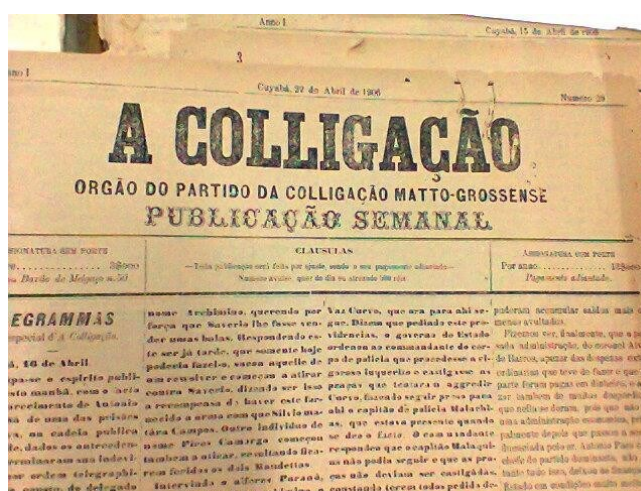


Figura 12: Jornal A Colligação.

Fonte: ARRUDA, 2014, p. 131 (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO).

A Colligação era o jornal do Partido da Coligação Mato-Grossense, fundado por Generoso Ponce em 1905, a partir do rearranjo entre as oligarquias Ponce e Murtinho, que passam a operar no cenário político mato-grossense alinhadas. A Coligação Mato-Grossense evoluiu do primeiro partido fundado por Ponce em 1890, Partido Republicano Conservador, tornou-se Coligação em 1905, e em 1909 reassumiu o nome original.

Os jornais eram essenciais para construção da opinião pública acerca das decisões políticas, o que incluía a exploração dos ervais pela Matte Larangeira. Os artigos a colocavam como vilã ou parceira do EMT, seja na

⁷⁰ Podemos citar Pedro Celestino rompeu com o Partido Republicano Conservador por divergir quanto à renovação do contrato da Matte Larangeira, originando o Partido Republicano Mato-Grossense (PRMG), em 1916. Generoso Ponce havia fundado, em 1890, o Partido Republicano, que em 1899 se dividiu em Partido Republicano Conservador, cujo líder era Ponce, e Partido Republicano Constitucional, de Antônio Paes.

ocupação do território, nas receitas geradas ou nos empréstimos concedidos ao Estado.

Analisemos brevemente a situação dos empréstimos realizados pela Matte Larangeira ao EMT que ocorreram fora de nosso recorte temporal. Os empréstimos foram feitos pela Matte Larangeira ao Estado de Mato Grosso a partir dos anos 1920, cujos solicitantes foram governadores ou interventores de Vargas, como mostra o Quadro 3, extraído da tese de Souza (2018):

Quadro 3: Empréstimos da Empresa Mate Laranjeira para o Estado de Mato Grosso

Ano	Valor	Solicitante / Situação
1926	3.000:000\$000	Mario Corrêa da Costa
1928	2.000:000\$000	Mario Corrêa da Costa
1930	1.000:000\$000	Annibal de Toledo
1930	40:000\$000	Antonino Menna Gonçalves, pretendia 300:000\$000
1931	2.000:000\$000	Em negociação
1931	280:000\$000	Antunes Maciel, para atender ao pagamento do funcionalismo em atraso.

Fonte: SOUZA, 2018, p. 163 (Jornal Correio da Manhã, nº 11363, 29 dez. 1931, p. 10).

Os empréstimos decorriam da necessidade de injetar verbas no Estado e nos cabe uma reflexão acerca do que Leal (2012, p. 22) destacou: “[...] É, pois, a fraqueza financeira dos municípios um fator que contribui, relevantemente, para manter o “coronelismo”, na sua expressão governista”. Os empréstimos foram feitos para o Estado do Mato Grosso por uma empresa privada e entendemos que essa situação é um desdobramento do coronelismo de Larangeira.

O EMT era dependente do Governo Federal e suas receitas eram expressivamente inferiores às da Matte Larangeira, o que fragilizava sua situação econômica e, em contrapartida, colocava a empresa em condição de fazer exigências na renovação de seus contratos e outros benefícios.

Assim, reforçamos que Ponce, Joaquim Murtinho e Larangeira não devem ser identificados como coronéis tradicionais, mas como uma versão moderna do coronelismo: vinculados ao latifúndio, mas com funções urbanas, participantes ou influentes na política regional, carismáticos e obedecidos (seja pela afeição político-pessoal ou pela violência).

O coronelismo de Joaquim Murtinho foi construído ao longo de sua trajetória, pois não era de uma família prestigiada. Ele conseguiu formar-se em

Medicina, o que lhe tornou uma figura conhecida por atender personalidades importantes da política.

Se tornou Ministro da Fazenda no Governo de Campos Salles (1898-1902) e deu continuidade nas negociações em andamento para obtenção de empréstimo da Inglaterra. Foi com o presidente até Londres para detalhar o programa de Funding Loan⁷¹, obtido em 1898, que reestruturou a dívida pública brasileira com severas restrições fiscais e cortes em gastos públicos.

Esse empréstimo era destinado para que o país pagasse os juros de empréstimos externos e internos anteriores. Tal ação permitiu a entrada de capitais estrangeiros no país e também foi benéfica para importadores e empresas estrangeiras, porquanto uma das exigências do empréstimo era a redução de moeda nacional em circulação.

Sua atuação federal o situou no Rio de Janeiro e a aliança com Ponce foi salutar para os interesses de ambos: Ponce, apesar de muito prestigiado em Mato Grosso, não conseguia dominar sozinho o Estado e Murinho precisava de alguém dentro do Mato Grosso que assegurasse seus interesses. Dessa feita, dominaram em conjunto, ora cedendo, ora pressionando para que alcançassem objetivos que lhes eram próprios e/ou comuns.

Joaquim Murinho alcançou tamanho prestígio em escala nacional e estadual que endossou ainda mais seu posto de coronel moderno, pois atuou como banqueiro junto ao BRMT e como empresário na CML e na Ferro Carril Carioca⁷².

Enfim, o território do sul de Mato Grosso foi formado a partir do coronelismo, da violência, das disputas oligárquicas e do predomínio dos interesses de Larangeira na determinação dos usos dados ao solo. Um imenso latifúndio, onde a terra e o trabalho foram explorados com o amparo institucional que o legitimava.

⁷¹ Foram três Funding loans junto aos credores da dívida brasileira: 1898, 1914 e 1931 – todos momentos de crise e instabilidade econômica. Em 1898, a crise decorria da Política de Encilhamento, anteriormente implantada pelo Ministro da Fazenda Ruy Barbosa. Mais em: ABREU, Marcelo de Paiva. Os funding loans brasileiros — 1898-1931. **Pesquisa e planejamento econômico**. v.32, n.3, dez 2002, p. 515-40. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4384/1/PPE_v32_n03_Funding.pdf.

⁷² A Companhia Ferro Carril Carioca introduziu bondes entre a cidade do Rio de Janeiro e os morros de Santa Teresa e Pala Mattos a partir de 1872, eletrificando-os em 1896. Os bondes ainda operam atualmente, porém, mais como atrativo turístico local.

3.3 Análise dos relatórios da CML publicados no Jornal do Commercio (RJ)

Este item visa apontar os principais elementos do relatório de contas da CML e analisar o discurso defendido; por último, avaliaremos a evolução financeira a partir dos dados apresentados. Foram produzidos 8 relatórios entre os anos de 1893 e 1900, identificados manualmente por Paulo Roberto Cimó Queiroz e apresentados em seus trabalhos acadêmicos.

Foi respeitada a gramática da época e os trechos dos relatórios estão em itálico, para melhor discernimento. Optamos por fragmentar o texto dos relatórios para aludir algumas explicações.

Relatório e contas que têm de ser apresentados a' primeira assembléa geral ordinária convocada para 27 de maio de 1893. Jornal do Commercio, 25/05/1893, p. 6.

Texto escrito por Francisco Murtinho em 04/05/1893:

Senhores accionistas. – Em desempenho do dever que me impõem os estatutos da Companhia, tenho hoje a satisfação de, em nome da directoria, trazer ao vosso conhecimento os factos mais importantes occorridos durante o primeiro período da nossa vida social.

Antes, porém, de fazê-lo, permitir-me-heis consignar aqui neste trabalho importantes esclarecimentos que interessão hoje a nossa Companhia.

Não é de longa data a historia da industria do matte no estado de Matto Grosso, ella começou alguns annos depois da fixação dos limites entre Brazil e o Paraguay, em que grande parte dos heruaes situados em territorio neutro veio ajuntar-se ao patrimônio nacional, constituindo vasta fonte de riqueza publica.

Fazemos um primeiro apontamento: “territorio neutro” que em realidade não é neutro, estava em disputa com o Paraguai, sendo incorporado ao Brasil após da Guerra (1864-1870). A dita “riqueza publica” foi fictícia, pois os ervais e o lucro que eles produziram foram privatizados com o arrendamento dos mesmos.

Foi em 1878 que o cidadão Thomaz Larangeira, rompendo com o espirito atrazado daquela época, caracterizado pelo desanimo e falta de iniciativa individual para os empreendimentos industriaes, entregou-se corajosamente á exploração desses heruaes, cheio de confiança no sucesso de tão temerária empreza.

Sem elementos para de uma só vez executar o plano que tinha em mente, foi pouco a pouco alargando a sua producção e procurando ao mesmo tempo firmar a qualidade de seu producto no mercado consumidor de Buenos-Ayres.

O que foi essa luta durante longos annos de trabalho, constância e critério, todos vós conheceis pelos resultados por ele alcançados.

Creou naquella zona, e elevou, exclusivamente com esforços proprios, uma industria nacional a verdadeiro grão de prosperidade, cercanda-a de elementos seguros e garantidores de inteira estabilidade.

Ahi está Srs. accionistas, o serviço por ele organizado para a produção e transporte do mate, considerado hoje como um dos mais perfeitos nesse genero de trabalho.

A idealização de Thomaz Larangeira como homem corajoso e trabalhador é capitalista e apaga as populações indígenas que viviam nos ervais, desqualificando seu modo de vida. O que garantiu a estabilidade da indústria ervateria foi o apoio estatal, por meio dos decretos e leis que asseguraram o acesso quase exclusivo de Larangeira à terra.

Igualmente encontrareis o producto por ele exportado já premiado com medalha de ouro em varias exposições e occupando o lugar mais saliente na praça de Buenos-Ayres, o maior e mais importante mercado do mate.

Não contentou-se, porém, Thomaz Larangeira com o brilhante resultado obtido com os elementos ao seu alcance, as suas vistas forão mais longe relativamente ao desenvolvimento que a industria poderia ter collocada em uma mais ampla esphera de acção.

O seu patriotismo indicava que deveria procurar o concurso de capitães para explorar toda a extensão dos hervaes, comprehendida zona privilegiada pelo Governo Federal.

Essa sua ideia, apresentada ao Banco Rio e Mato-Grosso, foi, depois de cuidadoso estudo, favoravelmente acolhida, e, como sabeis, Srs. accionistas, exclusivamente aos esforços desse estabelecimento de credito devemos a organização da nossa companhia com o capital de tres mil contos (Rs.3.000:000\$000), constituida por escriptura publica de 5 de Setembro de 1891, lavrada no cartorio do tabellião Castro, nesta cidade.

Aqui é defendida a versão de que Thomaz Larangeira procurou o BRMT para sugerir uma parceria, entretanto, sabe-se Larangeira e os Murtinhos possuíam relações amistosas; e que no transcorrer de um ano foram criadas a lei de autorização para criar uma companhia, o BRMT e a CML, fragilizando a imagem do homem empreendedor que fez uma proposta de sociedade à um banco. Abaixo, algumas datas importantes.

A directoria entrou em exercicio no dia 15 do mesmo mez e anno tendo antes sido preenchidas todas as formalidades legais, referentes á constituição da companhia.

De conformidade com a autorização expressa contida na escriptura da nossa constituição social, forão a 17 Setembro do mesmo anno adquiridos em

condições favoráveis todos os haveres da casa Thomaz Larangeira, destinados á elaboração e commercio da herva matte.

A 18 de Setembro, também de 1891, comunicámos ao Governo Federal que a companhia achava-se definitivamente organizada, de accordo com o decreto n. 436 C de 4 de Julho d 1891 e á vista disso pedimos a averbação em su nome do contrato celebrado em 26 de Junho de 1890 com Thomaz Larangeira para a exploração dos hervaes da fronteira de Matto Grosso, tendo o Sr. Ministro da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, por despacho de 24 do mesmo mez e anno, tomando sciencia de nossa comunicação e concedida a averbação pedida. As alterações, que por iniciativa da directoria e do conselho fiscal, votasteis em assembléa geral extraordinária de 19 de Agosto do anno passado para harmonisar certas disposições dos nossos primitivos estatutos e melhorar outras a bem dos interesses sociaes, forão em tempo submetidas á consideração do Governo Federal, que as approvou por decreto n. 1045 de 14 de Setembro de 1892.

Em seguida achareis a especificação de todo o movimento occorrido durante o periodo que vai desde o começo do funcionamento da companhia a 30 de Novembro de 1892.

ELABORAÇÃO

*A elaboração da companhia realiza-se sempre dos primeiros dias de janeiro aos últimos do mez de Agosto de cada anno, recolhendo-se em seguida o pessoal para o municipio de Concepcion, no Paraguay, onde permanece em descanso durante o resto do anno, que são os mezes da florescência da arvore de matte (*Ilex Paragayensis*).*

O trabalho é feito parte por pessoal da companhia e parte por «empreiteiros⁷³», mediante contratos préviamente realizados nos ultimos mezes que precedem a elaboração.

O matte preparado em campanha é ou ensacado ou «atacado» em surrões de couro denominados «terços», sendo em seguida transportado para a villa de Concepcion em chalanas (pequenas embarcações) e em carretas puxadas a bois.

O producto é nessa villa depositado em vastos armazens e pouco a pouco embarcado para Buenos-Aires onde, depois de beneficiado, é entregue ao consumo publico.

VENDA

Todo o matte produzido pela companhia é, com exceção de insignificante quantidade, exportado para Buenos-Aires á consignação da acreditada casa dos Srs. Francisco Mendes & C., nossos correspondentes nessa cidade.

Ahi devido aos esforços e dedicação dessa casa é todo elle vendido com facilidade e promptidão.

As nossas conhecidas marcas T. L. e Cruz de Malta continuam a ser preferidas nesse importante mercado consumidor e são as que por suas excellentes

⁷³ Os empreiteiros ou habilitados exploravam os ervais da Matte Larangeira mediante contrato firmado com ela.

qualidades conseguem, em concorrência com igual producto de outras procedências, preço mais elevado.

IMPOSTO DE EXPORTAÇÃO

Inesperadamente e quando acabavamos de firmar contratos para a grande produção do corrente anno, recebemos a desagradavel noticia que a assembléa legislativa de Matto Grosso, levada pelo intuito patriótico de equilibrar a receita com a despesa do estado durante o corrente exercicio, havia consignado na sua lei orçamentaria o imposto de 1\$ sobre cada arroba brasileira de matte exportado.

Semelhante imposto Srs. accionistas, equivale a 20% do valor do matte vendido em territorio brasileiro e representa um aumento de 100% do imposto que pagavamos de 500 réis por uma arroba de 15 kilos.

Na realidade é uma taxa elevadíssima para um producto que tem competidor estrangeiro, collocado em condições mais favoraveis de custo de produção.

Anteriormente, no item **venda**, há a afirmação de que “*Todo o matte produzido pela companhia é, com exceção de insignificante quantidade, exportado para Buenos-Aires*”, assim, comparar o imposto à 20% do que era consumido no país indica que este era um valor bastante baixo.

Desgraçadamente, se tal disposição não fôr alterada, como esperamos, seremos forçados a tolher o desenvolvimento que tinhamos em vista imprimir á produção da companhia, para evitar que ao decrescimento das nossas rendas, ocasionado pelo augmento do imposto, venha ajuntar-se o prejuizo de redução do preço do producto pela sua abundancia no mercado.

Nutrimos, porém, Srs. accionistas, fundadas esperanças de que não teremos occasião de chegar a esta medida de tão extremo alcance; o Poder Legislativo de Matto Grosso, melhor orientado sobre o assumpto, modificará certamente o sensacto, de modo a harmonisar os interesses do Estado com os da Companhia. O contrario seria acreditar que os representantes do povo tivessem o proposito de procurar um resultado negativo para Mato Grosso, compromettendo sériamente a prosperidade da nossa companhia.

Os dois primeiros parágrafos do trecho acima soam como uma chantagem. Já o último, defende que se a CML for mal em seus ganhos, consequentemente o EMT também irá, associando empresa e estado.

E' de suppôr que a questão, agora melhor estudada, tenha uma outra solução que necessariamente não pôde alcançar o anno passado por falta de tempo e elementos precisos para a formação de um juizo definitivo sobre a industria da herva matte.

A directoria particularmente já fez chegar ao conhecimento de um dos poderes públicos de Matto Grosso todos os esclarecimentos sobre o assumpto, e confia

que a Assembléa Legislativa na sua proxima reunião reconhecerá que o unico meio real de augmentar a receita do Estado proveniente da contribuição do mate, é fomentar quanto possível o alargamento de sua producção.

A reducção do actual imposto torna-se, a nosso ver, uma medida urgente e necessaria para o augmento da receita estadual, desde que ella vem eliminar o único obstaculo presente para o desenvolvimento de uma companhia, que figura na lei orçamentaria com uma contribuição igual a quasi metade das rendas de Mato Grosso.

Neste trecho, reforça-se a necessidade de baixar o imposto e ampliar as áreas de exploração para que a receita do estado cresça, entretanto, tais medidas aumentam o lucro dos acionistas, que é várias vezes superior à tributação.

O relatório aborda também a obrigatoriedade imposta pelo contrato de 26 de junho de 1890 de mudar o porto de exportação do Paraguai para território mato-grossense e abrir uma estrada que ligasse o porto aos ervais até 26 de junho de 1892. A CML solicitou prorrogação de 2 anos.

Apenas o primeiro relatório trouxe a história da formação da CML e os posteriores tratam basicamente dos mesmos itens destacados, entretanto selecionaremos os trechos que julgarmos necessários para evitar repetições e para compreender sua trajetória econômica e política.

Relatório apresentados a' assembléa geral dos accionistas na sua reunião ordinária de 1894 pelo presidente Dr. Francisco Murtinho. Jornal do Commercio, 30/05/1894, p. 4.

Texto escrito por Francisco Murtinho em 04/05/1894:

O relatório informou que houve um discreto aumento no lucro da companhia ainda que num contexto de crise na Argentina⁷⁴ e que o porto e a

⁷⁴ Nos anos 1890 a Argentina passou pela crise de Baring, banco inglês que quase entrou em falência e que resultou da desconfiança dos investidores ingleses nos papéis argentinos, além da dívida externa. A instabilidade econômica durou até meados da década e colocou a população em situação de alta vulnerabilidade. Felipe Amin Filomeno entende (2010) que a crise de Baring e a crise do Encilhamento brasileira não são resultado das políticas nacionais, mas desdobramentos da economia-mundo capitalista por meio do endividamento via empréstimos e especulação. FILOMENO, F. A. A crise Baring e a crise do Encilhamento nos quadros da economia-mundo capitalista. **Economia e Sociedade** (SciELO), n. 10, abr. 2010.

estrada não foram concluídos, com previsão de mudança para o porto brasileiro em junho de 1895⁷⁵:

Apezar dos nossos desejos voltarem-se para um porto do território mato-grossense, tivemos por motivos poderosos de preferir a cidade de Buenos-Aires ao porto Murtinho, actualmente em preparo para ser o nosso novo porto de exportação.

Para essa preferencia, além do motivo não pequeno de serem na Republica Argentina os direitos sobre a herva em folha muito menores do que os da herva em pó, concorreu tambem a circunstancia de alli achar-se a fabrica no centro dos consumidores e poder assim mais facilmente attende-los nas suas justas reclamações.

Quanto ao imposto sobre a exportação que havia aumentado em 1892, conseguiram redução e reforçaram que a redução do imposto é essencial para o aumento da recita do estado!

A reclamação que fizemos referente á elevada taxa de imposto de 1.000 sobre cada arroba de matte exportado foi devidamente attendido pelo Poder Legislativo de Matto Grosso que reduzio a 800 réis no orçamento do corrente exercicio.

Esta reduccção, embora pequena, já favorece o desenvolvimento que tínhamos em vista imprimir á producção da Companhia e esperamos que ella venha confirmar o que asseveramos no relatorio passado, isto é, que era uma medida urgente e necessária para o augmento da receita estadual.

Relatório que tem de ser apresentado a' 3ª assembléa geral ordinária convocada para 31 de maio de 1895. Jornal do Commercio, 29/05/1895, p. 3.

Texto escrito por Francisco Murtinho em 04/05/1895:

O trecho abaixo destaca que as terras devolutas passaram a estar sob controle do EMT, porquanto era interesse da Companhia arrendá-las e, para tal, buscaram **orientar** o governo; o arrendamento foi concedido.

Tinhamos, como sabeis, o capital necessario para novos empreendimentos, faltavão-nos apenas as indispensaveis garantias par o emprego desse capital,

⁷⁵ O relatório de 1895 informou que o porto Murtinho foi concluído e que em 15 de junho de 1894 havia comunicado o Ministério da Industria, Viação, Obras Publicas; a estrada que ligava o porto aos ervais foi concluída em dezembro de 1893. Apesar de pronto, o porto não entrou em operação e segundo o relatório de 1896, o motivo era a mesa de rendas (criada pelo Ministerio da Fazenda) ainda não ter sido instalada, o que dependia do Congresso destinar a verba para a instalação dentro da lei orçamentária estadual.

garantias essas que não encontrávamos no contrato que temos com o Governo da União.

Era chegada, pois, a ocasião de recorrermos aos Poderes Públicos em busca de novos favores e por uma circunstancia feliz acabava Matto-Grosso de entrar no gozo de todas as suas terras devolutas e de todas as suas riquezas naturaes, o que nos permitia mostrar áquelle Estado o nosso reconhecimento, oferecendo-lhe justa compensação pelos beneficios que por longo tempo temos colhido no seu rico territorio.

Com o fim de melhor orientar o Governo de Matto-Grosso sobre a pretensão que tínhamos em vista, seguiu em 10 de Maio do anno passado para Cuyabá, o director-presidente desta Companhia que aproveitou também a viagem para inspecionar os vários trabalhos que temos naquelle Estado e Republicas do Paraguay e Argentina.

A proposta apresentada pela Companhia á Assembléa Legislativa foi ligeiramente modificada e transformada em projecto de lei que foi sancionado pelo Poder Executivo em 13 de Julho do anno passado, sendo o respectivo contrato assignado em 2 de Agosto do mesmo anno.

Como vereis pela leitura do dito contrato publicado na Gazeta Official de Matto-Grosso de 7 de Agosto de 1891, nelle estão acautelados todos os interesses, quer do Estado, quer desta Companhia, os quaes felizmente se harmonisáo.

Chamo, porém, vossa attenção especialmente para as condições 2^a e 7^a do contrato que, á nosso vêr, constituem elementos seguros de vida e prosperidades, não só da Companhia, como tambem da industria do matte do Estado de Matto-Grosso.

Pela 1^a das aludidas condições é concedida á Companhia o tempo razoável para ajusta contribuição do capital destinado ao novo empreendimento e pela 2^a, ou antes pela condição 7^a do contrato, fica a Companhia com a garantia de sua estabilidade que facilmente poderia ser sacrificada em determinadas circunstancias, se não se fixasse um limite para o lançamento das imposições fiscaes.

Achamo-nos, pois, hoje de caminhar desassombradamente, ampliando os nossos negócios e, consequentemente, tambem as rendas de Matto-Grosso.

Depois de assignado o contrato de 2 de Agosto de que acabamos de falar, recebemos a communicação de haverem os nossos agentes, em campanha, descoberto novos hervaes na margem esquerda do rio Dourados e em seguimento á zona do nosso arrendamento.

Apezar dos ditos hervaes serem pouco extensos e não poderem por conseguinte offerecer senão pequena producção, resolvemos, entretanto, unicamente por causa de sua situação, providenciar no sentido de obter a Companhia o arrendamento dos terrenos em que elles se acháo situados, afim de evitar o estabelecimento de qualquer outra empresa congenere nas visinhanças do nosso trabalho, o que, como sabeis, poderia acarretar, além de desinteligências, a grave consequência da desorganisação do nosso serviço.

Acreditamos, por isso, que os Poderes Públicos de Matto-Grosso, apreciando devidamente tão justos motivos, não negarão certamente o deferimento á nossa pretensão.

A tentativa de inviabilizar o acesso à terra para outras empresas e pequenos produtores foi uma estratégia assertiva para a manutenção do monopólio de exploração da erva, que o EMT assentia.

O trecho a seguir aborda a constituição de outro ponto de gerência da Companhia em Assunção, Paraguai:

SUPERINTENDENCIA E GERENCIAS

Com o fim de promptificar elementos para o alargamento da nossa produção, havia a directoria resolvido, conforme vos foi communicado no relatorio passado, crear na cidade de Assumpção, Capital da Republica do Paraguay, uma nova gerencia destinada a promover o desenvolvimento da zona sul do rio Amambay, ficando a cargo da nossa antiga gerencia, na Villa Concepcion, todo o serviço referente á zona norte do mesmo rio.

Effectivamente, de accordo com essa nossa resolução foi a dita gerencia instalada no dia 15 de Setembro do anno passado, sob a direcção do Sr. Alvaro Neves, antigo empregado deste escriptorio.

Felizmente, na ocasião em que tivemos de preparar os meios de acção para a nova gerencia poder funcionar, já se achava assignado o nosso novo contrato com o Governo de Matto Grosso, o que nos permittia tratar definitivamente de adquirir elementos propios para os trabalhos daquella região. [...]

A produção que recebíamos do sul daquelle rio era proveniente do contrato que a Companhia tinha com o Sr. Ricardo Mendes, a quem em tempo procuramos auxiliar, tendo em vista principalmente formar elementos de serviço em hervaes, até então não aproveitados, mas que pela sua extensão e riqueza terão forçosamente de representar papel saliente na confecção da nossa produção. Devido a essa acertada providencia encontramos desde logo para a organização do nosso primeiro trabalho todos os elementos que constituíam a empresa R. Mendes, a qual foi adquirida por compra pela Companhia em Outubro proximo passado.

Para ampliar o nosso serviço nessa zona, então constituído somente por aquella empresa, foi tambem comprada a pertencente aos Srs. Fernandez Hermanos, da Villa S. Pedro, no Paraguay.

Ambas as empresas representam muito bons elementos de trabalho, que só podem ser reunidos á custa de longo tempo e muito sacrificio.

Com a aquisição dessas duas empresas conseguimos promptamente dotar a nossa gerencia Sul dos meios necessários para operar desde já em escala bastante regular, o que nos dá occasião para, com mais calma e prudência, tratarmos dos melhoramentos de que ainda necessita o seu serviço. [...]

Creamos, por isso, uma superintencia com sede na cidade de Assumpção e tendo por fim, não só representar a Companhia no Estado de Matto-Grosso e Republica Argentina e do Paraguay, como tambem, superintender todos os seus negócios espalhados nos mencionados pontos. [...]

A última produção de Larangeira antes de associar-se ao BRMT foi de 120 mil arrobas castelhanas⁷⁶, com aumento nos anos seguintes e para 1896 objetivava-se produzir 150 mil arrobas castelhanas na porção sul e 220 mil na zona norte:

[...] assim é que a nossa produção que no primeiro periodo social (1893) chegara a 180 mil arrobas castelhanas, em 1893 á 200 mil acaba o anno passado de attingir á importante cifra de 360.120 arrobas castelhanas, equivalente a 4.135.978 kilogramas, ou 40% sobre a produção do anno anterior. [...]

CONCLUSÃO

A par do desenvolvimento industrial, encontrareis igualmente em boa situação a nossa parte commercial. O resultado de todos os nossos esforços tem sido, como sabeis, a larga retribuição do capital da companhia, representada pelos dividendos distribuídos, pela elevada somma que constitue hoje os fundos de reserva e amortização, e finalmente, pelo augmento do nosso material de trabalho.

Mas, senhores accionistas, a situação dos negócios da Companhia, que acabaes de conhecer, toma muito maior importancia se considerardes as garantias de estabilidade provenientes do nosso novo contrato com o Estado de Matto Grosso, garantias estas que vem abrir á Companhia uma nova éra de prosperidade. [...]

O contrato referido foi assinado em 1894 e assegurou o monopólio até 1915, o que deu segurança à companhia, porquanto ainda se vivenciava o encilhamento no Brasil. Um longo contrato assegurando o acesso quase exclusivo à terra e a área de exploração gigantesca, de fato, garantiram a estabilidade do CML.

Relatório que tem de ser apresentado a' assembléa geral dos Srs. accionistas na sua reunião ordinária a realizar-se no dia 30 do corrente. Jornal do Commercio, 29/05/1896, p. 8-9.

Texto escrito por Francisco Murtinho em 04/05/1896:

[...] No relatório anterior vos foi communicado haver a Companhia solicitado dos Poderes Publicos de Matto-Grosso, o arrendamento de novos heruaes descobertos na margem esquerda do rio Dourados em seguimento á zona da sua concessão. Temos hoje a satisfação de annunciar-vos ter sido deferido o nosso pedido mediante a condição de concorrer a Companhia com a quantia

⁷⁶ Cada arroba castelhana equivale a 11,48 kg (QUEIROZ, 2012).

annual de 4:000\$ para manutenção de um fiscal por parte do Governo do Estado para a fiscalização de certas clausulas dos nossos contratos. O novo arrendamento, que tem a data de 1º de Agosto de 1895, ficou incorporado ao concedido á Companhia pela lei n. 76 de 13 de Julho de 1894, vigorando para o arrendamento resultante da fusão dos dous, todas as clausulas especificadas no contrato de 2 de Agosto de 1894. [...]

Cumpre-nos tambem levar ao vosso conhecimento dois factos de importancia que ocorrerão durante o anno passado e que muito poderião affectar os interesses da Companhia. Referimo-nos á supressão do livre transito que goza o nosso producto na Republica do Paraguay e á elevação do imposto que pagávamos na Republica Argentina.

O livre transito foi concedido á Companhia em virtude de um decreto executivo que visava attender a motivos de concessões mutuas trocadas entre paizes amigos. Levantou-se no Congresso Paraguayo a idéia da supressão desse livre transito tendo sido questão calorosamente debatida, quer no seio do parlamento, quer na imprensa daquelle paiz. Felizmente essa idéia não vingou e para a manutenção do nosso direito muito concorreu o Poder Executivo daquelle Republica com as explicações cabaes e connvinientes que prestou sobre o assumpto.

A questão referente ao augmento do imposto que o nosso producto pagava na Republica Argentina, teve tambem solução satisfatória. [...]

A questão foi levada á deliberação do Ministerio da Fazenda e posteriormente á do Congresso que resolveu mandar cobrar dous centavos ouro, por kilo de matte nas condições do nosso que é exportado. [...]

Mas, senhores accionistas, se prevalecesse a taxa de quatro centavos, ouro, por kilo de matte importado na Republica Argentina, se fosse suprimido o livre transito do nosso producto na Republica do Paraguay, muito embaraçados nos veríamos para a confecção de nosso resultado actual, se considerardes o forte imposto que pagamos ao Estado de Matto Grosso, comparado ao que paga igual producto de todas as procedencias. [...]

A CML obteve vantagens que proporcionaram o aumento de seus lucros nos três territórios nacionais em que atuava. O relatório informou que o porto Murtinho ainda não se achava em operação, que a produção/lucros aumentavam a cada ano e que a Companhia gozava de estabilidade. Aludiu também à necessidade de investir em propaganda do mate para aumentar as vendas no território brasileiro (que eram poucas).

A imagem abaixo (Figura 13) é do contrato de 02/08/1894 e na cláusula 7ª há menção ao imposto de 800 réis e que o Governo não poderia sobrecarregar a produção com outras taxas.

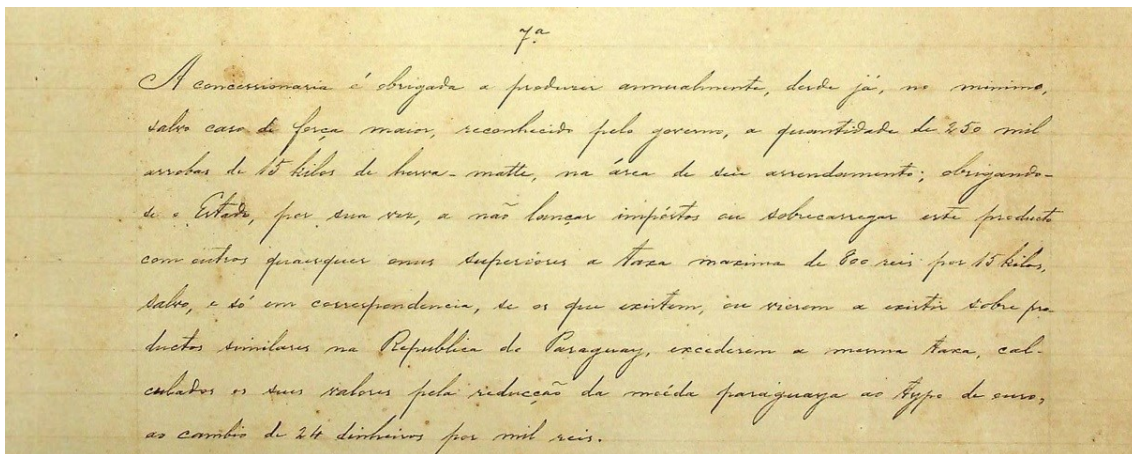


Figura 13: Fragmento do contrato de 1894 entre CML e o EMT.
Fonte: Arquivo Público de Mato Grosso, 2023.

Relatório que tem de ser apresentado aos Srs. accionistas na sessão da assembléa geral ordinária a realizar-se no dia 31 do corrente mez. Jornal do Commercio, 30/05/1897, p. 7.

Texto escrito por Francisco Murtinho em 04/05/1897:

Quanto a propaganda, informaram que não se descuidaram dela durante o ano de 1896. Abaixo, trecho do relatório que aborda a expansão das terras da CML e o dilema com o filho da Madame Lynch e de Solano Lopez, Henrique Solano Lopes:

Sabeis que entre os bens que a Companhia adquirio da antiga Empreza Larangeira acha-se a fazenda de gado vaccum e cavalari, denominada Santa Virginia, dita no municipio de Nioac, muito proxima da zona dos hervaes.

Essa propriedade occupada pelo nosso antecessor antes de 15 de Novembro de 1889, teve de ser registrada e legitimada pela Companhia em virtude da nova lei de terras do Estado de Minas Geraes.

Do cumprimento desse preceito legal resultou ficar a Companhia, a titulo gratuito, possuidora de 11 posses de 3.600 hectares cada uma ou um total de 39.500 hectares, área esta que constitue a nosso vêr uma extensão bastante regular para uma boa fazenda de criação. Entretanto, para valorizar mais a nossa propriedade deliberámos comprar do Estado de Matto Grosso o excesso de terreno que faltava para fechar por limites naturaes a superficie da referida propriedade.

Adquirimos mais 66.838 hectares que reunidos aos 39.600 que possuímos produzem uma área total de 106.438 hectares limitada pelos rios Dourados, S. João e das Mattas, arroio das Onças e Santa Virginia e uma pequena recta que liga as cabeceiras do rio das Mattas e do arroio das Onças.

A fazenda assim constituida representa uma propriedade de grande valor, onde a Companhia em futuro proximo encontrará todo o supprimento de animaes que necessitar para seus trabalhos.

No dia 30 de Julho do anno proximo passado foi a Companhia citada pelo Juizo Federal deste districto para conjuntamente com a Fazenda Nacional responder a uma acção de reivindicacção proposta por Henrique Solano Lopes dos terrenos situados entre os rios Iguatemy e Branco, abrangendo quasi a totalidade dos nossos heruaes.

Não possuindo a Companhia em seu nome o terreno que se pretendia reivindicar porque é simples arrendataria, nomeou, por intermedio do seu advogado, a autoria que neste caso é o estado de Matto Grosso, contra quem deve ser dirigida a acção, deferindo integro juiz em 2 de Novembro do mesmo anno passado o requerimento por nós apresentado no sentido de ser citado o referido Estado.

Até hoje não nos consta que semelhante citação tenha tido lugar, o que faz suppor, pelo menos por enquanto, o abandono da mencionada causa. [...]

Como mencionado anteriormente, o EMT não deu causa ganha à Henrique Solano Lopes. A Argentina havia reduzido o imposto cobrado sobre a erva:

[...] De novo ficamos a pagar o antigo imposto que se cobrava antes da questão levantada pelo empregado fiscal daquela Republica e da qual já tendes sciencia pelo relatório anterior.

Essa favorável medida devemos em parte ao interesse que os correspondentes da Companhia em Buenos-Aires costumão ter pelos nossos negócios, auxiliando-os sempre convenientemente. [...]

PRODUÇÃO E ELABORAÇÃO

Foi de 5.143.281 kilogramas o total da producção verificado o anno findos nas duas zonas que abrangem os serviços das gerencias Norte e Sul. [...]

A produção aumentou em 818.018 quilos em 1896 quando comparada à produção de 1895. Na zona norte trabalharam, em 1896, 1415 funcionários e na zona sul, 1255.

Segundo o relatório, o porto Murtinho ainda não havia entrado em operação no ano de 1896 pela ausência da mesa alfandegada.

Relatório que tem de ser apresentado aos Srs. accionistas na sessão da assembléa geral ordinária a realizar-se no dia 31 do corrente. Jornal do Commercio, 30/05/1898, p. 5.

Texto escrito por Francisco Murtinho em 04/05/1898:

O pleito judicial de Henrique Solano Lopez por uma área de ervais sob domínio da CML não obteve êxito:

[...] O Supremo Tribunal Federal, por unanimidade de votou opinou pelas razões apresentadas por Matto Grosso, mandando que a acção corresse perante o Juiz de Secção daquelle Estado.

Até o presente não nos consta que semelhante demanda tivesse alli tido começo. Repette-se anualmente, ha tres annos, durante as sessões do Congresso Paraguayo, a campanha que contra a Companhia movem alguns interessados no sentido de ser supprimido o livre transito que goza o seu producto naquella Republica.

Felizmente até hoje semelhante campanha não tem conseguido os seus intentos, graças á esclarecida comprehensão dos Poderes Publicos do Paraguay. [...]

A produção no ano de 1897 foi de 4.143.397 quilos de erva, sendo a zona norte responsável por 1.916.536 quilos e a sul por 2.226.861 quilos e novamente há uma preocupação em construir mercados consumidores no interior do Brasil e ampliá-los na Argentina e Paraguai. Destacaram que os novos mercados não são somente porque já havia muita oferta de sua erva nos mercados já consolidados, mas também porque queriam explorar os ervais ao máximo, já que era possível aumentar a produção.

Acerca do porto Murtinho que ainda não estava em operação:

PRODUÇÃO E ELABORAÇÃO

[...] Para satisfazer a necessidade que ha de transferir o porto de exportação desta zona para o porto Murtinho, temos reunidos os elementos indispensaveis á sua realização.

Entre estes achão-se as terras da fazenda do Serro Margarida, ultimamente comprada, que mede cerca de 31 leguas quadradas de área, geralmente composta de extensos campos apropriados a invernadas e criação. [...]

FABRICAS

Maior que o anno de q896 foi o resultado apresentado pela fabrica em Buenos-Aires, tendo o seu lucro liquido attingido a elevada somma de 142.225.04 pesos, papel argentino.

Para esse augmento muito concorreu a quantidade de matte alli preparado que alcançou a cifra de 4.072.449 kilogramas, ou mais 521.347 kilos que na elaboração anterior.

Com a expansão successiva que tem tido aquelle estabelecimento, tornou-se necessario dar-lhe maior espaço do que tinha o seu edificio que já se mostrava acanhado para todo o movimento.

Aproveitando o terreno não edificado contíguo ao predio em que funciona a fabrica, mandámos levantar nelle dous galpões ligados por uma claraboia central formando em conjuncto um só grande armazem.

Deste modo fica a fabrica com todas as commodidades exigidas pelo seu actual desenvolvimento.

Já vos communicámos no relatorio passado que o diretor Sr. Eduardo Gismondi havia inventado um novo systema de acondicionamento para nossa herva Cruz de Malta e que os aparelhos destinados a esse fim estavam sendo preparados com a necessaria urgencia.

Depois de muita luta e muitas amotinações, como frequentemente acontece na montagem de aparelhos novos inaugurou-se alli no dia 16 de Janeiro do corrente anno, perante numerosa concurrencia, os machinismos para a confecção do projectado acondicionamento.

Comparecerão a essa festa industrial o Sr. Ministro do Brazil, Secretario da Legação e vários outros representantes da imprensa, commercio e industria daquela Republica.

A imprensa de Buenos-Aires referio-se em termos calorosos a essa festa de trabalho e especialmente o antigo e brilhante órgão platense a Nación [...]

Não comportando neste trabalho a descripção completa d todos os mecanismos alli montados, diremos entretanto que o novo acondicionamento consiste em saccos aniagem⁷⁷ de forma cilíndrica com 70 centímetros de altura, fechado nas suas extremidades por dous tampos circulares de madeira que a elle se ajuntão por meio de arame.

Todo o matte introduzido no alludido sacco é comprimido por meio de prensas hidráulicas e o serviço é tão perfeito que concluída esta operação todo o seu conteúdo apparenta a consistência do ferro. [...]

Nesta festa também não foi servido tereré e mate aos ilustres convidados. O prédio da fábrica de Buenos Aires é hoje uma agência bancária (Figura 14):

⁷⁷ Tecido grosseiro como a juta, linho cru ou outra fibra vegetal.



Figura 14: Antiga fábrica da CML em Buenos Aires/Argentina.

Fonte: <https://www.modernabuenosaires.org/obras/2000s/ex---fabrica-de-yerba-cruz-malta> (Material cedido por estudio Atelier B Arqs.). Acesso em 13 jul. 2023

Havia um grande estoque de mate em Buenos Aires, o que impedia a elevação de seu preço e convinha não aumentar a produção em quilos – por isso a ênfase na propaganda.

A mesa alfandegada para o porto Murtinho foi criada em 24 de março de 1897, por meio do decreto n. 2.853, e a CML pretendia passar a utilizá-lo com “cautela”, isto é, tardar em iniciar o uso, como de fato o fez:

Tão logo se installe a referida Mesa de Rendas começaremos a nossa mudança, a qual, repito, será realiza cautelosamente de modo a não prejudicar a organização do nosso serviço.

Relatório que terá de ser apresentado á assembléa geral ordinária, convocada para 31 do corrente mez. Jornal do Commercio, 30/05/1899, p. 6.

Texto escrito por Francisco Murtinho em 04/05/1899:

Informaram que a propaganda se estendeu ao Uruguai e que objetivavam construir uma pequena fábrica de beneficiamento, pois o imposto uruguaio sobre a importação da erva beneficiada era mais caro do que sobre a erva bruta.

Como mencionado anteriormente, o governo paraguaio passou a taxar a erva brasileira em seu território, o que fez com que a cautela para usar o porto Murtinho desaparecesse e prontamente iniciarem-se as operações nele; para o porto Murtinho transferiu-se a gerencia norte, que ficava em Concepción:

[...] Apesar dos nossos esforços e da brilhante defesa que o ilustre Sr. Dr. Itabaré da Cunha, Ministro Brasileiro, produziu em favor dos interesses do Brazil, os Poderes Publicos do Paraguay decretarão a referida supressão, ficando o nosso mate pagando o mesmo imposto taxado para o produto daquelle paiz.

Como sabeis, já pagámos elevada contribuição no Estado de Mato Grosso e não poderíamos ficar indiferente diante deste novo tributo que vem agravar as condições desfavoráveis que o nosso mate já supporta relativamente ao seu concorrente do Paraguay.

Por isso tratamos imediatamente de transferir para o porto brasileiro grande parte da exportação que faríamos por aquella Republica, ordenando para esse fim a mudança da gerencia norte para o porto Murtinho. [...]

PRODUÇÃO E ELABORAÇÃO

A produção das duas gerencias attingio o anno passado a importante somma de 4.708.155 kilogrammas ou mais 564.758 kilos que a do anno anterior.

Para este resultado ainda foi a zona sul que forneceu a maior parte da produção (e.430.014 kilos), attestando positivamente o estado de consolidação dos seus serviços. [...]

O relatório informou que a propaganda, até então, não havia conseguido aumentar as vendas no mate em território brasileiro e por haver muito mate produzido na Argentina, o preço não aumentava.

O relatório de 1900 não foi localizado na Biblioteca Nacional, pois há um lapso nas edições (maio a outubro estão suprimidos, pois as edições saltam do número 119 para 304). E por ora, não obtivemos uma cópia da edição de 30 de maio de 1900.

Nos relatórios foi possível identificar: a expansão da área sob controle da CML; em todos eles havia uma conclusão otimista a respeito da estabilidade da companhia e do crescimento dos lucros; não houve nenhuma menção às condições de trabalho dos sujeitos dos ervais, estes foram abordados enquanto número de empregados; e a constante reclamação sobre os impostos.

Os dados abaixo (Quadro 4) foram extraídos dos relatórios e mostram que os ativos da CML cresceram anualmente:

Quadro 4: Ativos da CML 1893-1899

ANO	ATIVOS
1893	3.600:527\$075
1894	4.823:260\$110
1895	6.545:186\$718
1896	8.954:075\$588
1897	11.340:733\$584
1898	14.765:696\$49
1899	17.063.852\$936

Fonte: Relatórios de contas da CML 1893-1899 – publicados no Jornal do Commercio (RJ).

Apesar da CML estar em contínuo crescimento econômico, ela foi desfeita por existirem problemáticas envolvendo o BRMT e pelo EMT estar vivenciando já há alguns anos disputas oligárquicas que deixavam a economia instável:

[...] os dados do último relatório da diretoria [do BRMT] – somados, ademais, ao já referido histórico de baixa rentabilidade do banco – eram efetivamente desanimadores: 1) depois de anos de espera pela mesa de rendas de Porto Murтинho, descobre-se que ela não atrairia tão “naturalmente” as correntes de comércio, e seu êxito ficava na dependência de uma “fiscalização” que não poderia ser senão inócua, como podia concluir qualquer pessoa que tivesse uma mínima noção da enorme porosidade das fronteiras secas do extremo sul do estado; 2) depois de anos de espera pelos lucros da borracha, fatores “extraordinários” desmanchavam, de um golpe, toda a estrutura montada; 3) a própria CML, embora em boa situação, lucrava menos, devido sobretudo à alta cambial, enquanto no Rio a situação da praça, que nunca fora boa, ficava pior. (QUEIROZ, 2010, p. 18).

Foram estes os motivos que fizeram a Companhia desfazer-se antes que pudesse ter uma baixa nos lucros e seu patrimônio foi reincorporado à Thomaz Larangeira e empresa ligadas a ele. Se foi Larangeira que procurou os Murтинhos ou o contrário, podemos afirmar apenas que a CML deu muito lucro aos seus acionistas.

3.4 O passado no presente: a formação do território sul mato-grossense

Em cada lugar, pois, o tempo atual se defronta com o tempo passado, cristalizado em formas.
(SANTOS, 2006b, p. 92)

Este item visa demonstrar os impactos da produção ervateira no atual território de Mato Grosso do Sul a partir de trabalhos de campo que geraram um acervo fotográfico das manifestações territoriais da influência (ou persistência) da CML. Estas se dão sob a forma de esculturas urbanas e obras de arte que remetem à territorialização do capital ervateiro, portanto uma reflexão histórico-geográfica contribuirá com a discussão acerca deste contexto.

Nas cidades existem objetos arquitetônicos que exaltam personalidades ou são símbolos do município, fazendo parte do tombamento histórico cultural. Estes materializam as insígnias históricas no território, ou seja, são cristalizações de um passado que ainda se faz presente pela memória coletiva. As leis, a música, os costumes, as obras de arte são outras cristalizações, pois foram constituídas em momento anterior, mas vigoram na atualidade a partir das relações sociais (SANTOS, 2006a).

A CML está inscrita na história das cidades nomeando praças, ruas, escolas, esculturas e até município (Porto Murtinho)! O cotidiano dos munícipes é marcado por estes símbolos materiais e imateriais que alimentam a memória coletiva (Figuras 15 e 16):



Figura 15: Escola Estadual Mendes Gonçalves em Ponta Porã.
Fonte: LEAL, G. Q., 2022.



Figura 16: Na entrada da cidade de Ponta Porã.
Fonte: LEAL, G. Q., 2022.

Em Dourados, na Praça Paraguaiá há duas cuias simbolizando o costume da ingestão do tereré (Figura 17). No site da prefeitura de Porto

Murtinho há a seguinte menção: “ o TRENZINHO, também denominada antiga Locomotiva, foi utilizado para transporte da erva-mate, do quilometro 18 até o depósito na barranca do Rio Paraguai, onde se encontra o prédio do Cine Teatro Murtinhense. Hoje, é a representação simbólica do Ciclo da Erva-Mate e encontra-se na praça central Thomaz Laranjeira” (Figura 18):



Figura 17: Praça Paraguaia, em Dourados.
Fonte: LEAL, G. Q., 2022.



Figura 18: Trenzinho, na praça central de Porto Murtinho.
Fonte: Prefeitura Municipal de Porto Murtinho, 2023⁷⁸.

Na praça central de Dourados há uma estátua de metal representando um colono com seu machado e a seguinte placa (Figuras 19 e 20):



Figura 19: Estátua do colono na praça central de Dourados.
Fonte: LEAL, G. Q., 2022.

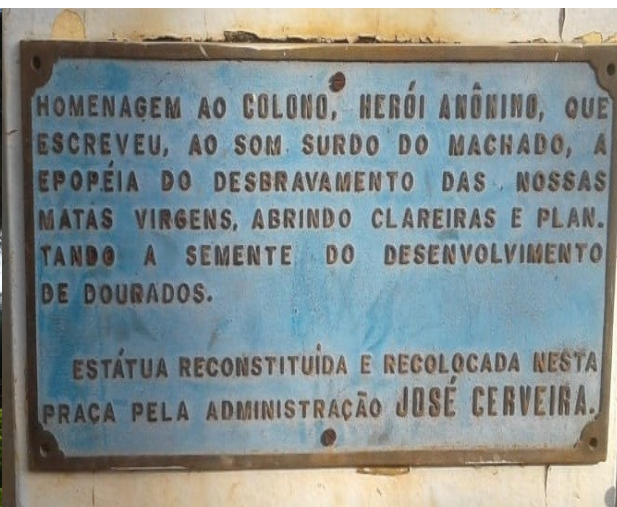


Figura 20: Escrito da placa em homenagem ao colono.
Fonte: LEAL, G. Q., 2022.

⁷⁸ Disponível em: <http://www.portomurtinho.ms.gov.br/turismo/2/atrativos-historicos-e-culturais>. Acesso em 18 de dezembro de 2022.

Os colonos fizeram o enfrentamento à Matte Larangeira e sua figura é exaltada, apesar de haver uma considerável população indígena no município (anterior à formação do mesmo), que sofreu diversas formas de violência materiais e simbólicas – ainda atuais – e que não recebem a mesma visibilidade.

Em Bela Vista, cuja vizinha é Bella Vista Norte-PY, foi palco da Guerra do Paraguai e tem um tanque de guerra apontado para o lado paraguaio em uma de suas avenidas (Figura 21), assim como uma cuia de tereré com as bandeiras dos dois países (Figura 22):



Figura 21: Cuia de tereré.
Fonte: LEAL, G. Q., 2022.

Figura 22: Tanque de guerra em uma das avenidas.
Fonte: LEAL, G. Q., 2022.

Em Ponta Porã há o Museu da Erva Mate, pertencente à empresa Mate Santo Antônio⁷⁹ (que nada tem de relação com a CML), que guarda um acervo de materiais e memória do mundo ervateiro, com fotos, quadros de artistas locais, jornais, painéis, réplicas de vários instrumentos, livros, móveis, dentre outros objetos (Figuras 23 a 32).

⁷⁹ História da fundação da empresa em: <https://www.ervamatesantoantonio.com.br/nossa-historia/>.



Figura 23: Imagens, quadros, jornais cobrem as paredes do Museu da Erva Mate.
Fonte: LEAL, G. Q., 2022.



Figura 24: Réplica de barbaquá.
Fonte: LEAL, G. Q., 2022.



Figura 25: Réplica de tambora para sapeco.
Fonte: LEAL, G. Q., 2022.



Figura 26: Réplica da moagem por tração animal.
Fonte: LEAL, G. Q., 2022.



Figura 27: Imagem impressa em quadro de trabalhador.
Fonte: LEAL, G. Q., 2022.



Figura 28: Imagem impressa em quadro de trabalhador.
Fonte: LEAL, G. Q., 2022.



Figura 29: Réplica de trabalhador.
Fonte: LEAL, G. Q., 2022.



Figura 30: Detalhe da réplica de trabalhador.
Fonte: LEAL, G. Q., 2022.



Figura 31: Habitação de trabalhadores.
Fonte: LEAL, G. Q., 2022.



Figura 32: Migrantes gaúchos.
Fonte: LEAL, G. Q., 2022.

As fotos abaixo (Figura 33 a 43) são do CDR e mostram os trabalhadores indígenas, mulheres, crianças, homens brancos com vestimentas sociais – por certo, estes não executavam trabalho braçal nos ervais:



Figura 33: Trabalhadores com suas companheiras e filhos.
Fonte: CDR, 2023.



Figura 34: Diferença nas vestimentas.
Fonte: CDR, 2023.



Figura 35: Um dos trabalhadores segura um violão.
Fonte: CDR, 2023.



Figura 36: Raído⁸⁰ sendo carregado.
Fonte: CDR, 2023.



Figura 37: Mulheres e crianças junto aos sacos de erva mate.
Fonte: CDR, 2023.

⁸⁰ Raído é o pacote utilizado para enfeixar e carregar a erva mate, chegando a pesar 150 kg.



Figura 38: Mulher branca sorridente, trabalhadores e uma criança.
Fonte: CDR, 2023.



Figura 39: Detalhe da proteção dos pés dos trabalhadores.
Fonte: CDR, 2023.



Figura 40: Armazém da Fazenda Campanário.
Fonte: CDR, 2023.



Figura 41: Trabalhadores posam junto aos sacos de erva mate.
Fonte: CDR, 2023.



Figura 42: Thomaz Larangeira (com a bengala) e seu amigo Antonio Marques da Paixão⁸¹.



Figura 43: Imagens de Thomaz Larangeira, Francisco Murtinho (duplicada) e Francisco Mendes Gonçalves.

⁸¹ Foto também mostrada no livro Retratos de uma época (2014), de Luiz Alfredo M. Magalhães.

Fonte: CDR, 2023.

Fonte: Museu da Erva Mate, 2022.

Foi solicitado trabalho de campo ao funcionário responsável pela Fazenda Campanário⁸² e este foi negado sob a justificativa de que os acionistas recusaram a entrada da pesquisadora, porque alguns deles moravam na fazenda e não desejavam ter suas residências fotografadas. O funcionário responsável enviou algumas fotos dos novos usos dados às antigas estruturas de produção do mate (Figuras 44 a 48):



Figura 44: Atual almoxarifado (antiga área de processamento da erva mate).
Fonte: Fazenda Campanário, 2023.



Figura 45: Atual garagem (antiga área de processamento da erva mate).
Fonte: Fazenda Campanário, 2023.



Figura 46: Atual garagem (antiga área de processamento da erva mate).
Fonte: Fazenda Campanário, 2023.

⁸² A Fazenda Campanário não pertence à Matte Larangeira desde os anos 1950. As fotos do Anexo 2 são imagens antigas da Fazenda Campanário que o funcionário responsável fotografou e enviou por WhatsApp, porém elas são do período áureo da fazenda, extemporâneo à nossa investigação.



Figura 47: Antiga locomotiva.
Fonte: Fazenda Campanário, 2023.



Figura 48: Igreja.
Fonte: Fazenda Campanário, 2023.

Atualmente a Fazenda Campanário produz soja, milho, gado, aveia e sorgo, não tendo produção de erva mate. A partir de imagens do Google Earth, apresentamos a atual estrutura da fazenda: na Figura 45, no número 1 está a sede da fazenda, as antigas construções refuncionalizadas e as casas dos acionistas; no número 2 estão os silos construídos para armazenamento de grãos (Figura 49).



Figura 49: Sede da Fazenda Campanário.
Fonte: Google Earth, 2023.

Na imagem abaixo é possível ver a escola rural Polo Meief Campanário, que atende, segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

Anísio Teixeira (INEP) Pré-Escola, Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Anos Finais do Ensino Fundamental, Atendimento Educacional Especializado⁸³. Em chamada telefônica à secretaria da escola, foi informado que há cerca de 50 alunos matriculados oriundos dos sítios nas imediações e das crianças que residam dentro da Campanário, filhas de funcionários.

Na Figura 50, podemos identificar casas grandes (uma delas com piscina), espaçadas entre si, sem muros e com placas solares nos telhados ou no chão, uma quadra de esportes e arborização abundante.



Figura 50: Área residencial da Fazenda Campanário.

Fonte: Google Earth, 2023.

A imagem abaixo (Figura 51) mostra os silos de estocagem de grão. Detalhe para a proporção dos caminhões em relação aos silos:

⁸³ Fonte: INEP, 2023; acesso em 21 de abr. 2023. Dados confirmados pela secretaria da escola por chamada telefônica.

https://inepdata.inep.gov.br/analytics/saw.dll?Dashboard&PortalPath=%2Fshared%2FCenso%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20B%C3%A1sica%2F_portal%2FCat%C3%A1logo%20de%20Escolas&Page=Lista%20das%20Escolas&P1=dashboard&Action=Navigate&ViewState=tlp9rqevhnpqcp717dla731322&P16=NavRuleDefault&NavFromViewID=d%3Adashboard~p%3Asf156n9k0qs70741



Figura 51: Silos de estocagem dos grãos na Fazenda Campanário.
Fonte: Google Earth, 2023.

Houve, segundo Queiroz (2015) uma espécie de “sequestro” da história e da memória do SMT pela empresa (quase 7 décadas de atividade no antigo SMT – 1882-1949) que ainda perdura. A Matte Larangeira ainda se mantém no imaginário coletivo como um símbolo de progresso para o estado de Mato Grosso do Sul e elemento visceral da história sul-mato-grossense; os Murtinhos, Mendes Gonçalves e Larangeira são personalidades homenageadas em várias cidades, mesmo que muitas pessoas não saibam detalhadamente da trajetória da empresa.

Mato Grosso e Mato Grosso do Sul são estados em que o agrohidronegócio tem vantajado apoio de políticos/as de todas esferas e da mídia de massa⁸⁴, assim, a Fazenda Campanário é mais uma representante do latifúndio agrohidroexportador valorizado socialmente.

⁸⁴ Inclusive o estilo musical sertanejo agropop, que sustenta que é o agro que alimenta o Brasil, sendo que a maioria dos alimentos da cesta dos brasileiros vêm da agricultura familiar. Para aprofundar essa questão sugerimos a obra organizada por Eliane Tomiasi Paulino e João Edmilson Fabrini, **Campesinato e Territórios em Disputa** (São Paulo: Expressão Popular, 2008), com reflexões múltiplas sobre o campo brasileiro e latinoamericano; THOMAZ JUNIOR A. O Tecido social do Trabalho, a produção de alimentos versus agronegócio e luta de classes num ambiente de embates e debates. In: Lourenço E. A. S.; Navarro V.L. (Orgs.). **O Avesso do Trabalho III: Saúde do Trabalhador e questões contemporâneas**. São Paulo: Outras Expressões, 2013, p. 367-393.

Considerações Finais

O território do antigo SMT foi organizado pela lógica empresarial dos três agentes estudados: a Matte Larangeira, o BRMT e o Estado de Mato Grosso, que dava as condições legais para a reprodução do capital ervateiro. Naquele contexto, a CML era uma *persona* de grande poder político e econômico, conseguindo moldar o espaço de acordo com seus interesses.

Tentamos mostrar, para além de nosso recorte temporal, que a Matte Larangeira foi uma empresa que dominou o território do antigo sul de Mato Grosso por décadas e, para tal, contou com o apoio do Império/Estado. Neste período, muito do que foi escrito sobre a história do SMT e da economia ervateira refere-se positivamente à empresa, já que aqueles que escreviam eram defensores dos interesses da empresa. E essa imagem otimista sobre a empresa é um traço da população e dos governos contemporâneos.

Sua atuação foi monopolista e lhe assegurou o controle sobre a circulação de pessoas, informações e mercadorias; e seu domínio territorial foi marcado pela violência e pela exploração da terra e do trabalho, que lhe permitiram uma densa acumulação de capitais.

Apesar de estarem subjugados à CML, os trabalhadores brasileiros, paraguaios e indígenas interpunham resistência em formatos variados: a pausa para o tereré, a língua, a fuga e principalmente, por serem detentores do saber-fazer ao manejar a erva mate.

Defendemos que Thomaz Larangeira e Joaquim Murinho foram coronéis modernos e que pela autoridade que possuíam enquanto tal conseguiram angariar decisões políticas, terras e privilégios para a CML, e conseqüentemente, a eles próprios. Coronéis modernos e intelectuais, no sentido gramsciano, pois a partir de uma estratégia, projetaram ampliar o acesso à terra e lucrar sobre os ervais, materializando-a na CML. O discurso da CML como desenvolvedora do EMT era reconhecido e apoiado por considerável parte da população e dos jornais. Mesmo com a sabida exploração dos trabalhadores, ser empregado da CML era uma forma de reconhecimento social – e até certo prestígio.

Nos onze anos em que a CML esteve sob o controle acionário do BRMT gerou vultosas somas ao grupo de políticos e empresários aos quais pertencia.

O BRMT foi uma estratégia tipicamente capitalista de fusão de capital agrário com capital bancário para exponenciar a acumulação da empresa e do banco. Dessa feita, defendemos que o BRMT foi constituído para a criação da CML, porquanto a sequência de fatos indica para esta explicação: I) a lei que autorizava a criação da companhia; II) criação do BRMT; III) criação da CML. Essa afirmação não pode ser comprovada pela documentação existente, trata-se de uma leitura nossa. Não pretendeu-se dar um veredito, mas contribuir com a discussão a partir de um olhar histórico-geográfico.

O Estado de Mato Grosso deu condições para o capital agroexportador se desenvolver, especialmente porque parte dos membros do Estado eram sócios de Thomaz Larangeira e do BRMT.

Thomaz Larangeira e seus sócios promoveram um típico processo molecular de acumulação, pois exploraram os trabalhadores e obtiveram ampliação da área de exploração ao longo dos anos via Estado.

O que apontamos foi a triangulação entre empresa, Estado e banco no sentido de promoverem a acumulação de um grupo fechado de sujeitos sociais a partir da exploração da terra e do trabalho, institucionalmente legitimada.

Reiteramos que se tratava de uma estrutura oligárquica com alguns aspectos capitalistas – que posteriormente assumiu formas tipicamente burguesas, momento esse que não discutimos neste trabalho.

Assim, defendemos que a atuação conjunta destas três *personas* conformou o território do SMT determinou as relações trabalhistas e a relação com a natureza, ambas exploratórias; consolidou o grande latifúndio de agricultura monocultora voltada para a exportação; a desigualdade social e a exploração do trabalho existentes foram vinculadas à mentalidade colonial-escravista. Esta estrutura do final do século XIX ainda se mantém em Mato Grosso do Sul e Mato Grosso.

É indubitável que a CML contribuiu para o crescimento econômico do EMT, mas foi às custas de produzir um território monocultor, privatizado, violento, que espoliou terras indígenas, impediu/retardou o povoamento e gerou acumulação para um seleto grupo de empresários e políticos. Não houve uma distribuição dos lucros ou dividendos com os trabalhadores braçais, tampouco investimentos de cunho social, como fomento à produção de alimentos, proteção de povos originários, saúde ou educação da população.

Toda a infraestrutura instalada pela CML foi para seu uso enquanto empresa, ainda que tenha sido utilizada pela população e pelo Poder Público de Mato Grosso.

No Mato Grosso do Sul contemporâneo, a erva mate foi substituída pelo gado (que já era uma atividade consolidada antes da erva mate); *commodities* como soja e milho com uso intensivo de agrotóxicos; persiste a violência histórica contra os povos indígenas e camponeses, a gritante concentração de terras e renda, e os políticos que defendem os interesses dos sujeitos primário-exportadores se consolidaram ainda mais no cenário nacional.

O SMT foi construído sobre a exploração, a violência e a desigualdade social, elementos estruturalmente capitalistas construídos num contexto político oligárquico, que evoluíram e moldaram a realidade social atual e que precisam ser solapados para que se construa uma sociedade equitativa.

Referências

- ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- ALBANEZ, J. L. **Ervais em queda transformações no campo no extremo sul de Mato Grosso (1940-1970)**. Dourados-MS: Ed. UFGD, 2013.
- ANDRADE, M. C. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec; Recife: IPESPE, 1995.
- ARRUDA, G. **Frutos da Terra**. Os Trabalhadores da Matte Larangeira. Londrina: Editora UEL, 1997; Dissertação de 1989.
- ARRUDA, L. V. Disputas oligárquicas: as práticas políticas das elites mato-grossenses (1892-1906). **Dissertação**. São Carlos: EdUFSCar, 2014.
- BARBOZA, E. L. Território e erva-mate: um estudo da erva-mate em Mato Grosso do Sul e sua relação com o Paraguai. **Dissertação** (Estudos Fronteiriços). Corumbá: UFMS, 2012, 50 f.
- BARROS, J. A. **Teoria da História: Princípios e conceitos fundamentais**. v. 1. Petrópolis: Vozes, 2013.
- BIANCHINI, O. C. **A Companhia Matte Larangeira e a ocupação da terra do sul de Mato Grosso, 1880-1940**. Campo Grande: UFMS, 2000.
- BITTAR, M. **Mato Grosso do Sul, a construção de um estado: regionalismo e divisionismo no sul de Mato Grosso**. v. 1. Campo Grande: Ed. UFMS, 2009.
- BOBBIO, N. **Estado, governo, sociedade: por uma teoria geral da política**. Trad. Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. Trad. Carmen C, Varriale et al.; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
- BRAND, A. ALMEIDA, F. A. A. A ação do SPI e da FUNAI junto aos Kaiowá e Guarani, no MS. In: **VII RAM - Reunião de Antropologia do Mercosul**. Porto Alegre. Desafios Antropológicos. Porto Alegre: UFRGS, 2007.
- CARLOS, A. F. A. **A (Re)Produção do espaço urbano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

CARONE, E. **A república velha**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970, v. 1, Instituições e classes sociais.

_____. Coronelismo: definição histórica e bibliografia. **Revista de Administração de Empresas**. Rio de Janeiro, FGV, jul/set, 1971, p. 85-92.

_____. Oligarquias: definição e bibliografia. **Revista de Administração de Empresas**. Rio de Janeiro, FGV, jan/mar, 1972, p. 81-92.

CENTENO, C. V. Educação do trabalhador nos ervais de Mato Grosso (1870-1930): crítica da historiografia regional, de suas concepções de trabalho, história e cultura. **Dissertação** (Educação). Campo Grande: UFMS, 2000, 181 p.

CERTEAU, M. **A Escrita da história**. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rev. Técnica Arno Vogel. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CORREA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1993.

FANAIA, João Edson de Arruda. **Elites e práticas políticas em Mato Grosso na primeira república (1889-1930)**. Cuiabá: Ed UFMT, 2010.

FERNANDES, J. A. Erva mate e frentes pioneiras: dois mundos em um só espaço (1943-1970). **Dissertação** (Mestrado em História). Dourados-MS: UFGD, 2012, 148 f.

_____. O Instituto Nacional do Mate e a economia ervateira brasileira (1938 a 1967). **Tese** (Doutorado em História Econômica). São Paulo, USP, 2019, 356f.

FERREIRA, E. M. L. A participação dos índios Kaiowá e Guarani como trabalhadores nos ervais da Companhia Matte Larangeira (1902-1952). **Dissertação** (Mestrado em História). Universidade Federal da Grande Dourados, 2007, 111 f.

FIRKOWSKI, O. L. C. F.; SPOSITO, E. S. (Orgs.). **Indústria, ordenamento e território: a contribuição de André Fischer**. São Paulo: Expressão Popular, UNESP. Programa de Pós Graduação em Geografia, 2008.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Org. e trad. Roberto Machado. 23. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FRAGOSO, J; FLORENTINO, M. História Econômica. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Orgs.). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 53-75.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. In: **Planejamento e políticas públicas**. Brasília, 2000, n. 21, jun.

GORENDER, J. **A burguesia brasileira**. 3. ed. 2. reimp. São Paulo: Brasiliense, 1998.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. O imaginário do sertão. Lutas e resistências ao domínio da Companhia Mate Larangeira (Mato Grosso: 1890-1945). **Dissertação** (Mestrado em História), Departamento de História do IFCH, Unicamp, Campinas, 1991.

GRAMSCI, A. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. 4. ed. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GRANDI, G. Estado e capital ferroviário em São Paulo: a Companhia Paulista de Estradas de ferro entre 1930 e 1961. **Tese** (Doutorado em História Econômica). São Paulo, USP, 2020, 267f.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Ed. Loyola, 2004.

_____. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

JESUS, L. C. Erva-mate: o outro lado: a presença dos produtores independentes no antigo Sul de Mato Grosso 1870-1970. **Dissertação** (Mestrado em História). Universidade Federal da Grande Dourados, 2004, 190 p.

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

- LINHARES, T. **História econômica do mate**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969. Coleção Documentos Brasileiros.
- MARTINS, J. S. **O cativo da terra**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2013.
- MAZZEO, A. C. **Estado e Burguesia no Brasil** – origens da autocracia burguesa. Belo Horizonte: Nossa Terra, 1989.
- MICHELS, R. **Sociologia dos Partidos Políticos**. Trad. Arthur Chaudon. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982. (Coleção Pensamento Políticos, 53).
- MORENO, G. O processo histórico de acesso à terra em Mato Grosso. **Geosul**, Florianópolis, v. 14, n.27, p. 67-90, jan./jun. 1999.
- OFFE, C. Dominação de classe e sistema político: Sobre a seletividade das instituições políticas. In: **Problemas estruturais do Estado Capitalista**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1982.
- OLIVEIRA, F. **Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- QUEIROZ, P. R. C. Condições econômicas do sul de Mato Grosso no início do século XX. **Fronteiras: revista de História**, v. 1, n. 2, jul/dez 1997. Campo Grande: UFMS.
- _____. Joaquim Murinho, banqueiro: notas sobre a experiência do Banco Rio e Mato Grosso (1891-1902). **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 23(45), p. 125-146, 2010.
- _____. A Companhia Mate Laranjeira e seus fluxos mercantis (1891-1902). **III Congreso Latinoamericano de Historia Económica y XXIII Jornadas de Historia Económica Simposio 5: Transportes y Servicios en los Mercados Regionales y Nacionales en América Latina (Siglos XIX y XX)**. ISSN 1853-25431
- _____. a. A Companhia Mate Laranjeira, 1891-1902: contribuição à história da empresa concessionária dos ervais do antigo sul de Mato Grosso. **Territórios e Fronteiras** (Online), v. 8, p. 204-228, 2015.

_____. b. A empresa *Laranjeira, Mendes & Cia.* (1903-1917): novos caminhos para a erva-mate do antigo Sul de Mato Grosso. **6tas. Jornadas Uruguayas de Historia Económica.** Montevideo, dez. 2015.

_____. A empresa Laranjeira, Mendes & Cia. e sua presença nos ervais sul-mato-grossenses (1903-1917). **Revista H-industri@.** UBA: Buenos Aires, Año 12, Nro. 23, Segundo Semestre 2018.

_____. A grande empresa concessionária dos ervais do antigo sul de Mato Grosso (1883-1949). In: Alcides Goularti Filho; Alexandre Macchione Saes. (Org.). **História de empresas no Brasil.** Niterói; São Paulo: Eduff; Hucitec, 2021, p. 231-265.

_____. Pequena ferrovia, grandes problemas: a E. F. Mate Laranjeira (1911-1959). **Revista História.** Unesp: Assis, 2022.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** Trad. Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado.** Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. 13. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006a.

_____. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2006b.

_____. SILVEIRA, M. L. **Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. 10 ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SAQUET, M. A. Por uma abordagem territorial. In: _____. SPOSITO, E. S. **Território e territorialidades:** teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular. UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia. 2009, p. 73-94.

SILVA, J. V. Um Truste encravado no Sul de Mato Grosso (1882-1950). **Revista Coletâneas de nosso tempo,** Cuiabá, v. 01, p. 26-44, 1997.

SILVA, W. G. O processo de integração produtiva da região de Dourados à economia nacional. **Tese** (Doutorado em Geografia Humana). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011, 221 f.

SOUZA, F. A. Conflitos armados, encontros e combates nas fronteiras do sul de Mato Grosso, nas décadas iniciais do século XX. **Tese** (Doutorado em História). Dourados-MS: UFGD, 2018, 443 f.

THOMAZ JUNIOR, A. O agrohidronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do século XXI. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v.5, n.10, ago. 2010, p. 92-122.

ANEXOS

Anexo 1: Imagens da Fazenda Campanário.

Fonte: <https://amambaipatrimoniouniao.blogspot.com/2017/04/producao-de-erva-mate-fazenda-campanario.html> (Arquivo Público de Mato Grosso). Acesso em 09 nov. 2022.



Foto 1: Hospital.



Foto 2: Igreja.



Foto 3: Habitação.



Foto 4: Habitação.



Foto 5: Getúlio Vargas na escola, 1941.



Foto 6: Armazém – venda de produtos.



Foto 6: Ervais antes da colheita.



Foto 7: Colheita.



Foto 8: Colheita.



Foto 9: Colheita.



Foto 10: Separação dos galhos mais grossos.



Foto 9: Preparação do raído.



Foto 11: Trabalhadores carregando os raídos.



Foto 12: Trabalhadores carregando os raídos.



Foto 13: Pesagem.



Foto 14: Barbaquá para secagem da erva mate.

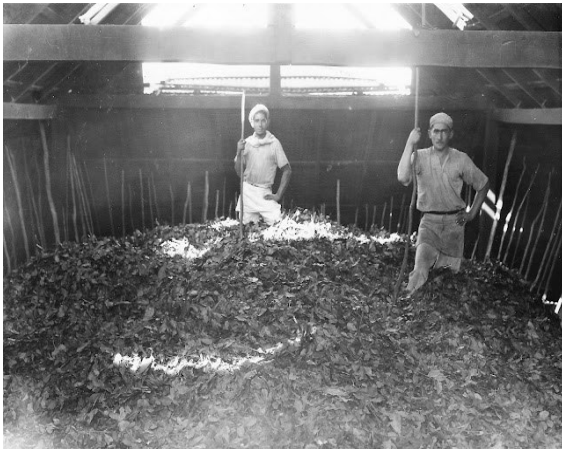


Foto 15: Homens trabalhando dentro do barbaquá.

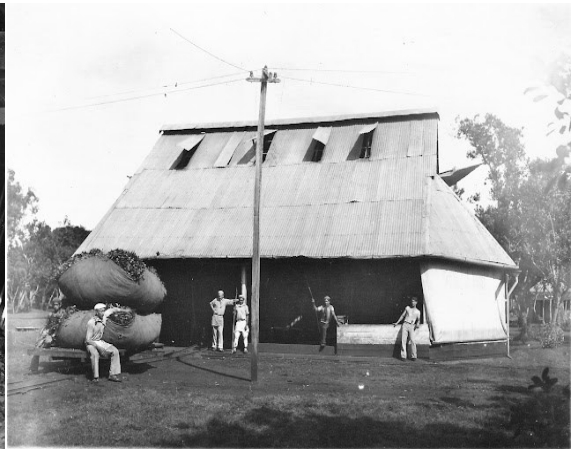


Foto 16: Local em que o barbaquá estava instalado.



Foto 17: Moagem da erva mate.



Foto 18: Ensacamento da erva mate.



Foto 19: Armazenamento.

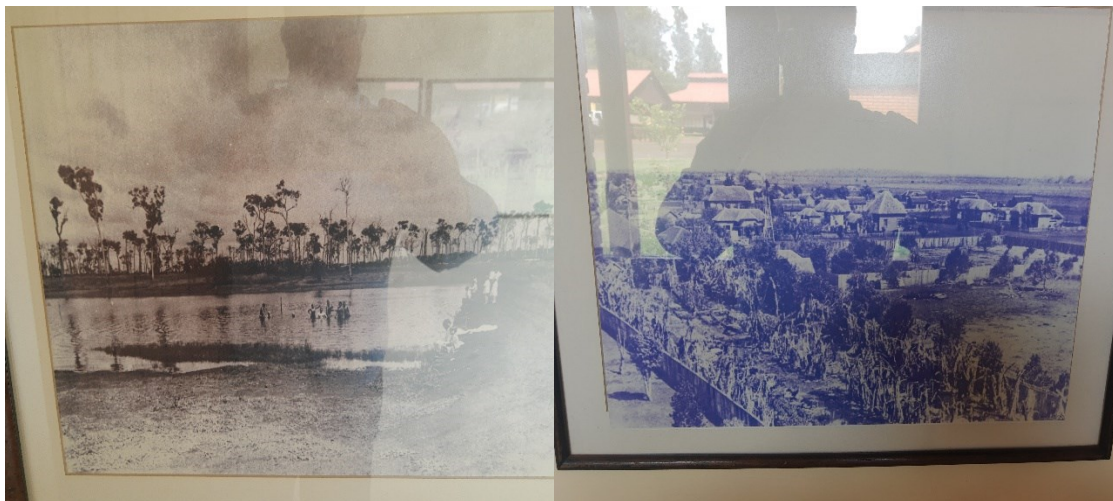


Foto 20: Transporte.



Foto 21: Trabalhadores, gaúchos e mulheres.

Anexo 2: Fotos tomadas por funcionário da Fazenda Campanário no dia 31/01/2023.





RELATÓRIO DE CONTAS DA CML - 1893

BALANÇO EM 30 DE NOVEMBRO DE 1892

Activo

Accionistas :	
Entradas a realizar	1.500:000\$000
Immoveis	175:132\$300
Material de transporte e accessorios	505:370\$800
Marcas	200:000\$000
Utensilios de carpintaria e ferraria..	10:000\$000
Montagem e organização do serviço	375:000\$000
Gerencia na Villa da Concepcion ..	59:389\$775
Deposito da directoria.	30:000\$000
Moveis e utensilios	4:235\$660
Arrendamento dos hervaes	5:000\$000
Fazenda de Santa Virginia	158:742\$160
Gerencia da Villa Concepcion, conta de resultado	577:584\$740
Caixa :	
Em moeda corrente	71\$640
	3.600:527\$075

Passivo

Capital :	
Valor de 15.000 acções a 200\$000..	3.000:000\$000
Fundo de reserva.	29:591\$163
Fundo de amortisação	130:000\$000
Lucros suspensos	801\$459
Banco Rio e Mato Grosso.. .. .	233:954\$462
Canção da directoria.. .. .	30:000\$000
Impostos sobre dividendos.	6:000\$000
Caixa Filial do Banco Rio e Mato Grosso	800\$000
Contas a pagar	6:760\$000
Produção de gado	7:530\$000
Gratificação a empregados.	15:000\$000
Dividendos :	
2º a distribuir a razão de 10\$ por acção.	150:000\$000
	3.600:527\$075

RELATÓRIO DE CONTAS DA CML – 1894

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1895

Activo

Accionistas :	
Entradas a realizar	1.500:000\$000
Deposito da directoria	30:000\$000
Material de transporte e accesso- rios	529:823\$360
Marcas	200:000\$000
Utensilios de carpintaria e ferraria.	10:000\$000
Montagem e organização do serviço	375:000\$000
Immoveis	125:590\$300
Moveis e utensilios	4:947\$600
Arrendamento dos hervaes	2:000\$000
Fazenda Santa Virginia	151:346\$420
Gerencia da Villa Conceição, c/ do resultado	1.476:515\$004
Banco Rio Matto Grosso	63:645\$180
Fabrica de moer e acondicionar herva mate, em Buenos-Aires..	272:776\$890
Contas a liquidar	21:000\$000
Caixa :	
Saldo em moeda corrente.	605\$350
	<hr/>
	4.823:260\$110
	<hr/>

Passivo

Capital :	
Valor de 15.000 acções a 200\$000..	3.000:000\$000
Caução da directoria.	30:000\$000
Gerencia da Villa Conceição	684:778\$844
Letras a pagar	264:171\$370
Produção do gado	7:530\$000
Fundo de amortização	300:000\$000
Fundo de reserva	78.956\$894
Lucros suspensos	219:823\$002
Porcentagem á directoria	4:500\$000
Gratificação a empregados	15:000\$000
Impostos sobre dividendos	9:000\$000
Dividendos:	
4º a distribuir-se á razão de 10\$ por acção.	15:000\$000
	<hr/>
	4.823:260\$110
	<hr/>

RELATÓRIO DE CONTAS DA CML – 1895

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1894

Activo

Accionistas—Entradas a realizar ..	1.500:000\$000
Deposito da Directoria	30:000\$000
Material de transporte e accessorios	551:540\$140
Marcas	200:000\$000
Utensilios de carpintaria e ferraria..	10:000\$000
Montagem e organisação de ser- viço	375:000\$000
Immoveis	185:590\$300
Moveis e utensilios	8:468\$740
Arrendamento dos heruaes	41:080\$300
Fazenda Santa Virginia.. .. .	143:686\$720
Gerencia Norte, conta de resultado.	2.549:538\$108
Fabrica de moer e acoudiouar herva-matte	261:613\$667
Fabrica em Buenos-Aires, conta de resultado.. .. .	155:705\$811
Gerencia Sul	325:881\$598
Acções de bancos e Companhias ..	131:100\$765
Caixa filial do Banco Rio e Mato- Grosso	28:500\$000
Contas a liquidar.	46:823\$833
Caixa—Saldo em moeda corrente..	656\$736
	<hr/> 6.545:186\$718

Passivo

Capital— Valor de 1.500 acções a 200\$000	3.000:000\$000
Caução da directoria	30:000\$000
Gerencia Norte	1.419:965\$291
Letras a pagar	123:475\$870
Produção de gado	7:530\$000
Fundo de amortisação	800:000\$000
Fundo de reserva	157:558\$807
Lucros suspensos.	491:42\$8972
Porcentagem a directoria.. .. .	4:500\$000
Gratificações a empregados	12:000\$000
Imposto sobre dividendos.	4:500\$000
Banco Rio e Mato-Grosso.	270:021\$890
Francisco Mendes & C.	74:204\$888
Dividendos a pagar	150:000\$000
	<hr/> 6.545:186\$718

RELATÓRIO DE CONTAS DA CML - 1896

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1895	
<i>Activo</i>	
Accionistas.. .. .	1.500:000\$000
Acções de Bancos e Companhias	162:265\$305
Arrendamento de herveas. .. .	64:779\$100
Caixa, saldo em moeda corrente	5:482\$565
Depósito da Directoria	30:000\$000
Deposito Central de Mate	4:129\$870
Fabrica de moer e acondiciona- nar herva-matte	269:677\$090
Fabrica em Buenos Aires, conta do resultado.	361:662\$827
Fazenda de Santa Virginia	139:744\$980
Fiscalisação de herveas	1:020\$000
Gerencia Norte, conta do re- sultado	3.307:593\$798
Gerencia Sul, conta corrente.	1.507:894\$054
Gerencia Sul, conta de re- sultado	184:592\$356
Immoveis	189:506\$060
Letras a pagar.. .. .	9:999\$287
Marcas.. .. .	200:000\$000
Material de transporte e acces- sorios.	621:848\$320
Montagem e organisação do serviço	375:000\$000
Moveis e utensilios.. .. .	8:879\$376
Utensilios de carpintaria e fer- raria	10:000\$000
	<hr/>
	8.954:075\$588

<i>Passivo</i>	
Capital.. .. .	3.000:000\$000
Caução da Directoria.	30:000\$000
Contas a liquidar	7:858\$152
Banco Rio e Mato-Grosso.	625:874\$430
Direitos de matte	71:400\$000
Dividendos a pagar.. .. .	180:000\$000
Fabrica em Buenos Aires, conta corrente.	318:792\$383
Francisco Mendes & C	354:470\$183
Fundo de amortisação	900:000\$000
Fundo de reserva.	204:104\$963
Gerencia Norte, conta cor- rente	2.428:741\$973
Gratificações a empregados.	18:000\$000
Imposto sobre dividendos. .. .	7:200\$000
Lucros suspensos.	790:653\$101
Porcentagem á Directoria. .. .	5:400\$000
Produção de gado.. .. .	7.530\$000
Superintendencia.	4:050\$401
	<hr/>
	8.954:075\$588

RELATÓRIO DE CONTAS DA CML – 1897

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1896

Activo

Accionistas	1.500:000\$000
Ações de Bancos e Companhias	78:762\$085
Commissões	440\$300
Caixa, saído em moeda corrente.. . . .	4:228\$540
Deposito da Directoria	30:000\$000
Deposito central de matto. ..	29:541\$665
Fabrica de moer e acondicionar herva-matto	279:576\$377
Fabrica em Buenos-Aires, conta de resultado.	585:240\$411
Fazenda de Santa Virginia ..	125:867\$000
Fiscalisação de hervaes. . .	5:060\$000
Gerencia Norte, conta de resultado	4.652:132\$758
Gerencia Sul, conta corrente.	1.771:252\$088
Gerencia Sul, conta de resultado.. . . .	793:667\$120
Immoveis	189:503\$660
Marcas.	200:000\$000
Material de transporte e accesorios	701:479\$220
Montagem e organisação do serviço	375:000\$000
Moveis e utensilios.. . . .	8:879\$360
Utensilios de carpintaria e ferraria	10:000\$000
	<hr/>
	11.340:733\$584

Passivo

Capital.	3.000:000\$000
Caução da Directoria	30:000\$000
Banco Rio e Mato-Grosso ..	211:294\$150
Dividendos a pagar.. . . .	180:000\$000
Fabrica em Buenos-Aires, conta corrente	503:961\$309
Francisco Mendes & C. . . .	411:695\$828
Fundo de amortisação	900:000\$000
Fundo de reserva	300:000\$000
Gerencia Norte, conta corrente	3.615:624\$494
Gratificações a empregados..	25:200\$000
Imposto sobre dividendos ..	4:500\$000
Lucros suspensos	2.112:204\$295
Porcentagem á Directoria ..	5:400\$000
Produção de gado.	7:530\$000
Superintendencia	33:323\$517
	<hr/>
	11.340:733\$584

RELATÓRIO DE CONTAS DA CML – 1898

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1897

Activo

Accionistas	1.533.000\$000
Ações de Bancos e Companhias	81: 87\$295
Banco Rio e Mato Grosso, conta corrente.....	157:849\$101
Caixa, saldo em moeda corrente	6:277\$429
Deposito da Directoria.....	30:000\$000
Fabrica de moer e acondicionar lerva matte.....	279:676\$377
Fabrica em Buenos-Aires, conta de resultado.....	949:540\$614
Fabrica Central de Matte.....	92:453\$815
Fazenda Serro Margarida.....	270:888\$060
Fazenda Santa Virgínia.....	204:017\$091
Gerencia Norte, conta de resultado.....	6:033:340\$481
Gerencia Sul, conta de resultado.....	1.563:774\$036
Gerencia Sul, conta corrente...	2.059:445\$357
Imoveis.....	196:057\$114
Marcas.....	200.000\$000
Material de transporte e accessorios.....	767:295\$580
Montagem e organização de servico.....	375:000\$000
Moveis e utensilios.....	8:879\$360
Utensilios de carpintaria e ferraria.....	10.000\$000
	<hr/>
	14.765:696\$649

Passivo

Capital.....	3.000:000\$000
Conta de cambios,	2.521:058\$806
Caução da Directoria.....	30:000\$000
Contas a liquidar.....	67:500\$000
Credores diversos.....	210:000\$000
Dividendos a pagar.....	193:000\$000
Fabrica em Buenos-Aires, conta corrente.....	642:970\$708
Francisco Mendes & C.....	236:662\$790
Fundo de amortização.....	900.000\$000
Fundo de reserva.....	300:000\$000
Gerencia Norte, conta corrente	4.828:893\$462
Gratificações a empregados...	26:700\$000
Imposto sobre dividendos.....	4:875\$ 00
Letras a pagar.....	500:000\$000
Lucros suspensos.....	1.200:529\$403
Porcentagem á Directoria.....	5:850\$000
Produção de gado.....	7:530\$000
Superintendencia.....	28:126\$980
	<hr/>
	14.765:696\$649

RELATÓRIO DE CONTAS DA CML – 1899

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1898	
<i>Activo</i>	
Accionistas.....	1.500:000\$000
Ações de Banhos e Compagnias	96:641\$295
Banco Rio e Mato-Grosso.....	565:112\$800
Caixa, saldo em moeda corrente	4:252\$793
Deposito da Directoria.....	30:000\$000
Fabrica de moer e acondicionar herva-mate.....	279:676\$377
Fabrica em Buenos-Aires, c/ de resultado.....	1.329:609\$704
Fabrica Central de Matte.....	170:249\$677
Fazenda Santa Margarida.....	270:808\$000
Fazenda Santa Virginia.....	230:596\$721
Gerencia Norte, c/ de resultado	7.078:426\$441
Gerencia Sul, c/ de resultado...	2.633:443\$9 6
Gerencia Sul, c/ corrente.....	1.278:839\$579
Immoveis	196:052\$114
Marcas.....	200:000\$000
Material de transporte e accesorios	790:163\$420
Montagem e organização de serviço.....	375:000\$000
Moveis e utensilios.....	9:533\$640
Utensilios de carpintaria e ferraria.....	10:000\$000
Campo Garambolla.....	15:326\$379
	<hr/>
	17.063.852\$936

<i>Passivo</i>	
Capital.....	3.000:000\$000
Caução da Directoria.....	30:000\$000
Conta de cambios.....	4.745:301\$206
Contas a liquidar.....	67:500\$000
Dividendos a pagar.....	195:000\$000
Fabrica em Buenos-Aires, c/corrente.....	789:520\$630
Francisco Mendes & C.....	343:126\$440
Fundo de amortização.....	900:000\$000
Fundo de reserva.....	300:000\$000
Gerencia Norte, c/corrente.....	5.538:170\$497
Gratificações a empregados...	24:700\$000
Imposto sobre dividendos.....	4:875\$000
Lucros suspensos.....	884:185\$213
Porcentagem á Directoria.....	5:850\$000
Produção de gado.....	7:530\$000
Superintendencia.....	27:328\$900
Credores diversos.....	200:865\$000
	<hr/>
	17.063.852\$936

Anexo 4: Reprodução parcial do Estatuto do BRMT publicado na Gazeta de Mato Grosso, n. 154 de 30 de abril de 1891.

§ 2. Pela carteira industrial poderá fazer as seguintes operações:

- 1) Requerer, contratar e explorar quaisquer concessões de vias férreas, serviços de navegação marítima ou fluvial, e empresas de fabricas centrais que interessem ao estado de Matto-Grosso ;
- 2) Contractar, empreitar e sub-empreitar a construção de estradas de ferro e suas dependencias, tramways, telegrapho, telephones, cáes, pontes e trapiches, assim como as obras de dessecamento, drenagem e irrigação do solo, de nivelamento e orientação de terrenos, de canalização e direcção de torrentes, lagôas e rios, em summa todos os melhoramentos materiaes que interessa, ao estado de Matto-Grosso ;
- 3) Adquirir concessões para a lavra de minas de qualquer especie, fazer sua exploração por conta propria ou transferil-as a quem convier ;
- 4) Explorar qualquer genero de industria que julgar conveniente aos seus interesses e aos do estado de Matto-Grosso ;
- 5) Adquirir e vender terras, incultas ou não, exploral-as, demarcal-as e parcellaas, por conta propria ou alheia ;
- 6) Povoar territórios e estabelecer nucleos coloniaes, mediante favores do Governo Federal ou do estado de Matto-Grosso ;
- 7) Encarregar-se de assumptos e serviços tendentes á colonisação, já celebrando contratos com a publica administração, associações, empresas e particulares para introducção de immigrants, já promovendo a sua localisação no estado de Matto-Grosso ;
- 8) Fundar ou promover a fundação de burgos agricolas adaptados á collocação das raças aborígenes que povoam o estado de Matto-Grosso, mediante favores especiaes que porventura venham a ser obtidos ;
- 9) Administrar, gerir e custear quaesquer empresas e estabelecimentos indutriaes que adquirir ou fundar ;
- 10) Em summa, promover e realizar quaesquer empreendimentos industriaes, conforme julgar conveniente.

CAPITULO IV *Favores com feridos pelo Governo*

Art. 7. Ao Banco Rio e Matto-Grosso são assegurados os seguintes favores :

- 1) Preferencia em igualdade de condições para exploração dos productos naturaes e expontaneos do solo, nas terras devolutas do estado de Matto-Grosso ;
- 2) Cessão gratuita, á discricção do governo, de terras devolutas no estado de Matto-Grosso, para localisação de colonos e fundação de estabelecimentos industriaes de qualquer ordem ;
- 3) Preferencia, em igualdade de condições, na construção de estradas de ferros e outros melhoramentos projectados pelo governo, no estado de Matto-Grosso ;
- 4) Preferencia, em condições iguaes, para exploração no estado de Matto-Grosso, de minas de qualquer especie, canaes e comunicações fluviaes, que servirem ás ditas minas ou dellas se avisinharem ;
- 5) Preferencia, em igualdade de condições, nos contractos com o governo sobre objectos de colonisação e immigração, no estado de Matto-Grosso ;
- 6) Direito de desapropriação nos termos da lei n. 816 de 10 de Julho de 1855 e seu regulamento, que baixou com o decreto n. 1664 de 27 de Outubro do mesmo anno;

- 7) Isenção de direitos aduaneiros e quaesquer impostos para os estabelecimentos industriaes que o banco fundar, enquanto os houver sob sua administração, e material de qualquer especie que importar com destino e applicação a esses estabelecimentos, estradas de ferro, exploração de rios, minas e outras fontes de producção ;
- 8) Concessão de nucleos agricolas no estado de Matto-Grosso, mediante favores e clausulas dos decretos n. 528 de 28 de Junho e n. 964 de 7 de Novembro de 1890, ou de outros actos emanados dos poderes competentes ;
- 9) Concessão dos favores permitidos pelo decreto legislativo n. 3397 de 24 de Novembro de 1888 para a fundação de burgos agricolas adaptados á collocação de indigenas internados no estado de Matto-Grosso, e cessão gratuita de terras devolutas para esse fim ;
- 10) Os favores que dependerem do governo do estado de Matto-Grosso, serão requisitados pelo governo da União.

Anexo 5: Carta da área de Thomaz Larangeira, Rio de Janeiro, 14 de novembro de 1889.



Fonte: Arquivo Público de Mato Grosso, 2022.

